



Trabalho infantil não é brincadeira

Forum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
2004-2007



**ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO FÓRUM
NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO
DO TRABALHO INFANTIL - FNPETI**

1994-2002

BRASÍLIA, MAIO DE 2003

**Análise da Atuação do
Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
1994-2002**

Realização

Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - FNPETI

Coordenação Colegiada

Pascoal Carneiro – Central Única dos Trabalhadores
Carlos Manuel de Azevedo Pessoa da Silva – Confederação Nacional da Indústria
Daniel De Bonis – Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança
Eliane Araque dos Santos – Ministério Público do Trabalho
Glauber Maciel Santos – Ministério do Trabalho e Emprego
Maria America Ungaretti – Fundo das Nações Unidas para a Infância
Pedro Américo Furtado de Oliveira – Organização Internacional do Trabalho

Secretaria Executiva

Isa Maria de Oliveira – Secretária Executiva
Verônica Maria da Silva Gomes – Assistente Técnica
Zilene Caetano Valadão – Auxiliar Administrativa

Equipe Técnica

Levantamento, Sistematização das Informações e Redação
Celina Rangel Tura
Consultora

Revisão

Daniel De Bonis
Isa Maria de Oliveira
Maria America Ungaretti

Revisão geral

Reinaldo Lima

Apoio

Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF

Coordenação Editorial

Cristiano Barbosa

Projeto Gráfico e Editoração

Wellington Saãmrin Barbosa Alves

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Esplanada dos Ministérios bl. "T" – Anexo II – s/ 220 – Ministério da Justiça

Tels: (61) 429.3880 e 429.3921 - Telefax (61) 429.3172 - Brasília/DF – Cep: 70.064-901

Endereço eletrônico: forum.nacional@mj.gov.br

AGRADECIMENTOS

Aos Fóruns Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, às entidades-membros representativas do governo, dos trabalhadores, dos empregadores, às organizações não-governamentais e a todos e a todas que apoiaram e participaram da construção deste espaço democrático, que é o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

A Alison Sutton, Caio Magri, Daniel De Bonis, Lélío Bentes Corrêa, Luiz Gonzaga de Araújo, João Carlos Alexim, Maria America Ungaretti, Maria Beatriz Cunha e Pedro Américo Furtado de Oliveira pelas contribuições que enriqueceram a pesquisa e a análise ora realizadas.

Aos que integram e integraram a Coordenação Colegiada, pelo compromisso e competência na condução política e administrativa do Fórum Nacional.

A Vicente Paulo da Silva (*in memoriam*), primeiro Secretário Executivo do Fórum Nacional e exemplo de compromisso, entusiasmo e dedicação à luta pela erradicação do trabalho infantil.

A Henirdes Borges e Soleny Hamú pela competência e dedicação com que exerceram a Secretaria Executiva.

À Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR/CNA, à Cáritas Brasileira, pela parceria solidária na gestão dos recursos financeiros destinados à implementação do Plano de Ação do Fórum Nacional e pelo apoio a sua Secretaria Executiva.

Ao Ministério do Trabalho e Emprego –MTE e ao Ministério da Justiça – MJ pelo importante apoio à instalação física e ao pleno funcionamento da Secretaria Executiva do Fórum Nacional.

Ao POMMAR/USAID pelo apoio técnico e financeiro decisivo, em particular, para a implementação das ações de comunicação.

Ao Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF e à Organização Internacional do Trabalho – OIT - pelo papel fundamental nas articulações que resultaram na criação do Fórum Nacional e pelo fundamental apoio técnico e financeiro permanente.

A todos os atores que, ao longo dos oito anos de história do Fórum Nacional, apoiaram e contribuíram para seu fortalecimento como instrumento legítimo da sociedade brasileira na defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Isa Maria de Oliveira

Secretária Executiva

Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| Agradecimentos | 3 |
| Apresentação | 6 |
| Lista dos Membros do FNPETI | 8 |
| Capítulo I: Histórico | |
| 1.1 Introdução | 13 |
| 1.2 Início das atividades em 1995 | 14 |
| 1.3 Criação do PETI em 1996 | 15 |
| 1.4 Expansão das ações do Fórum nos estados | 18 |
| 1.5 Elaboração do planejamento estratégico | 19 |
| 1.6 Cinco anos do Fórum | 21 |
| 1.7 Diretrizes para a Formulação de uma Política Nacional | 23 |
| 1.8 Reuniões itinerantes do Fórum | 26 |
| 1.9 Revendo o papel do Fórum | 27 |



Capítulo II: Análise

| | | |
|-------|--|----|
| 2.1 | Caracterização | 31 |
| 2.1.1 | Objetivos do Fórum Nacional | 31 |
| 2.1.2 | Instrumentos | 32 |
| 2.2 | Documentação | 34 |
| 2.3 | Evolução | 35 |
| 2.3.1 | Análise das atas das reuniões ordinárias e extraordinárias | 35 |
| 2.3.2 | Principais ações e realizações | 41 |
| 2.3.3 | O Período de 2001-2002 | 45 |
| 2.3.4 | Fases de atuação diferenciadas | 48 |
| (i) | A visão dos (as) entrevistados (as) | 48 |
| (ii) | A visão prevista na análise | 50 |
| 2.4 | Participação das entidades membros | 57 |
| 2.4.1 | Assiduidade das entidades às plenárias | 57 |
| 2.4.2 | Participação dos membros conforme os (as) entrevistados (as) | 60 |
| 2.4.3 | Participação no Plano de Trabalho do Fórum | 62 |
| 2.4.4 | Participação da OIT e do UNICEF | 63 |
| 2.5 | Encaminhamento das Diretrizes para a Formulação de uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil | 64 |
| 2.6 | Avanços | 66 |
| 2.7 | Dificuldades | 68 |
| 2.8 | Perspectivas segundo os (as) entrevistados (as) | 71 |

Capítulo III : Considerações finais e Recomendações

| | | |
|-----|----------------------------|----|
| 3.1 | Considerações Finais | 75 |
| 3.2 | Recomendações | 78 |
| | Referências Bibliográficas | 81 |
| | Fontes primárias | 81 |

Anexos

| | | |
|---------|---|-----|
| Anexo 1 | – Conteúdos evidenciados nas atas das plenárias | 87 |
| Anexo 2 | – Assiduidade das entidades | 100 |
| Anexo 3 | – Roteiro para as entrevistas | 108 |



APRESENTAÇÃO

Este documento tem como objetivos fornecer elementos para a análise dos resultados das estratégias de erradicação do trabalho infantil adotadas pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, identificando os avanços realizados, as dificuldades e os desafios futuros; contribuir para a revisão e aperfeiçoamento das ações de erradicação do trabalho infantil; e servir como instrumento para a Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil.

A metodologia utilizada foi o registro, sistematização e análise dos documentos disponíveis, tais como: atas de reuniões, publicações, relatórios, estudos, pesquisas etc. Foram também realizadas entrevistas com atores-chave deste processo.

O documento está dividido em três capítulos. No primeiro registra-se a história do Fórum, por entender ser esse um elemento importante para a análise, além de se considerar ser relevante manter viva a memória da entidade.

No segundo capítulo apresenta-se a análise da história do Fórum e do material pesquisado. A primeira parte busca caracterizar o Fórum, destacando seus traços principais, objetivos e instrumentos. Na segunda parte, a atenção se volta para a documentação existente e são tecidas algumas observações sobre o tratamento dado pelo Fórum a esses documentos. A terceira parte traça a evolução do Fórum, buscando-se entender o caminho percorrido pela entidade, ressaltando suas principais realizações e analisando suas discussões.

As fontes foram as atas das plenárias, as principais atividades e ações realizadas e as entrevistas. Ainda nesta parte procura-se perceber as várias fases de atuação do Fórum, as características destas etapas e seus fatores condicionantes. Em seguida verificou-se a atuação dos vários membros, considerando sua participação e envolvimento. A seguir analisam-se as ações realizadas, buscando dar prosseguimento ao documento "Diretrizes para a Formulação de uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil". A sexta parte apresenta os avanços realizados; e a sétima, as lacunas existentes. A segunda parte termina com uma última seção em que são apresentadas as perspectivas que os (as) entrevistados (as) indicam como caminhos futuros para o Fórum.

O terceiro capítulo constitui-se das considerações finais e recomendações, e finalmente apresentam-se os anexos, as referências bibliográficas e as fontes primárias.

Espera-se que este documento possa contribuir para refletir sobre a atuação deste importante instrumento, o FNPETI, garantido-o como espaço aberto e permanente de discussões para eliminar o trabalho infantil no Brasil.

Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
Coordenação Colegiada

Brasília, 01 de maio de 2003.

**LISTA DOS MEMBROS
DO FNPETI ATÉ 2002**

1. ABC/MRE – Agência Brasileira de Cooperação
2. ABMP – Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Juventude
3. ANAMATRA – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho
4. ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância
5. BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
6. Cáritas Brasileira
7. CDH - Comissão dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados
8. CEAPE – Centro Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos
9. CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores
10. CNA – Confederação Nacional da Agricultura
11. CNI – Confederação Nacional da Indústria
12. CNT – Confederação Nacional do Transporte
13. CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
14. CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
15. CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
16. CPT – Comissão Pastoral da Terra
17. CUT – Central Única dos Trabalhadores
18. Força Sindical
19. Fórum Nacional Lixo e Cidadania
20. Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança
21. IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal

22. INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos
23. Instituto Ayrton Senna
24. Instituto de Psicologia – UnB
25. Marcha Global Contra o Trabalho Infantil
26. MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
27. MEC – Ministério da Educação
28. Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Geral do Trabalho
29. Ministério Público Federal - Procuradoria Geral da República
30. Missão Criança
31. MJ - Ministério da Justiça
32. MNMMR – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
33. MRE – Ministério das Relações Exteriores
34. MS – Ministério da Saúde
35. MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
36. OIT – Organização Internacional do Trabalho
37. POMMAR – Prevenção Orientada a Meninos e Meninas em Situação de Risco
38. Programa Comunidade Solidária
39. Save the Children
40. SDS – Social Democracia Sindical
41. SEAS – Secretária de Estado de Assistência Social
42. SEDH – Secretaria de Estado dos Direitos Humanos
43. SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

44. SESI – Serviço Social da Indústria
45. SINAIT – Sindicato Nacional dos Agentes de Inspeção do Trabalho
46. UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Infância
47. Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalhador Adolescente – ACRE
48. Fórum Estadual pela Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador – ALAGOAS
49. Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil - AMAPÁ50. Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho do Adolescente – AMAZONAS
51. Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil - BAHIA
52. Fórum Estadual pela Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalhador Adolescente no CEARÁ
53. Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalhador Adolescente no DISTRITO FEDERAL
54. Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalhador Adolescente - ESPÍRITO SANTO
55. Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - GOIÁS
56. Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente no Trabalho do MARANHÃO
57. Fórum Permanente de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente no Estado DE MATO GROSSO
58. Fórum Estadual pela Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente no Trabalho - MATO GROSSO DO SUL

59. Câmara Interinstitucional de Proteção ao Trabalho do Adolescente de MINAS GERAIS
60. Fórum Paraense pela Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho do Adolescente - PARÁ
61. Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente na PARAÍBA
62. Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Regularização do Trabalho do Adolescente do PARANÁ
63. Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil em PERNAMBUCO
64. Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil no PIAUÍ
65. Comissão Estadual do Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil do RIO DE JANEIRO
66. Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho da Criança e Proteção ao Trabalhador Adolescente - RIO GRANDE DO NORTE
67. Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho do Adolescente - RIO GRANDE DO SUL
68. Fórum Estadual Para Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente de RODÔNIA
69. Comissão de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - RORAIMA
70. Fórum Estadual pela Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente no Trabalho - SANTA CATARINA
71. Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - SÃO PAULO
72. Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente de SERGIPE
73. Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - TOCANTINS



Histórico

1.1 INTRODUÇÃO

O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) foi criado em 29 de novembro de 1994, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Àquela altura se constatava no Brasil a ausência de uma instância que possibilitasse a articulação dos diferentes setores da sociedade e evitasse a duplicação de esforços na busca da solução do problema do trabalho infantil.

Pretendia-se possibilitar a parceria entre o governo e as esferas da sociedade civil para discutir e apresentar soluções para o problema. Sob esse ponto de vista, seria um importante instrumento de união e articulação de diferentes setores interessados em atuar na prevenção e erradicação do trabalho infantil no país.

Por pretender ser um espaço de criação de consenso da sociedade sobre esta questão, o Fórum possui formação quadripartite e nele estão representados o governo, os trabalhadores, os empregadores e outras entidades da sociedade civil organizada, como ONGs, além da OIT e do UNICEF, responsáveis pelo apoio técnico e financeiro.

Dentro dessa perspectiva se traçaram como principais propostas de ação:

- Elaborar e socializar estratégias de atuação na prevenção e erradicação do trabalho infantil;
- Mobilizar empregadores e empregados e suas respectivas associações para estabelecerem, por negociações coletivas, regras específicas que visem à eliminação do trabalho infantil;
- Integrar esforços das diversas áreas na defesa dos direitos da criança e do adolescente;
- Influir nos meios de comunicação de massa para sensibilizar a sociedade e as instâncias decisórias quanto ao problema do trabalho infantil;
- Instalar e manter um banco de dados sobre o tema no Brasil, para divulgar informações a todas as pessoas envolvidas com a questão, com o objetivo de facilitar e orientar a implantação de políticas de erradicação do trabalho infantil em todo o país;
- Incentivar a criação e o fortalecimento de fóruns estaduais, regionais e municipais, criando uma rede de articulação que atinja todos os níveis administrativos, seguindo as normas contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente, desde que incluam a descentralização político-administrativa e a participação da comunidade na formulação e na implementação de políticas.

¹ *Alguns ministérios e secretarias tiveram seus nomes alterados ao longo dos oito anos em que se está tratando neste documento (1994 – 2002). Para facilitar a compreensão desta análise optou-se por adotar apenas o nome atual do organismo governamental.*

Na ocasião da sua instalação o Fórum Nacional era formado por vinte e oito entidades, atualmente são setenta, incluindo os Fóruns Estaduais. Sua primeira sede foi na Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e seu primeiro Secretário Executivo foi o Sr. Vicente Paulo da Silva. Naquela época, a coordenação do Fórum ficou a cargo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)¹, na figura da Sra. Ruth Vilela, então Secretária de Fiscalização daquela instituição. As decisões, desde sua criação, são tomadas por consenso.

1.2 INÍCIO DAS ATIVIDADES EM 1995

As atividades do FNPETI se iniciaram, efetivamente, em 1995, quando ocorreu a primeira reunião ordinária. A questão que norteou a agenda daquele ano foi a situação das crianças que trabalhavam nas carvoarias do Mato Grosso do Sul, que foi escolhida para ser a experiência piloto do Fórum.

Naquele ano, o Fórum entendeu que seria produtivo criar um grupo técnico e um político, que se encontrariam paralelamente às plenárias do Fórum. O primeiro seria um espaço para discussão e encaminhamento das ações, enquanto o segundo se ateria às questões macro de prevenção e erradicação. A primeira tarefa do grupo político seria acompanhar as discussões sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a tramitação da ratificação pelo Congresso Nacional da Convenção 138, além de buscar informações sobre os projetos de lei que viessem alterar a Constituição Federal no que se refere à idade mínima para trabalho. Em relação à Convenção 138, se discutia se era necessário alterar a Constituição para ratificá-la. Já o grupo técnico passou a se concentrar no estudo da melhor forma de se fazer a intervenção nas carvoarias do Mato Grosso do Sul.

O primeiro passo foi a elaboração de um documento que procurasse sensibilizar a sociedade para o problema. A idéia seria comprometer os três níveis de governo e a sociedade civil. Foram realizados encontros do Fórum e do Ministério Público do Trabalho com os diferentes atores locais: o governo estadual, o municipal e a sociedade civil.

A partir do material existente elaborou-se o primeiro Plano de Ações Integradas (PAI), que apresentava uma visão integrada da complexidade do problema e estabelecia a forma de envolvimento de atores sociais locais. Entendeu-se que seria necessário atuar simultaneamente em vários campos: saúde, educação, promoção social, meio ambiente e geração de trabalho e renda. Vale dizer que o foco do Plano era a família e não a criança.

Após a elaboração deste Plano, promoveu-se uma reunião extraordinária do Fórum no Mato Grosso do Sul, ocasião em que o governo estadual

assumiu a execução, e se conseguiu uma audiência com o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, para solicitar o apoio ao PAI nas carvoarias do Estado. O início concreto do programa se deu em 1996 e a atuação do FNPETI foi fundamental para que esta experiência se realizasse.

Assim, 1995 foi um ano decisivo na história do Fórum. Não só por ter sido o primeiro ano de trabalho, mas porque muito se avançou na busca da prevenção e eliminação do trabalho infantil. Progrediu-se na articulação e mobilização da sociedade brasileira para o problema e, por outro lado, produziu-se a primeira atuação concreta – nas carvoarias do Mato Grosso do Sul – junto com o governo estadual. Dessa experiência surgiu o primeiro PAI, que se tornaria uma nova metodologia de atuação, que será tratada mais detalhadamente em outra seção. No entanto, 1995 termina com a avaliação de que o Fórum Nacional precisaria ser reestruturado.

1.3 CRIAÇÃO DO PETI EM 1996

O ano de 1996 começou com o Fórum preocupado em discutir sua reestruturação. A questão que se vislumbrava naquele momento era se o Fórum deveria ter uma atuação articuladora ou localizada.

A primeira forma de atuação pôde ser entendida como ações descentralizadas, em que seria enfatizado o papel de articulador do FNPETI, de forma que se fomentasse o surgimento de fóruns estaduais. Na segunda, se atuaria concretamente em áreas específicas, visando concentrar esforços.

Concluiu-se que esses dois papéis não seriam excludentes, mas complementares, na medida em que a atuação localizada alimentava e estimulava a atuação articuladora,

que era a concepção estratégica do Fórum. Isso porque se entendia que assim se fortalecia a articulação dos membros e se possibilitava uma ação conjunta, concreta e objetiva de organismos governamentais e da sociedade civil. Conseqüentemente, os membros do Fórum consideraram que apenas a função articuladora poderia esvaziar o FNPETI, pois ele se restringiria apenas a discussões teóricas, o que poderia por em risco a continuidade dos trabalhos e a participação das várias entidades, além da atuação localizada também requerer uma articulação prévia. Assim, a

SÉRGIO PEDREIRA



Trabalho infantil na colheita de cítricos

reestruturação do Fórum seria centrada no aprimoramento da estratégia e da metodologia, de forma a harmonizar as duas formas de atuação. Na ocasião, optou-se pela extinção dos grupos, sendo que outros grupos poderiam vir a ser criados para tratar temporariamente de questões específicas.

Em 1996 o Fórum conseguiu uma importante conquista: o governo federal reconheceu o problema e criou o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS) do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS).

Assim, naquele ano, as ações do Fórum se voltaram para outras áreas também prioritárias: a atividade sisaleira na Bahia e a canavieira no Rio de Janeiro. No entanto, no final do ano, não se podem constatar os mesmos avanços que se conseguiram no Mato Grosso do Sul.

No final de 1996, ainda não se tinha conseguido implementar o PAI na região sisaleira, mas vários avanços já tinham sido alcançados. Na Bahia, foi criada em julho de 1996, a Comissão Estadual de Combate ao Trabalho Infantil, com participantes do governo e da sociedade civil, que articulou localmente a discussão inicial para implantação do PAI. Ao longo do ano, a Secretaria Executiva do Fórum realizou uma série de reuniões com atores locais; acompanhou o andamento das discussões e dos encaminhamentos em nível estadual e municipal; e participou do planejamento estratégico para identificar os problemas e as propostas de ação – quando se definiu o PAI local. Selecionaram-se, então, cinco municípios que seriam atendidos na primeira fase do programa – Retirolândia, Santaluz, Conceição do Coité, Valente e Riachão do Jacuípe. A Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social (SETRAS) da Bahia produziu o diagnóstico socioeconômico da região sisaleira, entre setembro e dezembro de 1996 e assinou o convênio com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) para o cadastramento das famílias que seriam beneficiadas – o que foi realizado entre dezembro de 1996 e de 1997. Vale dizer que entre julho de 1996 e janeiro de 1998 foram criadas três Comissões Regionais e quatorze Municipais no estado.

No entanto, a situação na zona canavieira do Rio de Janeiro estava menos encaminhada. Estavam sendo dados os primeiros passos para a implantação do PAI. As ações se encontravam nas fases de articulação das esferas do governo estadual, dos oito municípios que seriam atendidos pelo PAI e da sociedade civil, assim como na determinação de como seria constituída a coordenação local e a discussão das pré-condições para implantação do Programa. Por outro lado, o planejamento estratégico já havia sido realizado e também uma reunião com o Ministério da Educação (MEC) para acertar a participação da Escola

Técnica Federal de Campos em projetos de qualificação profissional de adolescentes.

A atuação no Mato Grosso do Sul teve continuidade. Entre as atividades realizadas registram-se: o apoio à coordenação local; o acompanhamento de missões internacionais, que vieram conhecer a experiência local; o envolvimento na oficina de planejamento participativo das ações locais de combate ao trabalho infantil; e a contribuição no fortalecimento da articulação local. O Programa no estado conseguiu abarcar grande parte das crianças trabalhadoras nas carvoarias, apesar de ter enfrentado várias dificuldades iniciais.

Naquele ano, muitos avanços foram obtidos no que diz respeito à mobilização e à conscientização. Vários segmentos da sociedade resolveram assumir compromissos públicos repudiando o trabalho infantil. Inclusive a questão progrediu muito dentro do empresariado, o que resultou em vários pactos setoriais que visavam a eliminação da contratação de mão-de-obra infantil nas suas atividades. Dentre esses, pode-se citar: “Pacto Bandeirantes” do setor sucroalcooleiro do estado de São Paulo; o “Pacto de Araraquara” e a “Carta de Bebedouro” do setor cíclico de São Paulo e Minas Gerais; “Pacto de Franca” do setor calçadista de Franca/SP; o pacto entre a Delegacia Regional do Trabalho de Goiás e a empresa Arisco na produção de tomate; o “Pacto Paulo Freire para a Erradicação do Trabalho Infantil e a Profissionalização do Adolescente no Setor Sucroalcooleiro da Zona da Mata de Pernambuco”. Compromissos similares foram assumidos no setor automobilístico pelas empresas Ford, General Motors, Mercedes-Benz e Volkswagen; e também pela Metalúrgica Mannesmann.

Outra iniciativa a ser destacada foi o “Termo de Compromisso para a Erradicação do Trabalho Infantil e a Proteção ao Adolescente no Trabalho” assinado pelo Presidente da República, doze governadores, parlamentares, organizações empresariais e de trabalhadores e ONGs.

Pode-se dizer que, em 1996, a temática do trabalho infantil entrou definitivamente na agenda do governo federal e da sociedade civil. Setores que antes eram insensíveis à questão passaram a perceber a sua importância; o tema entrou de vez na pauta da mídia nacional. Nesse processo, a metodologia do PAI foi aprimorada com algumas lições tendo sido aprendidas. Essas lições podem ser sintetizadas na percepção da importância de organizar e fortalecer uma coordenação local ou estadual; na valorização do planejamento estratégico, com entidades governamentais e não-governamentais envolvidas na questão, para organizar e estruturar as idéias e as ações; na relevância de designar um técnico com disponibilidade de tempo para assessorar o desenvolvimento das atividades preparatórias para a implantação do

PAI; e na necessidade de se considerar as peculiaridades de cada região.

1.4 EXPANSÃO DAS AÇÕES DO FÓRUM NOS ESTADOS EM 1997

A morte, em maio, do então Secretário Executivo, Sr. Vicente de Paulo da Silva, que foi um profissional muito atuante, marcou o ano de 1997. Sua substituição foi muito demorada. Após alguns meses sem um substituto, na reunião ordinária de 18 de novembro de 1997, aventou-se uma solução temporária, ou seja, a contratação de um consultor para ocupar o cargo interinamente, entre dezembro de 1997 e fevereiro de 1998, e constituir um Comitê Operativo – com um representante de cada um dos quatro segmentos componentes do Fórum – para dar apoio aos trabalhos da Secretaria Executiva. As decisões do Fórum, no entanto, continuariam a ser tomadas por consenso nas plenárias. Ao que tudo indica, tal contratação e a constituição desse Comitê se deu apenas em 1998.

Naquele ano, iniciou-se a concessão das Bolsas Criança Cidadã nos municípios selecionados da Bahia – em dois deles o início do recebimento das bolsas foi em julho e nos outros três em setembro. Foram concedidas 8.212 bolsas para esses cinco municípios. Na reunião extraordinária de 25 de junho, em virtude da primeira bolsa só sair em julho, levantou-se o problema de como evitar que as crianças trabalhassem no período de férias. Para discutir a questão e a do acompanhamento das famílias e elaborar propostas, resolveu-se constituir um grupo composto de algumas entidades do Fórum. No entanto, não há referências posteriores a esse grupo e às suas ações.

² Por jornada ampliada entende-se um segundo turno de atividades – culturais, esportivas e de lazer – complementares ao ensino regular. Avalia-se que a mesma estimule a permanência e o sucesso escolar, além de possibilitar a ampliação do universo de conhecimento. Assim, a criança freqüenta em um turno a escola e no outro participa das ** atividades – que podem ser realizadas no próprio ambiente escolar ou em outro local.

Na ata dessa mesma reunião, em diferentes momentos, foram levantados problemas que estavam ocorrendo na execução dos programas no Mato Grosso do Sul e na Bahia. Em ambos havia problemas com a jornada ampliada² – de execução na Bahia e de freqüência no Mato Grosso do Sul. Além disso, no Mato Grosso do Sul o transporte escolar era insuficiente e na Bahia algumas entidades estavam tentando resolver o problema.

Como se percebeu que, também, era preciso discutir a questão de “geração de renda”, instituiu-se que no período da tarde das plenárias, haveria um espaço para a discussão de temas técnicos e o da próxima reunião seria a “geração de renda” – o que também parece não ter se realizado.

No ano aconteceu um evento importante em nível mundial. Por iniciativa do governo da Noruega, em outubro, ocorreu a Conferência Internacional de Oslo, cujo tema era trabalho infantil. Alguns membros do Fórum participaram da Conferência e depois relataram o que foi discutido ao grupo.

Por outro lado, Pernambuco também passou a ser considerado como área prioritária entrando no grupo de estados atendidos pelo PETI. Nesse estado, se conseguiu implantar Comissões Estaduais e Municipais e também um Fórum Itinerante pela Erradicação do Trabalho Infantil, decisivo na implementação de ações de articulação e mobilização. Um problema que se encontrou na Zona da Mata foi a falta de condições das escolas para atender a demanda reprimida. A solução encontrada foi a construção ou adaptação de espaços, em parceria com os donos de engenhos. E também foi relatada a existência de problemas ligados à jornada ampliada devido ao grande número de crianças que se estimava atender com o PETI.

Com relação à experiência do Mato Grosso do Sul, a situação avançou no sentido da consolidação e ampliação do Programa Vale-Cidadania, que passou a contemplar também crianças trabalhadoras dos ervais; da intensificação da assistência às famílias; e do envolvimento de setenta e sete prefeituras e empresários. Além disso, foi criado um sistema de coleta direta de dados sobre a situação das crianças e adolescentes em todos os municípios. No Rio de Janeiro se estava na fase de cadastramento de todas as crianças de 6 a 14 anos que trabalhavam nos canaviais.

Os trabalhos do Fórum, ao longo de 1997, sofreram muito, entre outras coisas, com a morte de seu antigo Secretário Executivo e a dificuldade em encontrar um substituto. Nos estados, os PAIs que estavam em andamento continuaram, e um novo Programa se iniciou em Pernambuco.

1.5 ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Começa o ano de 1998 com os membros do Fórum sentindo a importância de resolver as dificuldades, modificar a configuração da Coordenação do Fórum e retomar as atividades. Outra questão pendente referia-se à identificação da entidade que acolheria a Secretaria Executiva do Fórum.

Na reunião ordinária de 29 de julho, o novo Secretário Executivo, Sr. Henirdes Batista Borges, foi apresentado a todos os integrantes do Fórum. A Secretaria Executiva passou a ser sediada no Serviço Nacional de Aprendizado Rural - SENAR/CNA. Além disso, foi constituído o grupo operativo, com um representante de cada segmento do Fórum, que teria a função de atuar mais rapidamente nos assuntos deliberados.

Na oportunidade, se informou que o Ministério do Trabalho e Emprego estava implementando um Banco de Dados do Fórum, sendo ressaltado que isto sempre foi uma demanda dos membros, e também se discutiu sobre a "home page" do FNPETI. Outro tema retomado foi a ratificação da Convenção 138 da OIT, que se refere à idade mínima para o trabalho. O Fórum deliberou ainda que seriam encomendados três pareceres sobre

a constitucionalidade da ratificação dessa Convenção no Brasil e sobre o histórico do problema, decidindo-se que os seus integrantes poderiam enviar pareceres favoráveis.

Naquele ano aconteceram alguns eventos internacionais importantes. Em junho, ocorreram, em Genebra, a “Conferência Internacional do Trabalho” e a “Marcha Global contra Trabalho Infantil”. Um dos temas tratados na Conferência Internacional foi a proposta de uma nova Convenção da OIT sobre as piores formas de trabalho infantil. Além disso, houve a “Conferência de Bogotá”, de iniciativa do UNICEF, com o objetivo de verificar o que estava sendo feito, na América Latina, das metas “Pós-Oslo”. Entre os temas abordados esteve em pauta a questão do trabalho infantil doméstico e o ilícito.

Provavelmente a iniciativa mais importante do Fórum em 1998 tenha sido o planejamento estratégico ocorrido em agosto. Segundo a publicação gerada por esta experiência – “Plano de Ação do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil”. Brasília: agosto 1998 – o objetivo era planejar a estratégia de atuação. Percebe-se, pelo que foi relatado, que essa iniciativa respondia aos anseios de mudança dos membros do FNPETI.

Na ocasião, definiu-se o grupo-alvo da atuação do Fórum: “crianças e adolescentes menores de 18 anos, que não concluíram o ensino fundamental, trabalhando ou ameaçados de ingressar no mercado de trabalho ou, em qualquer caso, que executem trabalhos proibidos”. Dentro de uma visão espacializada, a prioridade seria para as crianças e adolescentes em área de maior risco. Quanto à visão não-espacializada, entendeu-se ser prioritário focar as atividades realizadas em condições perigosas e insalubres, merecendo especial atenção o trabalho escravo, atividades ilícitas, exploração sexual, trabalho doméstico, trabalho nas ruas e familiar objetivando a geração de renda.

Foi identificado como objetivo superior o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, sendo que o referido Plano de Ação deveria ter as crianças e adolescentes menores de 18 anos, escolarizados no mínimo até a 8ª série, protegidos ou retirados do trabalho. Para atender esse objetivo, foi definida como estratégia de atuação do Fórum, para o período de novembro de 1998 a novembro de 2002, o alcance dos seguintes resultados:

1. Gestão integrada e efetiva do Fórum Nacional.
2. Implantada política nacional de prevenção/erradicação do trabalho infantil.
3. Promovida articulação institucional entre Governo e sociedade e ações na área do trabalho infantil integradas.
4. Sociedade comprometida com a promoção e defesa dos direitos da

- criança e do adolescente.
5. Escola de qualidade garantida para todas as crianças e adolescentes.
 6. Renda familiar melhorada.
 7. Implantados efetivos controle e fiscalização do trabalho infanto-juvenil.
 8. Dados sistematizados e integrados.

Confirmou-se, ainda, a nova reestruturação do Fórum, alterando a sua estrutura de funcionamento. A plenária continuou a ser a instância máxima decisória, mas criou-se uma Coordenação Colegiada, formada por dois membros de cada segmento representado no Fórum, sendo um titular e um suplente, além de representantes da OIT e do UNICEF. A Coordenação ficava incumbida de coordenar as ações do FNPETI, tomando, inclusive, decisões nos intervalos das plenárias. A Secretaria Executiva continuaria com a sua função de operacionalizar as ações decididas pela Coordenação Colegiada e gerir o cotidiano da entidade. Foram criados grupos temáticos – que poderiam ser permanentes ou temporários – para discussão e elaboração de propostas sobre temas específicos. Foi entendido, nesse contexto, que os grupos temáticos permitiriam maior articulação e melhor distribuição de responsabilidade entre os membros. Criaram-se os seguintes grupos permanentes: Educação e Melhoria de Renda, Articulação Parlamentar, Comunicação, Mobilização Social e Captação de Recursos. Como não houve interessados para este último, posteriormente, criou-se um grupo temporário de Sustentabilidade do Fórum.

Com base nessa experiência, produziu-se o Plano de Ação para 1998, que sintetizava o que foi concluído e apresentava um detalhamento das atividades a serem realizadas, tendo em vista os resultados pretendidos, perspectivando que as ações do Fórum nos próximos quatro anos deveriam seguir essas diretrizes. O ano terminou novamente com o Fórum sem Secretário Executivo, dado que o Sr. Henrides Batista Borges deixou o cargo em novembro.

Assim, o ano de 1998 pode ser considerado um ano-chave por este novo perfil adotado pela entidade e pela importante iniciativa de se planejar explicitamente, por um período maior de tempo, as ações a serem realizadas.

1.6 CINCO ANOS DO FÓRUM

A Coordenação Colegiada começa 1999 ocupando-se de temas como: financiamento e institucionalização do Fórum; Emenda Constitucional nº 20, que elevaria para 16 anos a idade mínima para ingresso no mercado de trabalho; e o funcionamento da Coordenação. Logo na primeira reunião, em 28 de janeiro, decidiu-se convidar o Ministério Público do Trabalho e a

Procuradoria Geral da República para integrá-la. Na segunda reunião, em 9 de fevereiro, por consenso foi escolhida a nova Secretária Executiva, Sra. Soleny Hamú.

Em março, foi criado o grupo temático temporário sobre idade mínima de ingresso no mercado de trabalho, devido à tramitação no Congresso da Emenda nº 20. No entanto, tal emenda foi suspensa por decisão judicial e o grupo passou a discutir a Nova Convenção 182 da OIT. Após duas reuniões, o grupo concluiu um documento que apresentava a posição do Fórum sobre a Convenção e que seria negociado com os integrantes da delegação brasileira na Conferência Anual da OIT.

No entanto, o andamento dos grupos temáticos permanentes foi menos ativo do que o esperado, o que pode ser visto pela baixa frequência de reuniões no segundo semestre e pela extinção do grupo Mobilização Social, no primeiro semestre, por falta de quorum nas reuniões.

Durante o ano, os trabalhos de mobilização, articulação e acompanhamento dos projetos já em andamento nos estados foram reativados. Por um lado, muito se avançou na criação de fóruns ou comissões nos estados e na rearticulação dos trabalhos nos estados que, já os tendo implantado, haviam se desmobilizado ou que não haviam deslanchado. Por outro, se voltou a monitorar os PAIs em andamento e também a estabelecer contatos visando apoiar a criação de futuros PAIs no Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe. Além disso, a Secretaria Executiva participou de vários eventos no país e os trabalhos nos estados privilegiaram o caráter orientador das ações locais.

Outro avanço importante foi a discussão para elaboração de um documento sobre uma política nacional de combate ao trabalho infantil, questão que tinha surgido no planejamento estratégico de 1998. Já na primeira reunião ordinária do ano se iniciou a discussão sobre o assunto e se marcou uma reunião extraordinária para tratar dessa questão. Na discussão sobre a natureza do documento, abriram-se duas possibilidades; ser uma política governamental ou um documento do Fórum. Decidiu-se pela segunda opção. O documento deveria apresentar as diretrizes, os princípios básicos e os fundamentos de uma política nacional e enfatizar os seguintes pontos: i) educação; ii) melhoria de renda e desenvolvimento local e regional; iii) fiscalização; iv) articulação interinstitucional; v) dados integrados; e vi) arcabouço jurídico. Destarte, decidiu-se contratar uma consultoria para a elaboração do documento-base e que os integrantes do FNPETI interessados enviariam suas contribuições. Depois, o documento seria submetido ao Fórum em um seminário amplo e, então, serviria de subsídio para a Política Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. No final do ano, tinha-se a primeira versão do documento

“Diretrizes para a Formulação de uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil”, que foi enviado a todos os Fóruns e Comissões Estaduais para que fizessem comentários e ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), bem como aos Conselhos Estaduais de Direitos da Criança e do Adolescente.

Foi também produzida uma publicação sobre o Fórum, intitulada “Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – Ações e Perspectivas” e materiais de divulgação comemorativos dos cinco anos de existência.

Buscando a ratificação da Convenção 138 da OIT, foi entregue pela Coordenação Colegiada, em reuniões com representantes da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e do Ministério do Trabalho e Emprego, um parecer jurídico mostrando a viabilidade dessa ratificação.

Ainda no ano de 1999, as atividades dos Fóruns foram reativadas e passaram a ser pautadas por um planejamento prévio de longo prazo. Foi, também, fortalecido o papel de orientador das ações desenvolvidas nos estados. Além disso, se avançou no sentido de criar a Rede Nacional de Fóruns Estaduais de Combate ao Trabalho Infantil e, com isso, apenas alguns poucos estados ainda não tinham fóruns ou comissões. No encaminhamento visando a ratificação das Convenções 138 e 182 da OIT, o Fórum teve o seu papel reconhecido pelos atores responsáveis por essa ratificação.

1.7 DIRETRIZES PARA A FORMULAÇÃO DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL

As discussões de 2000 trataram, principalmente, dos seguintes temas: a consolidação do documento “Diretrizes para a Formulação de uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil”, a sustentabilidade do Fórum e as modificações no PETI decididas pelo governo federal.

Houve também a realização de um novo planejamento estratégico para definir as ações do ano de 2000-2001 e de dois seminários nacionais para discutir o documento citado e a implementação das Convenções da OIT, que contaram com cerca de 190 participantes³. As contribuições do debate nacional “Implementação das Convenções nº 138 e 182 da OIT” foram aceitas pela Comissão Tripartite instalada pelo MTE para discutir as piores formas de trabalho infantil. Por último, começou ainda o “Ciclo de Debates Regionais”, que promoveu dois encontros no ano, um em Natal/RN (o da região Nordeste) e outro no Rio de Janeiro/RJ (o da região Sudeste), ambos sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes. Nesses eventos, aprovaram-se, respectivamente, a “Carta de Natal” e

³ Os seminários ocorreram em datas seguidas e no mesmo local. O referente às Convenções se deu nos dias 3 e 4 de maio, e o sobre as diretrizes nos dias 4 e 5 de maio.

a “Carta Compromisso do Rio” e as entidades presentes nos encontros comprometeram-se em atuar conjuntamente na solução da questão. A cada um desses encontros compareceram cerca de 200 participantes.

SÉRGIO PEDREIRA



*Trabalho infantil na citricultura
com manejo de agrotóxico*

Na primeira reunião do ano os grupos permanentes decidiram se autodesativar e na plenária de julho ficou acertado que as posteriores reuniões do Fórum seriam itinerantes, como forma de apoiar ou reconhecer o trabalho local. Assim, em outubro a Bahia foi o estado escolhido e em dezembro foi o Rio de Janeiro.

As modificações no PETI foram baseadas em uma análise da Comissão Estadual da Bahia e os pontos discutidos foram: i) a limitação da permanência das crianças no programa em quatro anos; ii) a mudança no foco da família para a criança; iii) a impossibilidade de inclusão de crianças em situação de risco; e iv) a diminuição do valor do benefício em cinco reais. Entendeu-se que o Fórum deveria tentar evitar que tais mudanças se concretizassem e para isto decidiu-se solicitar uma audiência com o Ministro da Educação e com a Frente Parlamentar para entregar o dossiê do PETI, além de enviá-lo também à SEAS e para outros ministérios. Além disso, discutiu-se a pertinência de se entrar com uma ação judicial contra a alteração do manual do PETI junto ao Ministério Público; e apresentar o documento da Bahia na reunião seguinte do

CONANDA; e, por último, informar sobre as decisões aos demais Fóruns Estaduais. Não há informações relacionadas sobre os resultados das medidas apontadas.

Com relação à sustentabilidade do Fórum, a questão se fazia relevante pelo fato de ser financiado por fontes internacionais, OIT e UNICEF, que indicavam a retirada gradual da contribuição. Assim, o problema era como garantir a manutenção do Fórum sem a dependência dessas fontes. Um ponto sempre levantado sobre esse assunto é que o Estado deveria entrar com alguma contribuição. No planejamento estratégico daquele ano, quando tal problema foi considerado uma das prioridades nas discussões, discutiu-se se deveria ser criada uma entidade mantenedora – sob a forma de uma fundação ou associação –, ou se deveria ser mantido o modelo de gestão atual. Considerou-se que a vantagem da primeira opção seria a maior facilidade na captação de recursos, mais segurança e estabilidade para os funcionários da Secretaria Executiva e aumento das condições de auto-sustentabilidade. Já no caso da segunda alternativa, as vantagens seriam maior facilidade no que diz respeito ao relacionamento quadripartite e maior independência. Na ocasião, decidiu-se pela manutenção do atual modelo de gestão, mas manteve-se na pauta a outra alternativa. Além disso, a Secretaria Executiva participou de reuniões visando à captação de recursos com USAID/Pommar, Ministério da Saúde e Ministério da Justiça.

Naquele ano, muito se avançou com relação à consolidação das “Diretrizes para a Formulação de uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil”. Para isso, foi muito importante a realização do referido seminário nacional – promovido pelo FNPETI com o apoio da OIT e do UNICEF. O objetivo do evento era se ter uma proposta de consenso nacional. Tal iniciativa foi a última etapa de um processo de elaboração conjunta deste material, que incluiu os quatro setores da sociedade representados no Fórum nos níveis nacional e estadual, discutindo amplamente com os Fóruns/Comissões Estaduais e com os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

No seminário os participantes foram divididos em seis grupos de trabalho, cada um responsável por discutir um dos eixos temáticos do documento. Em um segundo momento, os relatores de cada grupo apresentaram as considerações apontadas e a seguir foi aberto espaço à plenária para novas contribuições. A Coordenação Colegiada do Fórum e a Comissão de Políticas Públicas do CONANDA ficaram incumbidas da redação final do documento. Essa proposta do Fórum, consolidando todas as contribuições apresentadas, foi aprovada na íntegra pelo CONANDA e, posteriormente, publicada, com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Ainda no mesmo ano a Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil foi consolidada, com todos os estados tendo constituído Fóruns ou Comissões Estaduais.

Vale dizer que, desde dezembro 2000, o Fórum passou a ser abrigado pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça.

1.8 REUNIÕES ITINERANTES DO FÓRUM

Em 2001, o Fórum decide, na primeira reunião plenária, dar prioridade a três temas:

- Aprimoramento do PETI, centrando nas questões de geração de trabalho e renda; egressos; aprendizagem; e elaboração de estratégias que melhorem o controle social no sentido de maximizar a utilização dos recursos.
- Exploração sexual de crianças e de adolescentes.
- Trabalho em atividades ilícitas.

O Fórum aprovou a decisão de buscar a implementação de uma política nacional baseada no documento “Diretrizes para a Formulação de uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil” e atuar contra o trabalho infantil doméstico.

Dando continuidade ao “Ciclo de Debates Regionais” aconteceram mais dois debates durante o ano. O primeiro, o da região Sul, ocorreu, em maio, em Porto Alegre e tratou da proteção do trabalho do adolescente. O outro, da região Centro-Oeste, foi realizado em Brasília, em novembro, sobre o tema trabalho infantil em atividades ilícitas. Neste último debate, se reuniu o grupo temático sobre Atividades Ilícitas, instituído naquele ano, que definiu uma série de encaminhamentos aprovados, posteriormente, pela plenária.

Também despertou a atenção do Fórum o Programa Bolsa-Escola do MEC, que foi motivo de várias críticas. Ressaltou-se que não foram consultadas instâncias constituídas para tratar deste tipo de assunto como o CONANDA e o FNPETI; o valor das bolsas foi considerado insuficiente; e não se deveria excluir do Programa Bolsa-Escola a criança beneficiada pelo PETI.

Outro tema discutido foi a redefinição do papel do Fórum, tendo sido realizada uma reunião ordinária voltada apenas a este assunto. As principais questões tratadas foram: sua atuação; melhor forma de integração com os Fóruns Estaduais; e sustentabilidade financeira, que inclui a institucionalização ou não do organismo. Sobre este último tópico não se conseguiu consenso.

Em relação ao trabalho doméstico, na reunião de junho, foram apresentados os resultados da pesquisa sobre trabalho infantil doméstico de Belém/PA e o Projeto para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Doméstico no Brasil

(Programa Internacional de Erradicação do Trabalho Infantil – IPEC/OIT). Com vistas à ratificação da Convenção 138, o Fórum intercedeu junto ao MTE, que estava propondo a idade de quatorze anos como a mínima para o ingresso no trabalho. Na reunião de 27 de março, foi aprovado o parecer técnico elaborado pelo jurista Oris de Oliveira e estabelecido que a Plenária defenderia os dezesseis anos como idade mínima em conformidade com a Constituição Federal. Constituiu-se um grupo que redigiu um ofício a ser encaminhado ao MTE com essas deliberações; solicitando audiência para discutir o assunto. Na reunião de junho se teve notícia que o MTE adotaria os dezesseis anos como idade mínima.

A Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas em favor da infância, realizada em maio de 2002 em Nova Iorque e apoiada pelo UNICEF, também recebeu a atenção do FNPETI. Resolveu-se buscar contato com o Governo Federal para discutir a composição da comitiva brasileira que iria ao referido evento e que o Fórum Nacional seria representado pela Secretária Executiva. Além disto, redigiu-se um texto para ser entregue ao Governo Federal, com a posição defendida pelo Fórum, ou seja, de priorizar a erradicação das piores formas de trabalho infantil, dentro de uma perspectiva de erradicar também todas as outras formas de trabalho infantil.

Os encaminhamentos do Fórum do ano trataram também dos seguintes temas: obstrução da votação da medida provisória que criava o Programa Bolsa-Escola (pretendia-se evitar que as famílias beneficiadas pelo PETI fossem excluídas do Bolsa-Escola); realização de um debate com representantes do MPT, da Procuradoria Geral da República e o Fórum sobre o tema da nova Lei de Aprendizagem e sua aplicação; constituição de um grupo para acompanhar os trabalhos do legislativo, principalmente o orçamento e as Propostas de Emenda Constitucional (PECs) que tramitavam no Congresso; e a instituição de uma comissão para estudar e propor alternativas viáveis para a sustentação financeira do Fórum Nacional e dos Fóruns Estaduais.

Por fim, as reuniões itinerantes transcorreram em Recife e Florianópolis. Dentro do que se tratou, pode-se destacar: a discussão sobre o próprio Fórum; apresentação de projetos, pesquisas e campanhas; o debate sobre a ratificação das Convenções da OIT; leitura de atas; e flexibilização das reuniões itinerantes.

1.9 REVENDO O PAPEL DO FÓRUM

O ano de 2002 começa com o Fórum sendo uma das experiências discutidas na Conferência “Combatendo o Trabalho Infantil”, realizada na Holanda, em fevereiro, na qual foi destacada a mobilização alcançada no país e as ações do FNPETI. Além disso, desde maio, o Fórum tem uma nova

Secretária Executiva, Sra. Isa Maria de Oliveira.

No ano, houve várias iniciativas de promoção de debates tanto no nível nacional, como regional e local. Uma delas foi a realização do último encontro do “Ciclo de Debates Regionais”, o da região Norte, em Porto Velho/RO, nos dias 18 e 19 de junho. Nesse encontro seis temas foram abordados em forma de painéis: i) realidade do trabalho infanto-juvenil na região; ii) abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes; iii) outras formas de trabalho invisível (trabalho infantil doméstico e de crianças e adolescentes no tráfico de drogas); iv) comprometimento físico e psíquico do trabalho precoce; v) aprendizagem como forma de proteção ao trabalho do adolescente; e vi) diretrizes para formulação de uma política nacional de combate ao trabalho infantil. Na ocasião foi aprovada a Carta de Porto Velho, contendo as propostas elaboradas.

Outra oportunidade foi o debate promovido pelo “Seminário Nacional sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil: Crianças no Narcoplantio e Tráfico de Drogas”, promovido pelo FNPETI e pelo CONANDA, nos dias 27 e 28 de novembro, em Brasília, com apoio da OIT e do UNICEF. Na ocasião foram apresentados os resultados da pesquisa realizada no Rio de Janeiro sobre o tema e sugeridas as principais recomendações para a prevenção e erradicação do trabalho infantil em atividades ilícitas. Destacam-se entre elas: (i) Formulação de um Plano Nacional de Combate ao trabalho de crianças no narcoplantio e narcotráfico, sustentado em diagnósticos plurais, metas de curto, médio e longo prazos e prioridades consensuais; (ii) Formação de um núcleo articulador de ações voltadas para o combate ao trabalho infantil no plantio e no tráfico de drogas de âmbito nacional e com equivalentes regionais; (iii) Criação de instrumentos de financiamento específicos para a erradicação do trabalho infantil no tráfico de drogas; (iv) Desenvolvimento de um diagnóstico específico sobre os pontos de estrangulamento na implantação do ECA e a proposição de meios para superá-los; (v) Implantação e/ou fortalecimento dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente em todos os municípios brasileiros; (vi) Formação de redes que articulem as diversas iniciativas voltadas para a prevenção ao ingresso de crianças e adolescentes no tráfico.

Houve, ainda, oficinas realizadas em parceria com os Fóruns Estaduais do Piauí, do Maranhão e de Minas Gerais. Duas aconteceram em outubro, em Teresina nos dias 17 e 18 e em São Luis nos dias 30 e 31, para a elaboração dos planos estaduais de ação de erradicação do trabalho infantil do Piauí e do Maranhão, respectivamente. A terceira realizou-se em Belo Horizonte e incluiu a promoção no dia 19 de novembro de uma oficina chamada de “Sistema de Garantia de Direitos e a Erradicação do Trabalho Infantil: O Papel do Fórum de Trabalho

Infantil, dos Conselhos de Direitos e do Conselho Tutelar”.

Essa oficina foi bastante importante para perspectivar as ações do Fórum, pois indicaram que: (i) o papel do Fórum e dos Conselhos de Direitos precisava ser revisto e discutido com novos parceiros e aliados; (ii) os planos estaduais de prevenção e erradicação do trabalho infantil precisavam ser elaborados e aprovados, contando com a participação de diversos segmentos da sociedade local; (iii) o envolvimento de outros parceiros apresentava-se como requisito fundamental para a garantia do funcionamento dos Fóruns Estaduais, visando a implantação e implementação dos Planos Estaduais; (iv) a articulação dos diferentes espaços de mobilização e articulação precisava ser incentivada (Fórum Estaduais de Erradicação do Trabalho Infantil, Fóruns Estaduais Lixo e Cidadania e Fóruns e Frentes, Movimentos ou Comissões de Enfrentamento da Violência Sexual); (v) a assistência técnica do Fórum Nacional aos Fóruns Estaduais precisava ser reforçada; (vi) o funcionamento da Rede requeria maior aprofundamento; (vii) a decisão de realização de reuniões itinerantes precisava ser revista.

Nos dias 20 e 21 de novembro, também em Belo Horizonte, aconteceu a última plenária do ano, quando alguns Fóruns Estaduais tiveram a oportunidade de apresentar as ações realizadas, os avanços e as dificuldades, visando a implementação das diretrizes em seus estados. As experiências expostas foram as do Acre, Amazonas, Rondônia, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Distrito Federal, Minas Gerais e São Paulo.

Ademais, o Fórum elaborou um projeto de fortalecimento da Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil para 2002, aprovado e financiado pelo UNICEF, OIT e Pommar/USAID.

Outro acontecimento marcante foi a criação, por parte do MTE, da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), em setembro, como determinava a Convenção 138. A instalação se deu em 13 de dezembro.

Destaca-se também que o Fórum continuou a reflexão sobre seu papel, percebendo a necessidade de realizar algumas redefinições. Assim, estabeleceu-se a primeira plenária de 2003, como o espaço em que algumas modificações seriam decididas.

Aconteceram quatro plenárias. A primeira, em Brasília. Tratou da aprendizagem profissional do adolescente e procedeu-se à mesa-redonda “Oportunidades e Impactos da Nova Lei de Aprendizagem Profissional”, seguida de debate. A segunda aconteceu em Vitória, a terceira em Maceió e a quarta, conforme já mencionado, em Belo Horizonte e trataram de diversos assuntos.

Análise



2.1 CARACTERIZAÇÃO

Para analisar a atuação do Fórum convém identificar as suas principais características. O Fórum pode ser definido como um espaço de aglutinação, mobilização e articulação das entidades interessadas no assunto. É também um espaço de reflexão, visando não só aumentar o conhecimento acumulado sobre a questão, como também contribuir na solução do problema, através da elaboração de propostas de políticas e programas. Caracteriza-se também como um espaço de discussão das medidas já em curso, com vistas ao seu aprimoramento, não sendo, portanto, um órgão executor. Outra função importante refere-se a apresentar os desafios, as estratégias e as metodologias inovadoras, propondo o debate de novos temas e ações.

Além disto, sobressai o seu caráter nacional, democrático e dinâmico. O Fórum caracteriza-se, antes de tudo, como um espaço de criação de consensos, sendo possível em função da sua estrutura quadripartite e da forma como suas decisões são tomadas: por consenso.

2.1.1 OBJETIVOS DO FÓRUM NACIONAL

Descrever os objetivos é uma tarefa desafiadora. Na publicação “Ações e Perspectivas” (1999:7) encontram-se as seguintes passagens: “Com objetivo de reunir todas as instâncias do poder público e da sociedade interessados neste tema (...)” e “O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil foi criado para atuar como uma instância aglutinadora e articuladora dos agentes sociais institucionais envolvidos em políticas e programas (...)”.

Na publicação “National Forum on the Prevention and Eradication of Child Labor – Brazil” (2002:9) preceitua-se que o principal objetivo do Fórum é promover discussões sobre trabalho infantil e a integração dos esforços dos membros na sua erradicação. No material entregue ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, na ocasião em que se pretendia conseguir apoio para o PAI do Mato Grosso do Sul, em 1995, havia um “Histórico do surgimento e das ações do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil” onde se lia que “Seu objetivo principal é prevenir e erradicar o trabalho precoce infantil (...), e intervir de forma articulada (...)”. Em outro “Histórico das ações” consta: “seu objetivo principal é aglutinar forças vivas da sociedade e fortalecer a capacidade institucional instalada para o intercâmbio de idéias e experiências, bem como a utilização dos recursos, com vistas a contribuir à erradicação do trabalho infantil e a assegurar a adoção de uma estratégia de ações integradas especialmente em áreas consideradas de risco, nas quais um número significativo de crianças trabalha”. Analisando essas publicações, observa-se que os objetivos do Fórum são apresentados em formulações variadas, que se vinculam à conjuntura de produção do documento e à sua natureza.

Da mesma forma, a discrepância quanto aos objetivos do Fórum também

aparece nas entrevistas. Os (as) entrevistados (as) apontam, como objetivos do Fórum: i) elaboração de programas e ações; ii) garantia de um espaço de discussão; iii) promoção da articulação entre os diversos setores da sociedade; iv) implementação de programas; v) criação de espaços semelhantes ao FNPETI nos estados; vi) mobilização das forças internas; vii) constituição de um espaço de discussão quadripartite; viii) ser um espaço de ação; ix) buscar o compromisso do governo e da sociedade com as Convenções Internacionais; x) aglutinar agentes dispersos; xi) conhecer o estado da arte (com relação às experiências de ação em curso); xii) estimular a participação dos membros; xiii) propor um Plano Nacional; xiv) sensibilizar e mobilizar a sociedade; xv) promover o levantamento de dados sobre o assunto; xvi) conscientizar a sociedade sobre o trabalho infantil; e xvii) ser um espaço de formação de parcerias entre os segmentos.

Porém os objetivos levantados podem ser agrupados: constituir um espaço de reflexão; constituir um espaço de sensibilização, aglutinação, mobilização e articulação da sociedade, incluindo entidades-membros e a sociedade em geral; constituir um espaço de ação, implementando ações; contribuir na elaboração de políticas e programas; criar fóruns estaduais; buscar compromisso do governo e da sociedade com as Convenções Internacionais.

Esses objetivos não são propriamente excludentes, mas mostram diferenças com relação à visão do papel do Fórum e ao que se busca com esta entidade. Vale a pena lembrar que o Fórum é uma entidade não institucionalizada, não hierarquizada e democrática. Assim, essas várias visões, na medida em que possuem o mesmo peso, podem indicar diferentes aspirações com relação à sua participação no Fórum e à sua atuação; ao empenho em relação ao que está acontecendo no momento; ao que vai ser colocado na lista das prioridades; ou mesmo facilitar que, em certas circunstâncias, a atuação se enfraqueça – no caso em que o grupo não tenha claro qual é o seu objetivo prioritário no momento.

A grande maioria dos (as) entrevistados (as), ao serem perguntados se entendiam que os objetivos iniciais se mantiveram nestes oito anos, respondeu positivamente. Mas também foi relatado que, devido aos avanços alcançados e à conseqüente mudança dos desafios do Fórum, os objetivos mudaram ou outros foram agregados aos iniciais.

2.1.2 INSTRUMENTOS

Convém distinguir os principais instrumentos do Fórum, ou seja, as ações a serem adotadas para buscar a prevenção e a erradicação do trabalho infantil no país.

Um primeiro conjunto de ações seriam as que visassem a sensibilização, conscientização e mobilização, objetivando uma mudança cultural na sociedade brasileira, de forma que o trabalho infantil deixe de ser visto

como solução; a percepção de que as crianças são detentoras de uma série de direitos, como o de não trabalhar; e que a sociedade atue no sentido de mudar o quadro atual.

Como exemplos pode-se apontar: produção de campanhas; organização de reuniões, seminários e eventos; visitas às áreas prioritárias; atuação junto à mídia para expandir a cobertura sobre o tema; exposições fotográficas; e mobilização de membros dos vários níveis de governo – tanto para os formuladores de programas como para os agentes ligados à fiscalização.

Um outro conjunto de ações orienta-se para aquelas que estimulem os vários atores sociais a adotarem medidas contra o trabalho infantil. Isso engloba selos, prêmios e campanhas como as iniciativas “Empresa Amiga da Criança”, “Jornalista Amigo da Criança” e a recente “Presidente Amigo da Criança” – que deveriam ser estendidas às outras áreas, envolvendo agentes de fiscalização, juízes e promotores – e também ações que fomentem a assinatura de pactos setoriais e compromissos públicos.

Neste ponto, há uma ligação com as ações apontadas acima, pois quanto mais mobilizada contra o trabalho infantil estiver a sociedade, maior será a possibilidade de iniciativas de controle social surtirem efeitos concretos.

Destacam-se também as ações que intentem o aprimoramento do marco legal e o respeito às leis existentes. Essas medidas visam aprimorar a legislação brasileira e também estimular o seu cumprimento e a sua defesa pela sociedade. Como exemplos, têm-se as medidas tomadas pelo Fórum visando a ratificação das Convenções 138 e 182; e as denúncias de irregularidades cometidas.

Há também ações voltadas para o desenvolvimento de propostas de políticas públicas. Apesar de o Fórum não ter mandato para elaboração de políticas, sua possibilidade de contribuição neste campo é muito grande. Isto porque congrega vários atores interessados na solução do problema, o que nem sempre acontece nas instâncias com o mandato para tal formulação – dadas as suas características que são responsáveis por várias questões além do trabalho infantil. Um exemplo importante de ação neste sentido foi a elaboração da metodologia do PAI.

Por último, mas não menos importante, há as ações para o aumento do conhecimento acumulado. Muito ainda há que se avançar, nacional e internacionalmente, na compreensão das formas de prevenir e erradicar o trabalho infantil. Em muitos casos ainda não se sabe a melhor forma de agir ou não se dispõe dos instrumentos necessários. Assim, o Fórum tem muito a contribuir neste campo, como já o fez anteriormente. Os exemplos de medidas neste caso são debates sobre temas específicos e a elaboração de metodologias e estratégias de atuação, tanto no nível do governo quanto das ONGs, assim como registro de experiências exitosas de combate ao trabalho infantil.

2.2 DOCUMENTAÇÃO

Outro aspecto importante a ser tratado nesta análise refere-se à documentação do Fórum. A base de pesquisa deste trabalho era a documentação existente no Fórum: atas, documentos, relatórios etc. Quando se iniciou este trabalho deparou-se com alguns obstáculos comprometedores neste campo, que mostraram o quanto este tópico merecia uma atenção especial do Fórum.

Pode-se começar sinalizando brevemente a importância dos documentos para um organismo como o Fórum. Em um sentido estrito, em nossa sociedade, “vale o que está escrito”, ou seja, o mecanismo de transmissão e comprovação de fatos, reflexões, decisões etc. é o documento. É através da sua formalização sob a forma escrita, que as questões assumem uma dimensão concreta, uma elaboração definida, uma constatação determinada. Assim, a documentação permite o resgate de ações nos planos administrativo, técnico e operacional. É o registro do que aconteceu. Em um sentido mais amplo, como se vive em uma sociedade em que a história é transmitida e registrada através do relato escrito, o documento é o instrumento próprio para manter a história viva. Então, outra importância do documento seria a de permitir o resgate da história da entidade. No caso do FNPETI, a qualidade da documentação se torna muito mais essencial dada a sua peculiaridade de ser um organismo dinâmico, em que as pessoas muitas vezes se alternam, seja na Secretaria Executiva, na Coordenação Colegiada, ou na representação das entidades-membros. Muitas vezes só é possível recompor os trabalhos anteriores e o conhecimento adquirido através de uma documentação completa e de qualidade.

4 Esta foi a primeira publicação do Fórum que era distribuída na forma impressa, tendo sido substituída por uma versão eletrônica, desde agosto de 2001.

Quando se realizou o levantamento da documentação do Fórum percebeu-se que ela não estava catalogada e nem possuía uma organização definida, tornando difícil a consulta e facilitando a perda de documentos. Uma mostra disto foi a dificuldade em se achar algumas atas de 1995 e 1997, que só foram achadas após mais de um mês do início deste trabalho. Ao mesmo tempo, constatou-se que a documentação não estava completa, pois não havia todos os documentos importantes produzidos pelo FNPETI. Como exemplos pode-se apontar a não existência da totalidade das atas e a existência de poucos números do boletim “Criança e Cidadania”⁴. Além disso, observa-se a não padronização dos documentos. Não se buscou estabelecer padrões ao abordar o mesmo conjunto de informação. As atas são um exemplo disto, na medida em que possuem uma grande variação de uma para outra, inclusive em um mesmo ano.

Outro problema é a não identificação de muitos documentos. Em muitos casos, não há a preocupação em fazer uma apresentação que permita a sua contextualização, identificando os objetivos, as condições que se tinha no momento, o público para quem se dirigia e o tipo de documento, se era apenas de caráter interno ou para divulgação. Além disso, muitas vezes não há a autoria, ou até mesmo, como se encontra em mais de uma ocasião, a data.

Uma outra questão seria a falta de preocupação com a continuidade de uma mesma informação ou de um tipo de documento importante. Um exemplo é a não existência de um relatório de atividades de 2001. Outro, é que não se busca mostrar nos relatórios as decisões tomadas, as metas que não foram executadas e a respectiva justificativa da não realização.

Concluindo, seria importante melhor sistematização e reflexão da importância de uma documentação completa e de informações que se consideram imprescindíveis de serem registradas. O Fórum tem uma riqueza de conhecimento acumulado que deve merecer o cuidado da organização para que não se perca o que foi produzido e para que possa ser consultado como referência sobre o assunto.

2.3 EVOLUÇÃO

Analisando a história do Fórum pode-se ver como foi a sua evolução nestes oito anos, ou seja, delinear as etapas que se seguiram, os avanços e os recuos, as realizações, a dinâmica das questões levantadas e das discussões. Pode-se perceber que a atuação do Fórum foi bastante diferenciada desde sua criação, fazendo com que seja interessante desenhar as principais características de cada fase e tentar entender as causas desta oscilação.

Foram utilizadas três fontes para apresentar a evolução do Fórum: i) as atas das plenárias; ii) o levantamento das principais ações ou resultados; e iii) as entrevistas. Optou-se por expor o material apurado nessas fontes separadamente, buscando respeitar a cronologia dos fatos, e também dar uma atenção especial aos anos 2001 e 2002 que, por serem os últimos, devem merecer especial atenção para o que se pretende alcançar com este documento.

Assim, a seção a seguir apresenta uma análise baseada nas atas das plenárias, na seguinte é feito o levantamento das principais realizações, e a terceira trata dos anos de 2001 e 2002. Por fim, analisam-se as várias fases de atuação. Deve ser ressaltado que o material apurado nas entrevistas foi inserido ao longo do texto de acordo com a pertinência.

2.3.1 ANÁLISE DAS ATAS DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS

A análise das atas das reuniões ordinárias e extraordinárias trouxe muitas informações interessantes. Podem-se ver os pontos levantados e discutidos, as decisões tomadas, as entidades mais atuantes e a assiduidade dos membros. No Anexo 1, é apresentado um levantamento que sintetiza estes pontos em cada uma das atas disponíveis no período de 1995 a 2002, com a ressalva de que a assiduidade não está sistematizada, havendo apenas a informação (chave) da existência ou não lista de presença.

Antes de começar a análise, há algumas considerações gerais sobre as

atas do Fórum que merecem ser destacadas, sendo que algumas delas já foram enunciadas anteriormente. Primeiro, tais atas não seguem um padrão, nem com relação às informações que se pretende abordar nem à intensidade com que elas são consideradas. Assim, há atas que possuem lista dos membros presentes, e outras em que tal relação não consta; que apontam os assuntos que foram tratados mas não retrata o conteúdo de tais discussões; em que as considerações dos membros aparecem de forma anônima, o que dificulta avaliar o nível de atuação dos vários membros; há, ainda, atas em que não se ressaltam os encaminhamentos decididos.

Outro problema grave é a falta de informação sobre a continuidade do que foi relatado, o que algumas vezes conduz a falhas graves na informação. Um exemplo ilustrativo é o caso da “home page” do Fórum. Na ata da reunião ordinária de 29 de julho de 1998, há a seguinte informação: “O Sr. Henirdes Borges explicou como será o Banco de Dados e a ‘home page’ do Fórum na Internet”. Na reunião extraordinária de 4 de maio de 1999 volta-se ao assunto e encontra-se: “O Sr. Luiz Cláudio informou a respeito das atividades e reuniões do Grupo Temático de Comunicação e Captação de Recursos dizendo que o grupo propôs a imediata criação de uma ‘home page’, já expondo os custos levantados, requerendo a aprovação da Plenária para esta atividade. Foi aprovada a criação da ‘home page’ do Fórum Nacional”. Destarte, essas duas observações levam a entender que essa demanda do Fórum se concretizou. Como se sabe, tal ‘site’ não existe até hoje, mas em nenhuma outra ata aparece essa informação nem os motivos para dizer porque não se concretizou.

SÉRGIO PEDREIRA



Ademais, existem atas não concluídas. Dois exemplos que podem ser apontados são as das reuniões ordinárias de 8 de dezembro de 2000 e de 23 de outubro de 2001. Isso reflete o que está sendo dito e a maneira como o Fórum vê essas atas.

Assim, observa-se que não há uma sistematização das atas. Observando o seu conjunto, se percebe variação na qualidade, no estilo, no conjunto de informações consideradas

relevantes de serem retratadas, no propósito, na intensidade do relato e no nível de recomposição que é possível fazer do que se discutiu e decidiu. Isso não é uma questão de somenos, pois as atas podem ser vistas não só como um documento, mas também como um mecanismo de se preservar a história da entidade e de medir a magnitude da importância dada às discussões, às decisões e ao conhecimento adquirido.

Portanto, examinando a análise ano a ano das atas, deve-se fazer uma ressalva: a análise é baseada no que foi registrado, podendo apresentar

diferenças com o que de fato se passou nas reuniões. Porém, não deixa de ser um aspecto significativo do momento o que se entendeu importante de ser preservado.

A análise não é completa por não se ter a totalidade das atas das reuniões que ocorreram. Para facilitar a visualização da situação será apresentado o Quadro 1, com as informações básicas.

Neste quadro, vê-se que são 28 atas disponíveis (25 de reuniões ordinárias e três de extraordinárias) e que, aparentemente, faltam duas atas de reunião ordinária e duas de reunião extraordinária. Duas outras observações devem ser feitas. Primeiro, como as reuniões extraordinárias não foram numeradas, não se pode afirmar se não falta mais alguma. Segundo, as plenárias que faltam – e as datas quando é o caso – foram detectadas por informação contida em outros documentos ou pela numeração.

Com relação às reuniões ordinárias, faltam uma de 1995 e uma de 1996. Já as reuniões extraordinárias, pelo que se pode apurar, faltam uma de 1996 e uma de 1998 ou 1999.

Em certos anos houve mais discussão, enquanto em outros as questões são mais levantadas do que discutidas. Da mesma forma, em alguns anos os debates giraram mais em torno das questões estratégicas, e em outros dos assuntos relacionados aos estados. Alguns temas são recorrentes, aparecendo em vários anos, mas há também certas questões que são “silenciadas”, ou seja, que começam a ser tratadas e depois desaparecem.

Observar a dinâmica dos assuntos tratados revela-se interessante.

Em 1995, se pretendia discutir alguns casos e questões estratégicas, como a Convenção 138 e o banco de dados. Mas acabou centrando-se, principalmente, na situação das carvoarias do Mato Grosso do Sul e na intervenção nessa realidade; e, também, na ratificação da Convenção 138 e em aspectos do próprio Fórum. Verifica-se, em 1996, uma certa dispersão do conjunto de temas tratados, abordando questões relacionadas ao Fórum, aos estados e a assuntos mais gerais – como aprimoramento estatístico e pesquisas sobre trabalho infantil.

Os problemas locais, em 1997, passam a ter mais destaque apesar de outros pontos serem levantados. Em 1998, há uma inflexão na tendência, sendo priorizados os temas relacionados ao próprio Fórum Nacional e de caráter geral. Continuando esse rumo, em 1999, os principais temas discutidos foram a Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e as Convenções da OIT. Outros temas que se podem destacar são: a legislação nacional sobre trabalho infantil e a idade mínima de ingresso no mercado de trabalho, ou seja, predominaram assuntos de caráter nacional. Já o ano 2000 apresenta uma nova mudança: segue-se discutindo questões de caráter geral, mas essas já começam a dividir espaço com as questões locais. O Fórum se volta, em 2001, de certa forma para discussões sobre o próprio FNPETI e os Fóruns Estaduais, além de deter-se em algumas questões gerais. Em 2002,

delibera-se uma nova divisão dos temas considerados tanto de caráter geral, como de questões relacionadas ao Fórum.

⁵ Está sendo chamada de primeira plenária do ano a 6ª reunião ordinária e de segunda a 7ª. Aqui a análise fica parcialmente prejudicada pela falta das outras atas, o que dificulta ver qual desses casos é o predominante.

Em termos de tendências, percebe-se também que, em certos momentos, os temas levantados no Fórum parecem ser mais debatidos que em outras épocas, em que as questões parecem ser apresentadas mais em forma de informes, relatos ou considerações individuais. Há também situações em que os momentos de palestras e mesas-redondas predominaram. Contudo essas identificações de tendência não estão sendo entendidas como estanques. Claramente, tais situações aparecem em quase todos os anos, mas se fez o destaque daquilo que predominou. Entre os anos em que as discussões prevaleceram, pode-se apontar: 1995, 1998 e 1999. Já os anos que se associam mais ao segundo caso são: 1997 e 2000. O ano 2002 pertenceria ao terceiro grupo. O ano de 1996 é um ano em que parece ter havido muito mais discussão na primeira plenária do que na segunda⁵. O ano 2001 talvez seja o mais difícil de definir; parece ser um ano em que esses três casos realmente dividiram o tempo.

Vale destacar que essas situações são relativas, ou seja, o Fórum é um local de discussão e efetivamente se comporta como tal. Quando se registram momentos de menos discussão não se está afirmando isso em termos absolutos, mas comparado com outros momentos do próprio FNPETI.

Outra questão é que o fato de haver apresentações, palestras e mesas redondas não deve ser visto de forma negativa, pois podem ser momentos importantes de formação e qualificação dos membros. Na verdade depende de como esse processo é feito e quanto tempo ocupa da reunião plenária.

Registra-se também que nos anos 1995, 1998 e 1999 as discussões que ocorreram podem ser definidas como articuladas, entendendo por isso que um tema debatido se mantinha na pauta em mais de uma reunião do ano. Pode-se alegar que em 2001 em parte isso ocorreu, pois a discussão sobre o papel do Fórum se manteve ao longo do ano.

Em 2000, a análise refere-se às reuniões ordinárias, pois houve dois seminários que foram importantes momentos de reflexão. Mas, mesmo assim, vale a separação que foi feita, pois é interessante perceber que, em um ano em que o Fórum esteve tão preocupado com discussões nacionais, não tenha conseguido, pelo que as atas levam a crer, tornar os espaços das plenárias igualmente reflexivos.

Dentre as questões recorrentes, identifica-se: o banco de dados, a ratificação das Convenções 138 e 182, a sustentabilidade e institucionalização do Fórum, a reorganização e reestruturação do FNPETI; a Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e programas governamentais: o PETI e a Bolsa-Escola.

Algumas dessas questões são recorrentes mostrando o tempo que o Fórum gastou tentando equacioná-las. Assim, o fato de as questões serem

debatidas durante um grande tempo pode mostrar avanços não obtidos, mas também que o tema foi considerado em toda sua complexidade e que a posição final do FNPETI foi uma posição amadurecida. A seguir serão comentados alguns dos temas relacionados anteriormente.

A ratificação da Convenção 138 merece ser analisada, pois reflete em parte a tendência do Fórum. Aparece em atas de 1995 e da primeira reunião de 1996, não sendo alcançada uma posição comum. Depois, pelas atas disponíveis, torna-se um tema “silenciado” até 1998, quando retorna à pauta do Fórum.

Observando o tempo em que o Fórum esteve voltado para conseguir essa ratificação, percebe-se que era um tema considerado estratégico para o Fórum. No entanto, chama a atenção que durante 1996 (parte) e 1997 ele não tenha sido contemplado. Isso reflete um momento específico do Fórum que olhava para as questões mais relacionadas à implantação dos PAIs nos estados.

A questão do banco de dados revela-se também oportuna para análise. Este foi um tema que surgiu muito cedo no Fórum, remontando à reunião de sua instalação. De forma semelhante ao anterior, esse assunto aparece na ata da primeira reunião de 1995 e só vem a ser retomado em 1997/1998 – em 1997 é apontado como um tema a ser tratado em 1998. E quando retorna em 1998 aparece como já estando em fase de implantação. No entanto, ele volta a desaparecer da pauta, apesar de voltar a aparecer em outros documentos, ou seja, desde o início o banco de dados foi considerado como um assunto prioritário e em momento algum deixou

QUADRO 1: ATAS DISPONÍVEIS

| Data | Tipo da reunião | Número cardinal | Comentário |
|-------------------|-------------------------------------|-----------------|---|
| 09/03/95 | Ordinária | 1 ^a | Não falta ata |
| 23/05/95 | Ordinária | 2 ^a | Não falta ata (aparentemente) * |
| 10/10/95 | Extraordinária | sem numeração | Não falta ata (aparentemente) |
| 25/10/95 | Ordinária | 4 ^a | Ao certo falta a 3 ^a ordinária |
| 29/11/95 | Ordinária | 5 ^a | Não falta ata (aparentemente) |
| 12/03/96 | Ordinária | 6 ^a | Não falta ata (aparentemente) |
| 03/07/96 | Ordinária | 7 ^a | Não falta ata (aparentemente) |
| 10/04/97 | Ordinária | sem numeração | Faltam 2 atas: 17/09/96 (ordinária) e 10/10/96 (extraordinária) |
| 25/6/97 | Extraordinária | sem numeração | Não falta ata (aparentemente) |
| 18/11/97 | Ordinária | sem numeração | Não falta ata (aparentemente) |
| 12/03/98 | Ordinária | sem numeração | - |
| 29/07/98 | Ordinária | 12 ^a | - |
| 17 e 18/11/98 | Ordinária | 13 ^a | - |
| 16 e 17/03/99 | Ordinária | 14 ^a | - |
| 4 e 05/05/99 | Extraordinária | sem numeração | - |
| 14/09/99 | Ordinária | 15 ^a | Falta uma ata de reunião extraordinária ocorrida em 98 ou 99 |
| 28/03/00 | Ordinária | 16 ^a | Não falta ata |
| 18/07/00 | Ordinária | 17 ^a | Não falta ata |
| 04/10/00 | Ordinária itinerante Salvador | sem numeração | Não falta ata |
| 08/12/00 | Ordinária itinerante Rio de Janeiro | sem numeração | Não falta ata |
| 27/03/01 | Ordinária Brasília | sem numeração | Não falta ata |
| 25/06/01 | Ordinária itinerante Recife | sem numeração | Não falta ata |
| 23/10/01 | Ordinária Brasília | sem numeração | Não falta ata |
| 05/12/01 | Ordinária itinerante Florianópolis | sem numeração | Não falta ata |
| 19/03/02 | Ordinária Brasília | sem numeração | Não falta ata |
| 25/06/02 | Ordinária itinerante Vitória | sem numeração | Não falta ata |
| 23, 24 e 25/09/02 | Ordinária itinerante Maceió | sem numeração | Não falta ata |
| 20 e 21/11/02 | Ordinária itinerante Belo Horizonte | sem numeração | Não falta ata |

* Não se pode afirmar que não falta ata ao certo, pois pode ser que falte a de alguma reunião extraordinária, dado que não são numeradas.

de ser entendido como tal. No entanto, não foi uma questão que o Fórum pareça ter se empenhado em debater ou tentar solucionar os problemas que poderiam estar surgindo. Uma amostra é que na referida reunião de 1995 é apresentada uma proposta de banco de dados - que seria analisada pelos membros - que agregariam suas contribuições. No entanto, em nenhuma outra ata, volta-se a ter referência a essa proposta ou a alguma outra alternativa, e na ata de 1998 não aparece como uma discussão mas como um informe da situação. Assim, a julgar pelo registrado nas atas, parece ter sido um assunto que não mereceu um tratamento adequado, na medida em que apesar de ter sido considerado importante não foi objeto de uma discussão mais estruturada. Acrescente-se que parece nem ter havido um debate definitivo sobre o conceito de banco de dados.

Sobre a discussão da Convenção 182, pode-se ressaltar que foi um tema de intensos debates e de muita reflexão do Fórum, acarretando conhecimentos muito ricos, ou seja, as atas confirmam o que foi dito na seção acima.

O mesmo pode-se dizer sobre a Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, que culminou no documento "Diretrizes para Formulação de uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil", amplamente discutido no Fórum Nacional, nos estados e depois em um seminário nacional. No entanto, caberia avaliar os encaminhamentos posteriores para se alcançar do governo um posicionamento concreto com relação à implementação de uma política nacional.

O aspecto da sustentabilidade financeira do Fórum, que engloba a questão da institucionalização ou não do Fórum, é uma discussão que tem ocupado o FNPETI em vários momentos, tendo sido, inclusive, criado um grupo temporário para tentar resolver esse problema. No entanto, não se chegou até o momento a uma conclusão definitiva, apesar de o Fórum ter realizado, nos últimos anos, muitas reuniões para tratar desse assunto. Assim, aparece como questão em que o Fórum não tem avançado o suficiente. Inclusive, os entrevistados manifestaram-se com opiniões diferentes: alguns entendem que a sustentação financeira do Fórum deve ser viabilizada pelo governo federal; outros consideram que se deve criar uma fundação, que seria a entidade mantenedora; e outros não vêem como vantajosa a institucionalização do Fórum. Contudo, o assunto será retomado no próximo ano em uma plenária extraordinária.

Outra questão que aparece nas atas de forma não sistematizada, através de comentários avulsos e não destacados, é a necessidade de maior envolvimento dos membros nas atividades do Fórum. Relacionadas a essa questão, as próprias atas podem servir de mecanismo para se tentar perceber a intensidade da atuação das várias entidades nas discussões. O problema nesse caso é que não raras vezes as considerações aparecem sem ser nomeada a pessoa que a fez ou não são registradas todas as contribuições. Percebe-se que as entidades atuantes são poucas, perto do universo de instituições que compõem o Fórum. Isso é especialmente nítido para as entidades representativas dos empregadores, se bem que

abrange os quatro setores representados no Fórum. Considerando como critério de destaque da entidade nas discussões ter seu nome citado em pelo menos nove reuniões (o que equivaleria a um terço delas), aparecem as seguintes entidades: OIT, UNICEF, Fundação Abrinq, MNMMR, CONTAG, MTE, MPT, Força Sindical e SEAS. Essa questão será vista mais aprofundadamente em outro momento, quando se tratará também da análise da assiduidade das entidades às plenárias.

Percebe-se também que não se tem uma preocupação de nas reuniões seguintes fazer um balanço das decisões tomadas, no sentido de analisar os encaminhamentos e os respectivos resultados. Muitas vezes certas questões não evoluem, perde-se o controle do que foi realizado e as decisões não refletem as ações desenvolvidas pelo Fórum.

2.3.2 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Dentre as principais atividades do Fórum Nacional, quatro merecem especial destaque: o desenvolvimento da metodologia do PAI; as ações voltadas à ratificação das Convenções 138 e 182 da OIT; a elaboração do documento “Diretrizes para a Formulação de uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil”; e a Consolidação da Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil. Além disso, outras três realizações devem ser apontadas: o PAI para as carvoarias do Mato Grosso do Sul; a conquista de um programa do governo federal, o PETI; e o Ciclo de Debates Regionais.

De certa forma, a primeira grande realização do Fórum foi o PAI para as carvoarias do Mato Grosso do Sul. Apesar de ter sido uma experiência piloto, pode-se destacá-la por ter significado um grande avanço no tratamento da questão por perceber a complexidade do problema e por refletir uma visão abrangente nas medidas elaboradas, planejando ações articuladas. O foco do Plano é a família, e entende-se o trabalho da criança como fruto de uma necessidade financeira. Assim, considerava-se, que para resolver o problema tinha-se que atuar, simultaneamente, em vários campos: mobilização, conscientização, educação, saúde, geração de trabalho e renda, promoção social e meio ambiente. Além disso, a ação deveria envolver os três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e a sociedade civil.

Pretendia-se, assim, garantir o acesso, o sucesso e a permanência da criança na escola, e, ao mesmo tempo, possibilitar que ela participasse de atividades complementares à escola (esporte, cultura e lazer). Considerava-se necessário, também, incluir programas de complementação da renda familiar, como os de bolsa-escola, máxime porque se entendia o trabalho da criança necessário para a renda da respectiva família. Além disso, o Plano contemplava também estudos de viabilidade ambiental e econômica da produção, levantamento da cadeia produtiva do carvão e a busca de sensibilização dos empresários para a colaboração na solução da demanda.

Com vínculo direto a essa questão, percebem-se diferentes visões dos (as) entrevistados (as). Há o entendimento de que se cometeu um erro grave por ter, nesta primeira experiência, elaborado o plano para o estado, sem ter tido um processo local de mobilização e discussão – sendo que há referência de que esse equívoco foi rapidamente detectado e que nos outros estados não se cometeu o mesmo erro. Há também a compreensão de que esse processo de mobilização e discussão com os atores locais ocorreu, sendo inclusive destacado o papel da Comissão Permanente de Fiscalização e Investigação das Condições de Trabalho nas Carvoarias. Isso reflete os diferentes olhares para as formas de concretização da realização conjunta de um projeto.

A partir da primeira experiência, a metodologia de intervenção foi aprimorada e sistematizada. Assim, a elaboração e implementação do PAI foi entendida como tendo que abarcar os seguintes passos:

1. Mobilizar entidades locais, fazer o levantamento da situação e sensibilizar os participantes e governos locais para formar Comissões ou Fóruns Regionais, compostos por representantes de organizações locais da sociedade civil e do poder público.
2. Elaborar um diagnóstico da situação.
3. Desenvolver pesquisas qualitativas e quantitativas.
4. Promover um estudo socioeconômico e de alternativas econômicas para cada região.
5. Promover o planejamento estratégico para identificar as propostas nos diferentes setores.
6. Identificar a disponibilidade de recursos técnicos e financeiros dos membros do Fórum Nacional, dos governos estadual e municipal e das demais entidades locais, para a implementação das propostas elaboradas.
7. Elaborar um documento consolidando as propostas identificadas pelas entidades locais e pelo Fórum Nacional.
8. Selecionar e detalhar, por setor, os projetos que farão parte do Programa de Ações Integradas.
9. Negociar parcerias entre os participantes do Fórum Nacional com os governos estadual e municipal para obter recursos para financiamento dos projetos.
10. Definir mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação do PAI.

A definição da metodologia de intervenção - o PAI - aplicável a todo o país, foi uma das principais realizações do Fórum. É importante ressaltar o caráter inovador dessa metodologia. Primeiro porque na época não havia conhecimento acumulado sobre como se deveria realizar a intervenção nas situações de trabalho infantil. Nesse sentido, o Fórum teve uma posição de vanguarda, sendo um espaço de formulação de políticas, apoiado no debate entre os quatro setores organizados da sociedade. Além disso, percebendo a complexidade do problema, identificou-se a necessidade de ações integradas.

Da análise das entrevistas pode-se destacar que o PAI foi uma das principais atividades do Fórum; que essa metodologia criada pelo Fórum se tornou referência em todo o mundo; e que o PAI foi considerado como o produto mais visível e bem sucedido do FNPETI. Foi observado, ainda, que a metodologia foi construída em conjunto pelos membros do Fórum, não sendo, então, trazida “de fora para dentro”. Inclusive ressaltou-se que:

Havia um entendimento dos membros sobre o que se estava falando, o que era ação integrada. Eles entendiam o conteúdo e até onde esse conceito podia ser alcançado.

As opiniões dos (as) entrevistados (as) se complementam ao afirmarem que a grande virtude do PAI foi não ter sido feito “aleatoriamente”, mas a partir do conhecimento de realidades diversas de cada membro; e que o PAI foi fruto da percepção de que “o trabalho infantil era apenas a ponta do iceberg”, não tendo como resolvê-lo sem discutir outras questões como: saúde, educação, o modo de produção local, entre outras.

Revela-se interessante registrar nas entrevistas, e pode ser destacado ainda que, ao se pensar o PAI, havia o consenso da necessidade de se adotar uma medida que visasse a complementação da renda familiar e usou-se o instrumento do bolsa-escola. No entanto, se vislumbrava claro que essa era uma medida compensatória e emergencial e que tinha que ser complementada por outras ações de longo prazo. Essa afirmação é esclarecedora, pois mostra a clareza com que era vista a complexidade do problema.

Outra grande realização do Fórum foi conseguir que o governo federal implementasse o PETI. Foi fruto da conscientização e mobilização que se alcançou no país, colocando o trabalho infantil na agenda nacional.

Os (as) entrevistados (as) realçaram o papel do Fórum Nacional para a instituição do PETI. Entenderam que o Fórum viabilizou o PETI porque reuniu os poderes locais e levantou a situação real das áreas, articulando a ação governamental. Afirmaram, explicitamente, que o PETI foi uma conquista do Fórum e ressaltaram que a entidade, com a experiência do PAI, serviu de balão de ensaio para que o PETI pudesse se constituir em uma política governamental. Afirmaram também que:

O governo foi obrigado a criar o PETI porque a sociedade cobrou isto e cobrou unida e coesa.

Uma outra ação de destaque foram as discussões promovidas e os encaminhamentos feitos visando a ratificação das Convenções 138 e 182 da OIT. Durante os anos 1999 e 2000, muito se fez nesse sentido, podendo ser destacados o Seminário Nacional “Implementação das Convenções 138 e 182 da OIT” – cujas contribuições foram aceitas pela Comissão Tripartite instalada pelo MTE para discutir as piores formas de trabalho infantil – e

a entrega de pareceres técnicos sobre a constitucionalidade da Convenção 138 à Secretaria Nacional de Direitos Humanos e ao Ministério do Trabalho e Emprego. É importante ressaltar que o papel do Fórum na ratificação dessas Convenções foi reconhecido nacionalmente.

Um importante elemento trazido pelos (as) entrevistados (as) foi que no início não havia consenso, entre os quatro segmentos da sociedade representados no Fórum, com relação à Convenção 138 e que com as discussões realizadas conseguiu-se chegar a uma posição comum. Constata-se que o Fórum atingiu sua função de ser um espaço de criação de consensos.

Os (as) entrevistados (as) ressaltaram que a ratificação das Convenções melhorou o marco legal do Brasil, entendendo que só foi possível graças à mobilização da sociedade e do Fórum. Com relação à Convenção 182, foi registrado o papel do Fórum no sentido da mobilização e promoção de discussões em todo o país, fazendo com que o assunto fosse de conhecimento e entendimento comum, inclusive assinalando-se que:

Quando o Brasil participou das Conferências [Internacionais], o país já tinha toda uma discussão interna, que inclusive precedia a discussão internacional.

Vale ressaltar que a Convenção 138 pode ser considerada a que o Fórum teve que realizar mais esforços. Primeiro teve que construir o consenso sobre ela e depois muito se empenhou para defender sua constitucionalidade e pressionar pela sua ratificação. A mostra disso é que ela foi a última a ser ratificada, apesar de ser a mais antiga. O estudo do NAPP, de 2000, intitulado "Trabalho Infantil – Examinando o problema, Avaliando as Estratégias de Erradicação", afirma que essa Convenção é de 1973.

Outra realização de destaque do Fórum foi a consolidação da Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, que se realizou em 2000. Desde então, todos os estados brasileiros têm seus Fóruns Estaduais ou Comissões Estaduais – pois o modelo adotado dependeu de cada estado. Essa era uma antiga meta do Fórum.

No entanto, deve ser assinalado que os Fóruns e/ou Comissões Estaduais não possuem o mesmo nível de atuação ou de articulação entre os seus membros, da mesma forma que o funcionamento e a composição de cada entidade estadual é definida por ela mesma e não há uma regra geral. Assim, alguns questionamentos podem ser feitos com relação a essas organizações estaduais. Como se deu o seu processo de criação? Como se dá a relação do governo estadual com a sociedade civil organizada? Como é o seu funcionamento? Quais ações têm sido implementadas visando a erradicação do trabalho infantil nos estados? Quais os resultados da atuação dos Fóruns Estaduais? Quais discussões foram estabelecidas? Quais avanços foram alcançados? Foi elaborado um plano estadual de combate ao trabalho infantil? Foram alocados recursos financeiros para a

implementação de planos estaduais? A avaliação dos resultados das ações dos Fóruns, Frentes ou Comissões foi realizada?

Um ponto destacado pelos (as) entrevistados (as) refere-se à consolidação da Rede Nacional obrigando o Fórum a refletir sobre o seu novo papel, que deixa de ser o da intervenção direta passando para o de coordenação das ações, de facilitador das informações e de interlocução com as esferas federais.

Ademais, como um dos destaques do Fórum, deve-se citar o documento “Diretrizes para a Formulação de uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil”. Novamente o Fórum foi inovador, pois tal documento foi fruto de uma discussão nacional – envolvendo todos os estados e todos os setores organizados da sociedade – e da incorporação das contribuições apresentadas. O documento possui seis eixos principais:

1. Integração e sistematização de dados sobre o trabalho infantil;
2. Análise do arcabouço jurídico relativo ao trabalho infanto-juvenil;
3. Promoção da articulação institucional quadripartite;
4. Garantia de uma escola pública de qualidade para todas as crianças e adolescentes;
5. Implementação dos efetivos controle e fiscalização do trabalho infantil;
6. Melhoria da renda familiar e promoção do desenvolvimento local integrado e sustentável.

Foi destacado pelos (as) entrevistados(as) como um processo de bastante discussão, elaboração, desconstrução da realidade, projeção de uma realidade ideal e reflexão dos impactos que as carências e as deficiências das políticas públicas provocam na situação e na realidade, buscando encontrar o seu contraponto.

Houve ainda a iniciativa “Ciclo de Debates Regionais”, que aconteceu entre 2000 e 2002. Nesse período, foi realizado um debate em cada região, cada um sobre um tema. Um elemento importante dessa iniciativa foi levar discussões nacionais às cinco regiões do país, permitindo que mais pessoas e entidades se envolvessem nesse processo.

2.3.3 O PERÍODO DE 2001- 2002

Nesta seção, para evitar repetição e superposição com o que se expôs na parte referente ao histórico e nas duas seções anteriores, será usado principalmente o material apurado nas entrevistas, além dos outros documentos existentes.

Certas questões levaram o Fórum a ter que repensar o seu papel. Conforme relatado, podem ser identificados dois movimentos no nível do governo federal que tiveram como consequência certa desmobilização do Fórum e que fizeram crescer o que já vinha se refletindo numa crise de identidade

desta entidade: a diminuição do diálogo do Estado com o Fórum e a redução da importância atribuída pelo governo a esse espaço.

Foram ressaltadas, como indicativo desta atitude governamental, as mudanças nas regras do PETI em dezembro de 2000, quando se estava fazendo a ampliação deste Programa, que alteravam critérios considerados essenciais para o Fórum – como deixar de atender os casos de prevenção e passar a limitar os anos de concessão de benefício à criança – e, que não foram compartilhadas com outros atores sociais, como o FNPETI. A SEAS não buscou discutir tais modificações com o Fórum e com a sociedade civil, colocando-o, de certa forma, numa posição secundária, na medida em que assumia a bandeira do Fórum mas não aceitava as suas recomendações.

Ademais, havia o problema de superposição de programas do governo – o PETI e o Bolsa-Escola – que proibiam que uma mesma família se beneficiasse dos dois programas. Com relação a esse aspecto, houve inflexibilidade dos ministérios envolvidos em harmonizar as duas ações governamentais, apesar das tentativas do Fórum. Percebeu-se que o governo não dava mais espaço ao Fórum para que esta entidade articulasse uma ação governamental mais global. A questão é que essa atitude do governo resultou em uma frustração para os membros do Fórum, na medida em que não se conseguia avançar em termos de uma política governamental articulada e integrada. Ademais, outro motivo de frustração foram as dificuldades em trazer o setor educacional das esferas federal, estadual e municipal para a discussão sobre a jornada ampliada e a sua integração com a educação fundamental, incluindo as discussões sobre a futura proposta de escola integral.

Uma segunda causa apontada foi que se percebeu que o formato das reuniões ordinárias itinerantes estava gerando plenárias pouco produtivas, dada a dispersão de sua pauta, e que não se traziam novos atores. Havia espaço para a exposição de experiências estaduais, mas não se discutia sobre tais experiências nem se formulavam conclusões.

A partir também das entrevistas verificou-se que, no nível da organização interna, ocorreu uma situação conjuntural na Secretaria Executiva, pois sua Secretária assumiu um cargo no Executivo, concomitantemente à manutenção de sua posição na Secretaria.

Registrou-se que, em 2001, o Fórum promoveu dois momentos importantes de reflexão sobre o seu papel nas plenárias de junho e de outubro. Na reunião de junho, foi decidido que o Fórum deveria reforçar sua qualificação técnica, de forma a tornar-se um centro de excelência sobre trabalho infantil no Brasil e o articulador do controle social e do monitoramento dos programas de erradicação do trabalho infantil. Além disso, percebeu-se a necessidade de se desenvolver metodologias que propiciassem combate adequado às piores formas de trabalho infantil. Ressaltou-se a importância de se instituir um comitê de monitoramento da implantação das políticas globais definidas nas Convenções 138 e 182 do

OIT. Entendeu-se também a importância de se privilegiar as questões de impacto nacional e não mais de intervir diretamente nos estados, salvo em casos excepcionais.

Conforme o que foi relatado, na plenária de outubro, se pretendia que cada um dos quatro segmentos componentes do Fórum apresentasse sua visão com relação ao papel do Fórum. Essa visão setorial seria baseada em resposta dada a um questionário e ela deveria circular antecipadamente. O que aconteceu de fato é que tais contribuições foram apresentadas somente na referida plenária e mesmo assim não refletiam a opinião do segmento, porém de entidades, mostrando a falta de articulação dentro dos segmentos nos intervalos das reuniões.

Foi também destacado que 2001-2002 foi um período crucial para o Fórum, dada a ocorrência simultânea de vários fatores. O primeiro seria o início e, posteriormente, a efetiva retirada do apoio financeiro do IPEC à Secretaria Executiva, que se concretizará em abril de 2003. O segundo, seriam as mudanças de algumas pessoas no Fórum e no governo. O terceiro ocorreu em 2001, quando se consegue a ratificação das Convenções da OIT, fechando uma etapa de ação da entidade, ou seja, o Fórum tinha alcançado um dos seus objetivos. O quarto, era a preocupação da equipe da Secretaria Executiva com relação ao aspecto financeiro, inclusive com os seus pagamentos, o que levou a que a Secretaria Executiva ficasse confusa sobre o que fazer diante da situação geral e da questão financeira.

Entendeu-se também que, dentro deste contexto de remodelação, a saída da Secretária Executiva, que estava há muito tempo nesta função, foi um fator importante para o que ocorreu no período em que o Fórum caracterizou-se por sua extrema fragilidade.

No entanto, foi relatado que a Coordenação Colegiada fez um esforço para manter os projetos em andamento, mas que esse prosseguimento nem sempre foi como o esperado, dada a ausência de um profissional que estivesse em tempo integral no Fórum. Citaram-se como exemplo alguns temas que precisavam de mais debate.

Sublinhou-se ainda que as discussões sobre a qualidade das ações em curso estendiam-se no país e que o Fórum tentava dar seguimento a essas discussões. Como exemplo dessas questões foi apontada a necessidade de avaliação do PETI, o Programa Bolsa-Escola, a superposição dos programas e o valor insuficiente das bolsas concedidas.

UNICEF/HQ00-0427/ALEJANDRO BALAGUER



Trabalho infantil na secagem de sisal

Ainda se estava buscando fortalecer os Fóruns Estaduais e o Fórum estava conseguindo contribuir na consolidação destes espaços. Foi com essa intenção que se iniciou o sistema de reuniões itinerantes, que fortaleceu o aspecto regional, mas enfraqueceu o nacional, pois as discussões nacionais das plenárias se fizeram com menos profundidade. Também se fomentaram os Planos Estaduais de Combate ao Trabalho Infantil. Assim, afirmam que o FNPETI foi importante para dar um salto qualitativo na articulação regional.

Destacou-se que o Fórum foi capaz, no período, de ocupar novos espaços nacionais. Para exemplificar pode-se citar o caso da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), em 2002, em que a portaria de criação da Comissão incluiu, explicitamente, a participação do Fórum.

Esse período foi considerado como um momento rico, pois teve início um movimento de redefinição efetiva, ainda não encerrado; o Fórum ocupou frentes que antes não ocupava; conseguiu-se fortalecer a Rede Nacional; e manteve-se a busca de alternativas e de redefinição do seu papel. Convém registrar que 2002 foi um momento eleitoral.

2.3.4 FASES DE ATUAÇÃO DIFERENCIADAS

Nesta parte serão apresentadas as diversas fases de atuação do Fórum segundo as visões dos (as) entrevistados (as) e a da prevista nesta análise. Pretende-se considerar as fases de maior e menor atuação, as características de cada período e as possíveis causas dessa distinção. Considera-se como pressuposto que a análise desses momentos pode fornecer elementos para evitar que novas fases de menor atuação aconteçam, ou que elas se prolonguem, e também subsidiar as mudanças necessárias ao Fórum no momento atual. Inicialmente se mostrará como os (as) entrevistados (as) analisam tal oscilação. Em seguida será apresentada a visão prevista na análise.

(i) A visão dos (as) entrevistados (as)

Segundo os (as) entrevistados (as), o Fórum em si não era o motor da ação política e não é uma instância que se mobiliza por si própria. O Fórum tem uma relação com a sociedade, tendo que estar dialogando com ela. Assim, o momento mais relevante foi aquele em que a sociedade considerou o combate ao trabalho infantil como prioridade, de 1997 a 1999, com o Fórum tendo assumido um papel fundamental de articulação das ações no nível nacional. O refluxo veio quando essas mobilizações cederam em função de conquistas em alguns espaços – construção de fóruns estaduais e municipais, programas governamentais e ações de instituições parceiras.

Foi também considerado que a existência de momentos de maior e de menor atuação se deve a: i) razões internas ligadas à organização e estruturação, como por exemplo, a mudança de Secretário Executivo; e ii) mudanças no contexto nacional. Como momentos de maior atuação

foram apontados a construção de articulação entre as instituições; a discussão da metodologia do PAI de implementação dos programas e de um documento consensual sobre a política nacional; e o trabalho de rotina que nem sempre aparece - como as diversas ocasiões em que o Fórum esteve presente e que não necessariamente resultaram em produto concreto, mas que contribuiu para implementar uma ação.

Considerou-se que 1996-1997 foi um período de muito embate pelo momento histórico e pela atuação do Sr. Vicente Paulo da Silva. O momento seguinte foi de dificuldades pela falta de um secretário executivo e porque a morte dele os abateu bastante. Posteriormente, 1999 e 2000, foi visto novamente como um período muito positivo porque passaram dois anos discutindo o documento das diretrizes, enquanto o período atual desperta preocupações, não do ponto de vista da respeitabilidade da entidade, mas da sustentabilidade. As causas dessa oscilação, entre outras, são as constantes mudanças dos secretários executivos, dado o período de adaptação do novo profissional e a falta de dotação orçamentária própria.

Foi também entendido como períodos de maior atuação aquele em que se implementou o modelo no Mato Grosso do Sul, porque como era uma ação concreta, mediam-se resultados concretos; e quando o Ministério Público de São Paulo começou a atuar de maneira mais decisiva, o que fortaleceu o Fórum, porque se viu a necessidade da presença dele. Enquanto períodos de menor atuação foram aqueles em que houve integração limitada nos intervalos das ações concretas como o das discussões sobre a própria entidade (formalização, limites e a forma da sua atuação, papel do secretário executivo etc).

Entendeu-se que o Fórum teve atuação irregular. Em alguns momentos foi fundamental para polemizar o assunto e forçar o governo a criar programas. Os momentos privilegiados aconteceram quando se conseguiu reunir pessoas que tinham expressão na sociedade brasileira, quando se conseguiu estar ligado a lideranças políticas, quando se esteve articulado politicamente. A contrapartida vem quando o Fórum pode estar até bem tecnicamente, mas não consegue se engajar politicamente, tendo esses períodos indicativos visíveis como reduzida visibilidade na mídia, ausência dos membros nas reuniões etc.

A questão central é que o Fórum não é um órgão executor, sendo sua ação tipicamente política. Em consequência, se sua ação não acompanha o momento político, o FNPETI não contribui. Por exemplo, em 2002, no momento eleitoral, deveria ter se buscado a responsabilização dos candidatos, fazendo-os assumirem compromissos públicos, criando-se fatos políticos. Assim, entende-se que o Fórum tem que responder por seu papel político, pois é a sua essência.

Além disso, outras causas são apontadas para os momentos de reduzida atuação como a dificuldade em certas ocasiões de se conseguir

encontrar o profissional certo para o cargo de secretário executivo. Outra é a falta de visibilidade e de voz dos Fóruns Estaduais, que poderiam ter uma participação mais ativa. Acredita-se que tem que ter um espaço no Fórum de retorno do trabalho nos estados, dando visibilidade aos membros e aos outros estados. As experiências de sucessos deveriam ser repassadas para o cenário nacional.

Algumas razões são apontadas para identificar as oscilações da atuação do Fórum. O surgimento de outros movimentos como a Marcha Global e outras razões internas, como a morte do Sr. Vicente Paulo da Silva. Uma certa “impermeabilidade” da ação governamental em determinados momentos, ou seja, uma das demandas do FNPETI era de que o governo assumisse o compromisso de combater o trabalho infantil, mas quando o fez se mostrou pouco permeável à participação de outros agentes na sua ação, enquanto que se imaginava que a “propriedade” dessa ação seria compartilhada com outros atores sociais, seria uma terceira justificativa. Em outras palavras, em certas ocasiões o governo não franqueou suas políticas públicas à participação da sociedade civil. Como exemplo, indicaram o PETI, que a SEAS assumiu como uma ação sua sem aceitar críticas e sugestões; e o Bolsa-Escola do MEC, que foi feito “hermeticamente”, por funcionários do Ministério sem estabelecer o devido diálogo com a sociedade civil. O último motivo estaria ligado à criação dos Fóruns Estaduais, que apesar de ser um processo natural e saudável, na medida em que multiplica os atores envolvidos no combate ao trabalho infantil e permite refinar a metodologia, por trazer informações de instâncias próximas à ação, traz a necessidade de o Fórum repensar o seu papel – como já foi dito acima.

(ii) A visão prevista na análise

Vale definir os fatores que estão sendo considerados para fazer a distinção entre as fases, em termos de nível de atuação. O aspecto relevante, talvez o principal, seja a capacidade de o Fórum agir como uma instituição de liderança, ou seja, de discutir novos temas; de propor e promover ações novas; de ser uma entidade atenta às políticas existentes, visando o seu constante aprimoramento. Além disso, deve-se também considerar a justificativa de seu caráter nacional e de privilegiar temas estratégicos no âmbito nacional.

Considerar uma fase como de atuação limitada não significa que ela tenha sido um período de pouco trabalho, ou de ações sem importância. Significa, apenas, afirmar que o Fórum esteve mais distante de sua função principal. Assim, considerando os materiais desenvolvidos, as ações, os temas abordados e o nível de intensidade das discussões, pode-se separar a atuação do Fórum em quatro grandes momentos, que serão detalhados a seguir. Antes deve ser ressaltado que essas comparações não são concludentes.

Grande atuação localizada: de 1995 até meados de 1996

Essa fase pode ser caracterizada como extremamente profícua. O Fórum rapidamente vai se consolidando como um agente decisivo na busca da

solução do problema do trabalho infantil, ganhando credibilidade frente à sociedade e ao governo.

No período os avanços foram inúmeros. Muito se caminhou em termos de sensibilização, conscientização e mobilização da sociedade. Isso pode ser notado nos vários pactos setoriais firmados em 1996 e no aumento de notícias sobre o assunto veiculadas na mídia. O principal indicador dos resultados positivos do foi conseguir colocar o assunto na agenda nacional, o que levou o governo a reconhecer a existência do problema e definir um programa, o PETI, em julho de 1996. Por outro lado, o Fórum desenvolveu o primeiro PAI no Mato Grosso do Sul, primeiro passo para o desenvolvimento de uma metodologia de ação concreta, que contemplou o problema de forma abrangente e completa, dando conta de toda a complexidade da questão – conforme já registrado.

Foi um período em que o Fórum propiciou discussões iniciais que foram convincentes para se constituir no espaço em que se tornou. Foi ressaltado nas entrevistas que:

A definição de conceitos e estratégias e o entendimento comum do problema e a busca de soluções foi uma estratégia importante do Fórum.

Analisando as ações de 1995 e 1996, percebe-se que a atuação localizada teve mais destaque do que a atuação articuladora. Isso porque, apesar dos sucessos obtidos em termos de sensibilizar e mobilizar a sociedade para o problema do trabalho infantil, em outros aspectos o Fórum não conseguiu avançar tanto. Um exemplo foi a tramitação da ratificação da Convenção 138 da OIT, questão em que na discussão e nas ações o FNPETI não progrediu como no caso da intervenção em Mato Grosso do Sul; ou ainda, na análise das atas, vê-se que os assuntos de maior destaque nas reuniões foram os que se relacionavam a questões ligadas ao caso das carvoarias.

Dentro do que foi definido acima como as razões para considerar uma fase de muita atuação, esse período preenche várias. O Fórum estava à frente da discussão que se tinha no momento e não se detinha a só constatar o problema, mas também buscava formas de solucioná-lo. O tema que se discutia – uma metodologia de intervenção – também era novo. Era nova também a forma de fazer, pois reunia os quatro setores da sociedade em busca de decisões consensuais. Também se estava propondo algo inovador: uma nova política pública. Por fim, o PAI foi desenhado sob uma realidade específica, mas sua metodologia não era restrita a esse caso, respeitando o caráter nacional do FNPETI.

Atuação limitada: de meados de 1996 a 1998

Nessa segunda fase, a atuação do Fórum se enfraquece paulatinamente. Com relação a 1996 e 1997, pode-se dizer que a função articuladora continua a perder espaço e o Fórum se concentra mais na atuação concreta. Conseqüentemente, as questões locais sobressaem sobre as nacionais. O Fórum passa a se ocupar, principalmente, das questões ligadas à

implantação do PETI nos estados escolhidos e abre frentes de trabalho na Bahia, em Pernambuco e no Rio de Janeiro – além do Mato Grosso do Sul onde já vinha atuando. É inegável que essa participação do FNPETI foi de extrema evidência.

Outras questões igualmente cruciais foram deixadas de lado como a ratificação da Convenção 138 e outras discussões mais amplas de caráter nacional. Como a função principal do Fórum é a de ser um espaço de articulação e de aglutinação, ao se enfraquecer a sua atuação articuladora, ele também se enfraquecia.

Uma possível explicação para o fato é que o Governo Federal ao criar o PETI atende às demandas do Fórum, que não consegue criar imediatamente novas demandas, como o fez posteriormente quando exigiu uma política nacional. Vale observar que parte das ações contempladas pelo PAI não foram executadas pelo PETI, mas naquele momento, o Fórum não conseguiu questionar isso, como fez mais tarde. Assim, de certa forma, o Fórum ficou um pouco disperso, concentrado em ações localizadas e pontuais.

Dentro disso, uma situação que refletiu um pouco o momento vivido pelo Fórum foi a demora em contratar um novo secretário executivo, após a morte do primeiro secretário. Sem dúvida, a morte do Sr. Vicente Paulo da Silva foi uma perda grande para o Fórum, pois era consenso de todos a qualidade do seu trabalho e a sua dedicação. Mas a demora em encontrar um substituto, antes de ser a causa das dificuldades de 1997, pode ser vista como uma conseqüência delas.

Na ata de 12 de março de 1998, há referências explícitas à crise vivida pelo Fórum. Para facilitar a análise foram acrescentados grifos nas citações. Segundo a referida fonte: "...a Coordenadora do Fórum fez uma exposição sobre a atual tentativa de recompor algumas atividades". Adiante, tem-se outra interessante afirmação:

Reconheço que houve um momento de crise nos trabalhos do Fórum mas acredito que as ações já estão sendo retomadas.

Finalmente, uma última passagem oportuna:

Apesar da fragilidade atual do Fórum, os trabalhos nos estados vêm se desenvolvendo a contento, tendo alguns estados buscado o apoio do Fórum Nacional para solucionar as questões políticas.

Esta última contribuição revela-se ilustrativa do que se está querendo mostrar, pois por um lado fala da "fragilidade" do momento e, por outro, mostra a focalização nas questões dos estados. Mas, estas afirmações trazem também um outro elemento importante: percebe-se que no começo de 1998 os membros do Fórum já percebiam claramente o momento de crise que viviam.

Vale ressaltar que os membros do Fórum não necessariamente concordavam com o que está sendo apresentado com relação à possível causa da crise e ao tempo em que esta situação se desenrolava. Aliás, a julgar pelo que afirmaram os (as) entrevistados (as), é provável que tivessem uma visão distinta do que estava ocorrendo. Mas o que importa, nas citações acima, é mostrar que se tinha uma percepção da crise.

Em 1998, o Fórum entrou em uma fase que, apesar de não ser de grande atuação, foi muito importante pela busca da solução dos problemas. Além disso, os temas estratégicos voltaram a ser predominantes. Merece destaque a capacidade dos membros do Fórum de perceber o momento e tomar medidas para mudar de maneira consciente e reflexiva.

Um elemento marcante dessa mudança foi o planejamento estratégico ocorrido naquele ano. Chama a atenção as expectativas dos participantes da Oficina de Planejamento Estratégico: pretendiam discutir o papel do Fórum; seus objetivos; a estratégia de atuação; a agenda de trabalho; a estrutura; as áreas de atuação; e a articulação interinstitucional.

Os temas que pretendiam abordar se referiam à própria concepção e caracterização da instituição. Entendiam que precisavam rever o foco da sua atuação, quer pela crise vivida, quer pela mudança no cenário projetado, inclusive, por ações implementadas pelo próprio Fórum.

Entre os temas, desperta particularmente a atenção o “papel do Fórum”, pois isso demonstra a indefinição, no momento, a respeito da função central atribuída ao FNPETI. No curso das discussões, foram levantados alguns pontos que indicam a situação conjuntural do Fórum. Pode-se destacar o questionamento do “novo papel” e do “papel atual” e referência à “unidade na visão” desse papel. Isso permite verificar que havia para alguns a percepção de que se estava entrando em uma nova fase, pois se entendia que era preciso discutir o *novo* papel. Ao mesmo tempo, a necessidade de se pensar o *papel atual* e a busca de *unidade* mostra a falta de consenso entre os membros.

Por outro lado, quando se esteve analisando as forças restritivas, um outro aspecto basilar foi levantado. Um dos pontos restritivos associados ao papel do Fórum era a “confusão entre execução e articulação”. Pode-se entendê-la como uma referência ao período em que o Fórum se concentrou na implementação do PETI. Parece que os que levantaram esse aspecto entendiam que naquele momento o FNPETI havia confundido, equivocadamente, essas ações com ações de articulação.

Com relação à estrutura do Fórum, os dois pontos citados, na parte das expectativas, caminham na direção da necessidade de fortalecimento, tanto da Secretaria Executiva e do Grupo Operativo como das ações do FNPETI. Isso leva à conclusão de que havia um sentimento de enfraquecimento, o que pode ser associado à perda de espaço da função articuladora e à indefinição referida acima.

Porém, como já dito anteriormente, a Oficina de Planejamento Estratégico foi um momento de reflexão e de determinação de novos rumos para o Fórum. Desta forma, definiu-se, entre outros aspectos, o grupo-alvo, a estratégia de atuação e a estrutura do Fórum, além dos resultados que seriam buscados no futuro próximo. Assim estavam dadas as condições para outro período de grande atuação.

Grande atuação nacional: 1999 e 2000

Em 1999, se iniciava um novo período importante do Fórum, mas é interessante ressaltar a diferença entre esse e o outro período de grande atuação citado – o de 1995-1996. Uma característica forte do anterior era a predominância da atuação localizada. Muito do que se avançou foi nesse campo – é sempre bom lembrar, que se está referindo a “muito” e não a “só”. Já no segundo momento, as questões nacionais voltam a ter destaque e é no campo da ação articuladora que se fazem os maiores avanços. Nessa fase, a dimensão nacional do Fórum está muito apurada.

O resultado concreto desse momento de grande atuação foi o documento “Diretrizes para Formulação de uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil”, que é fruto de um intenso processo de discussão nacional; a consolidação da Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil; e os avanços alcançados com relação às Convenções 138 e 182.

Importa perceber a amplitude das ações do Fórum naquele momento. Por um lado, avançou na formulação de uma política nacional para a questão; por outro lado, estimulou o aumento de instâncias de atuação no combate ao trabalho infantil; além de contribuir para a melhoria do marco legal.

O Fórum tinha um rumo definido, na medida em que suas ações haviam sido planejadas anteriormente. Esse talvez possa ter sido o diferencial do período. O Fórum teve oportunidade de pensar nos resultados que iria buscar e também em questões essenciais, como o seu papel. Um organismo como o Fórum, enfrentando uma problemática tão grande e complexa como é o caso do trabalho infantil, pode ser facilmente levado por uma análise equivocada da conjuntura ou vir a inverter suas prioridades.

A definição do rumo, seja por planejamento anterior ou não, parece ser um motivo categórico para o atuação do Fórum. Tanto na primeira fase, como nesta, o Fórum sabia qual era sua função no momento, ao fazer uma análise exitosa da conjuntura, das oportunidades e dos desafios mais urgentes. Vale ressaltar que a referência feita não é de um mero estabelecimento de resultados, mas de um processo complexo de reflexão.

Sintetizando, vê-se que no período se discutiram temas novos; aconteceram três atividades do grupo de quatro que foram consideradas as mais relevantes da história do Fórum, ou seja, novas ações de destaque foram realizadas; e o caráter nacional do Fórum foi enfatizado.

No entanto, em 2000, começa a se perceber o que já poderia ser um sinal da inflexão que viria em seguida. Nas reuniões ordinárias as discussões tornaram-se menos intensas e as questões locais ganharam espaço e passaram a dividir as atenções com as questões gerais. No ano, as discussões prioritárias são os seminários nacionais realizados em detrimento das plenárias.

Atuação limitada: 2001 e 2002

O fato de não definir um campo de ação, possivelmente seja um dos problemas do Fórum nesse período. Pode-se perceber que em 2001 os temas tratados nas várias plenárias foram muito dispersos. Analisando as atas, é difícil estabelecer qual era a questão (ou as questões) considerada prioritária.

Um exemplo emblemático é o Programa Bolsa-Escola do MEC, que foi debatido na primeira reunião de 2001 e depois não voltou mais à pauta nas outras reuniões do ano, e é indiscutível a importância de se tratar de tal programa.

Pode-se dizer que essa tendência continuou em 2002, com algumas diferenças. No ano se investiu, nas reuniões ordinárias, na formação dos membros ao se promoverem muitas palestras e mesas redondas. No entanto, manteve-se a dispersão dos temas não promovendo uma discussão estruturada com vistas à conclusão de alguns aspectos referentes aos assuntos tratados, nem se propuseram encaminhamentos. Assim, percebe-se que houve um decréscimo da capacidade de ação e decisão dessas plenárias.

Não se pretende dizer que não sejam importantes os momentos de formação do grupo. No entanto, tem que haver o cuidado de não se prolongarem excessivamente, prejudicando a função das plenárias como um espaço de discussão, formação de consensos, tomada de decisões e definição de encaminhamentos. Talvez os momentos de palestras possam ser realizados em outros eventos ou serem mais curtos. Ademais, para serem efetivos, não podem abranger temas dispersos e não haver depois um espaço extenso de debate para que o tema possa ser consolidado pelos membros.

Outro fator que parece ter contribuído para a perda de dinamismo do período foi a iniciativa de tornar as reuniões itinerantes, que foi pensada para fortalecer a Rede Nacional. Sem dúvida, é legítima a demanda dos Fóruns Estaduais por mais espaço, da mesma forma que é importante buscar o fortalecimento da Rede. No entanto, essa iniciativa não solucionou o problema, como mostra o fato de as organizações estaduais continuarem a fazer esse tipo de reivindicação. Porém, as reuniões mudaram o caráter das plenárias, dando muitas vezes um caráter regional, tanto pelos temas tratados como pelos participantes – percebe-se que os participantes da região predominam sobre os membros do FNPETI – contribuindo para reduzir o caráter decisório das plenárias.

Na plenária de 5 de dezembro de 2001, há uma referência a essa questão. O coordenador da reunião defendeu a flexibilização do sistema de reuniões itinerantes, pois, se elas traziam vários benefícios, também dificultavam a presença de representantes de estados distantes e tornava o debate descontínuo, dada a freqüente mudança na composição da plenária de uma reunião para outra. Da mesma forma, nas entrevistas foi apontado que essas reuniões enfraqueceram o aspecto nacional e que as plenárias tornaram-se pouco produtivas.

Um terceiro fator foi que certas questões relevantes para o Fórum não prosseguiram com a intensidade devida nos dois anos. Como exemplo, pode-se citar a falta do empenho inicial na continuidade das ações voltadas para a conquista de uma Política Nacional e para a implementação das Convenções 138 e 182.

Essa falta de continuidade de certas ações somada à dispersão dos temas tratados nas plenárias, mostra que a ausência de prioridades definidas de fato, ou a não execução delas também pode ter contribuído para a baixa atuação do momento, pois tal dispersão dos temas e a falta de continuidade de algumas atividades relevantes podem apontar para uma falta de um rumo definido neste dois anos.

Vale realçar que não se está dizendo que as prioridades escolhidas foram equivocadas, mas que elas não foram perseguidas efetivamente. Por exemplo, em 2001, haviam sido relacionadas como questões prioritárias: implantação de uma Política Nacional, baseada nas diretrizes elaboradas; aprimoramento do PETI; inclusão dos temas da exploração sexual de crianças e adolescentes e do trabalho infantil em atividades ilícitas e doméstico nas ações do Fórum. No entanto, essas prioridades não se concretizaram.

Um outro fator fundamental foi a busca do Fórum de repensar o seu papel, como se vê nos documentos e, principalmente, nas contribuições dos (as) entrevistados (as). Certamente esse movimento é legítimo e relevante, pois, como se viu em outras partes, um fator significativo para a alta atuação é a clareza do papel do Fórum, e é fato que o FNPETI entrou em outra fase dentro de sua história.

Apesar de o Fórum estar envolvido em redefinir o seu papel, ainda não conseguiu encontrar o seu novo caminho. Isso conduziu a uma certa indefinição. Pode-se, inclusive, levantar a hipótese de que os outros fatores anteriormente apontados, à exceção do sistema de reuniões itinerantes, decorrem dessa indefinição quanto ao novo papel do Fórum. Pode-se ainda acrescentar algumas questões conjunturais que vieram reforçar a tendência em curso, a saber: o afastamento da Secretária Executiva e sua posterior saída; e as várias modificações nos membros da Coordenação Colegiada, que representavam entidades, tais como – MPT, OIT e UNICEF.

Uma observação com relação a 2002 é que se sente certa descontinuidade

da discussão iniciada no ano anterior sobre o seu papel. Não é que essa questão não se tenha mantido, mas existe de maneira diversa. Ao mesmo tempo, um aspecto positivo a ser destacado com relação ao ano, foi a busca da discussão de importantes temas nacionais em alguns seminários promovidos pelo Fórum.

Pode-se entender que se estava preparando o terreno para uma nova fase ativa, na medida em que se buscou fazer uma auto-reflexão mais sistematizada – a iniciativa da realização dessa análise pode ser uma indicação.

2.4 PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES MEMBROS

Nesta parte, pretende-se entender como tem sido a participação efetiva dos membros. Serão usadas como fontes: a análise da assiduidade das entidades às plenárias; o material apurado com as entrevistas; e as informações levantadas na leitura das atas. Essas fontes serão apresentadas em quatro etapas. Na primeira será mostrado o que foi percebido através da observação da assiduidade, em seguida será vista a participação de cada segmento, segundo a visão dos entrevistados. A terceira complementa as duas anteriores, apresentando algumas considerações sobre a participação das entidades nas ações rotineiras do Fórum. A quarta seção tratará especificamente da atuação da OIT e do UNICEF.

2.4.1 ASSIDUIDADE DAS ENTIDADES ÀS PLENÁRIAS

A base desta análise é o levantamento, ano a ano, das entidades presentes em cada reunião, ordinária ou extraordinária⁶; com a ressalva de que três dessas atas não trazem a lista de presença. Esse levantamento pode ser visto no Anexo 2. Inicialmente serão apontados os problemas que podem afetar esta análise proposta, que decorrem da falta de registro da entrada e saída das entidades no Fórum, pois a lista de entidades muda com certa frequência. Ao se iniciar o levantamento ano a ano, para poder observar o grau de presença das entidades, deparou-se com a ausência de informações com relação à adesão ou ao afastamento das diferentes entidades que compõem o Fórum.

⁶ Nunca é demais lembrar que se está referindo a todas as reuniões cuja ata está disponível e não à totalidade das atas, dado que algumas não foram encontradas.

Uma primeira observação decorrente disso mostra que é essencial que o Fórum mantenha o registro sistemático das entidades que o compõem.

Outra consideração refere-se à saída de uma instituição como informação relevante, pois pode indicar algum desvio da expectativa com relação à finalidade e à atuação do Fórum. Isso é particularmente significativo quando sai mais de uma entidade em um mesmo momento. Assim, com a falta desse registro perde-se um possível indicador da situação do Fórum no referido momento.

Em alguns anos, não foi possível reconstituir a composição do Fórum. Em 1995 e 1996 pode-se levantar essa informação em outras publicações. No

⁷ No Anexo 2, apresenta-se a fonte de cada ano.

entanto, as listas nem sempre estão completas, como aconteceu em 1995. Um dos motivos é que a adesão se deu em data posterior à da publicação. Nos anos de 1995, 1996 e 1997 da lista de presença das atas pode-se apurar também as entidades ausentes, o que não é possível para os demais anos, por só trazerem a relação das entidades presentes. Em 2002, obteve-se essa informação na Secretaria Executiva⁷. Fica a ressalva de que não se pode considerar que uma entidade cujo nome não conste na lista já não pertença mais ao Fórum, porque às vezes não consta em uma, mas consta na seguinte. Por exemplo, nas atas de 1996 não consta o nome da CGT, mas ela não deixou de pertencer ao Fórum.

O ano de 1995 foi o que se teve maiores condições de reproduzir tal relação, por se ter duas fontes. Os anos 1998, 2000 e 2001 são os mais difíceis de reconstituir porque só se pode ter por base os outros anos e nas entidades presentes no referido ano.

Dada esta situação, tentou-se fazer uma aproximação da possível data de saída das entidades para os anos entre 1995 e 1998, 2000 e 2001 com base na informação das atas, para evitar o registro de uma excessiva baixa frequência devido à ausência de entidades não mais pertencentes ao Fórum, ou seja, se em um desses anos o nome de uma instituição deixa de constar em todas as atas seguintes, arbitrou-se pela sua retirada da lista de entidades que se apresenta no anexo para cada ano. Mas é importante frisar que não se está com isso afirmando que ela não mais pertence ao Fórum, pois essa ausência é apenas um indício.

Além disso, se está considerando, para fins de análise, a adesão da entidade a partir de sua primeira presença. As exceções ficam por conta das entidades que constam em publicações como pertencentes ao Fórum, em determinado ano, mesmo que não tenham ido a nenhuma reunião no referido ano.

Convém mostrar que, apesar de a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE) compor o Fórum de maneira independente, além do referido Ministério, optou-se por não fazer tal distinção no levantamento das presenças, porque em algumas atas consta o representante do MRE, mas não há a informação da subdivisão.

Assim decidiu-se não fazer essa diferenciação para evitar uma análise errônea com relação à ABC/MRE. O mesmo vale com relação à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, que está sendo registrada junto com o Ministério da Justiça.

O Quadro 2 mostra o percentual de entidades presentes em cada reunião e também o percentual de presença de cada ano, conforme a disponibilidade da lista de presença. Uma primeira observação que pode ser feita deste quadro é que, entre 1995 e 1999, a presença das entidades às reuniões foi aumentando ano a ano. A partir de 2000, a presença das instituições começa a diminuir, mesmo antes das reuniões passarem a ser itinerantes.

Assim, o ano de maior participação dos membros foi o de 1999.

A presença das entidades parece não estar relacionada com as fases de atuação do Fórum que foram apresentadas anteriormente. Uma explicação é que a primeira fase de menor atuação, entre meados de 1996 e 1998, não foi uma etapa de pouco trabalho, e também os membros do Fórum parecem não ter tido a mesma avaliação da referida fase. Verifica-se ainda uma tendência de queda após 1999, parecendo demonstrar a diminuição da valorização desse espaço representado pelo Fórum por parte das entidades que o compõem.

O principal destaque do Quadro 2 refere-se à baixa frequência do ano de 2002, mostrando a gravidade da situação em que se encontra o Fórum. Há a necessidade de reversão urgente desta situação, sob pena do enfraquecimento ou perda deste importante instrumento representado pelo FNPETI.

O Quadro 3 apresenta o percentual de presença de cada entidade membro. Optou-se por não considerar as entidades que não mais compõem o Fórum, para evitar que o quadro ficasse excessivamente pesado. Deve-se esclarecer que o percentual de presença não foi calculado baseado em todas as reuniões do Fórum em que se têm atas e lista de presença disponível, mas apenas considerou-se as “reuniões totais” de cada entidade, ou seja, a partir da ocasião em que se arbitrou como sendo da adesão da referida instituição, contou-se o número de reuniões que foram realizadas, sendo este o universo de reuniões de cada entidade membro. O intuito era não apenas as entidades que aderiam ao Fórum posteriormente à sua criação.

No Quadro 3, algumas instituições chamam a atenção. Primeiramente, deve-se nomear a Fundação Abrinq, MPT e o MTE que se destacaram ao comparecer em todas as reuniões, desde que aderiram ao Fórum. Várias outras entidades também tiveram alta frequência, como a ANAMATRA, CNI, CONTAG, MEC e MNMMR, além da OIT e do UNICEF, que serão consideradas à parte.

Contudo, algumas entidades tiveram uma frequência muito baixa. Nesse caso, pode-se ter uma noção mais clara da situação olhando o número de reuniões de que participaram. O BID, CNT e o Instituto de Psicologia – UnB não compareceram a nenhuma reunião; o Fórum Nacional Lixo e Cidadania, o Instituto Ayrton Senna e o CEAPE compareceram a apenas uma reunião. Compareceram a apenas duas reuniões as seguintes

QUADRO 2:
ASSIDUIDADE DAS ENTIDADES

| Ano | Data | % entidades presentes | % média anual das entidades presentes |
|------|----------------|-----------------------|---------------------------------------|
| 1995 | 09/03 | 56% | 59,7% |
| | 23/05 | 68% | |
| | 10/10 | * | |
| | 25/10 | 56% | |
| | 29/11 | 59% | |
| 1996 | 12/03 | 51% | 66% |
| | 03/07 | 81% | |
| 1997 | 10/04/ | 74% | 67% |
| | 25/6 | 62% | |
| | 18/11 | 65% | |
| 1998 | 12/03 | * | 69,5% |
| | 29/07 | 71% | |
| | 17 e 18/11 | 68% | |
| 1999 | 16 e 17/03 | 71,8% | 70,1% |
| | 4 e 05/05 | 71,8% | |
| | 14/09 | 66,7% | |
| 2000 | 28/03 | 51,2% | 48,8% |
| | 18/07 | 48,8% | |
| | 04/10 | * | |
| | 08/12 | 46,3% | |
| 2001 | 27/03 | 56,8% | 43,2% |
| | 25/06 | 47,7% | |
| | 23/10 | 43,2% | |
| | 05/12 | 25% | |
| 2002 | 19/03 | 42% | 29,25% |
| | 25/06 | 21% | |
| | 23, 24 e 25/09 | 33% | |
| | 21/11 | 21% | |

Observação: O símbolo (*) significa que para esta reunião não há lista de presença.

QUADRO 3: ASSIDUIDADE DAS ENTIDADES DO FNPETI

| Entidades | Segmento | Reuniões totais | Reuniões presenciadas | % de Presença |
|---|----------|-----------------|-----------------------|---------------|
| ABMP | T | 2 | 2 | 100 |
| ANAMATRA | T | 9 | 7 | 77,8 |
| ANDI | SC | 21 | 9 | 42,9 |
| BID | OI | 14 | 0 | 0 |
| Cáritas Brasileira/CNBB | SC | 25 | 9 | 36 |
| CDH | G | 22 | 5 | 22,7 |
| CEAPE | SC | 4 | 1 | 25 |
| CGT | T | 25 | 14 | 56 |
| CNA | E | 25 | 10 | 40 |
| CNI | E | 25 | 18 | 72 |
| CNT | E | 2 | 0 | 0 |
| CNTE | T | 24 | 10 | 41,7 |
| CONANDA | SC | 25 | 13 | 52 |
| CONTAG | T | 25 | 19 | 76 |
| CPT | SC | 21 | 4 | 19 |
| CUT | T | 25 | 16 | 64 |
| Força Sindical | T | 25 | 13 | 52 |
| Fórum Nacional Lixo e Cidadania | - | 13 | 1 | 7,7 |
| Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança | SC | 23 | 23 | 100 |
| IBAM | SC | 21 | 3 | 14,3 |
| INESC | SC | 19 | 9 | 47,4 |
| Instituto Ayrton Senna | SC | 12 | 1 | 8,3 |
| Instituto de Psicologia/UnB | SC | 2 | 0 | 0 |
| Marcha Global Contra o Trabalho Infantil | SC | 17 | 4 | 23,5 |
| MDA | G | 11 | 7 | 63,6 |
| Missão Criança | SC | 14 | 5 | 35,7 |
| MJ | G | 25 | 18 | 72 |
| MNMMR | SC | 25 | 19 | 76 |
| MPF | G | 25 | 14 | 56 |
| MPT | - | 25 | 25 | 100 |
| MRE | G | 25 | 22 | 88 |
| MS | G | 25 | 21 | 84 |
| MTE | G | 24 | 24 | 100 |
| NAPP | SC | 14 | 2 | 14,3 |
| OIT | OI | 25 | 24 | 96 |
| Pommar/USAID | OI | 7 | 2 | 28,6 |
| Programa Comunidade Solidária | G | 25 | 13 | 52 |
| Save The Children | SC | 8 | 2 | 25 |
| SDS | T | 16 | 7 | 43,8 |
| SEAS | G | 21 | 14 | 66,7 |
| SENAR | E | 15 | 3 | 20 |
| SESI | E | 24 | 12 | 50 |
| SINAIT | T | 25 | 17 | 68 |
| UNICEF | OI | 25 | 23 | 92 |

Legenda da coluna segmento:

T – trabalhadores; SC – sociedade civil; OI – organização internacional; e G – governo.

entidades: Pommar/USAID, Save The Children e o NAPP.

Assinala-se que não se está considerando a ABMP, pois dada sua recente entrada, pode-se considerá-la um caso diferente das anteriores – também

foi esse raciocínio que fez com que não se destacasse seu cem por cento de comparecimento.

Na análise por segmento, verifica-se que o governo foi o que teve maior comparecimento com 70,9 por cento de presença, seguido pelos trabalhadores com 64,4 por cento. Os empregadores apareceram em terceiro com 36,4 por cento e as entidades representantes da sociedade civil tiveram a menor frequência com 34,6 por cento.

Porém, não se deve menosprezar a relevância da presença nas reuniões porque tal esforço pode ser visto como um indicador da importância que a instituição dá ao Fórum e da valorização que faz deste tipo de espaço. Além do que, uma das condições para que as entidades possam cumprir o seu papel no Fórum é a sua participação nas plenárias. No entanto, assiduidade é apenas um dos elementos. A seguir será olhada essa questão por outros ângulos.

2.4.2 A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO FÓRUM CONFORME OS ENTREVISTADOS

A análise da participação dos segmentos componentes do Fórum, a partir das entrevistas demonstra que a percepção dos papéis de cada setor e a avaliação geral sobre os membros revela-se bastante diferenciada.

A análise geral mostra que a participação variou muito ao longo dos anos. Em alguns momentos foram as entidades da sociedade civil, as

mais presentes, em outros os sindicatos. Além disso, a mobilização e a participação dos membros dependia da conjuntura do Fórum: quando era um assunto novo, quando o Fórum prestava um “serviço” – como ser um espaço neutro para a discussão de algum tema – havia grande mobilização. Outras vezes, o empenho era menor, de um segmento ou dos vários, em função do que estava sendo abordado. Por isso, acredita-se que é importante perceber o momento e construir essa participação.

A seguir serão apresentadas as opiniões obtidas nas entrevistas, separando por segmento abordado.

Trabalhadores

Em relação aos trabalhadores, as entrevistas destacaram o protagonismo do movimento sindical, tendo as suas organizações dado muito fôlego ao Fórum e se empenhado prioritariamente na questão do trabalho infantil. Mostraram que os sindicatos quebraram paradigmas, pois não se comportaram como o sindicalismo tradicional, que resistia à retirada das crianças do trabalho, defendendo, ao invés disso, melhores condições de trabalho para elas. Entende que no Brasil, diferentemente de outros países da América Latina, não houve nenhum movimento significativo defendendo essa posição tradicional. Por fim, assinalaram que foram muito amadurecidos e competentes, principalmente os sindicatos dos trabalhadores rurais, no processo de negociação.

No entanto, essa posição não é consensual. Foi indicado também que os sindicatos aderiram de maneira limitada e que os trabalhadores estão envolvidos no nível da cúpula e das lideranças nacionais/regionais – das centrais, confederações e federações – mas não dos sindicatos locais.

Empresários

Sobre os empresários considerou-se que o setor não está muito envolvido no Fórum, ressaltando que tem que se buscar o envolvimento do setor empresarial e não apenas de funcionários das organizações deles (CNI, CNA etc). Assim, há nichos que deveriam ser buscados, como a FIESP.

Foi chamada a atenção que o empresário nunca aparece fisicamente, sendo representado pelo SENAI, SENAC, SESI etc nesta área social, demonstrando que a adesão dos empresários ao Fórum foi restrita.

Contudo, considerou-se que, no momento em que se precisou do segmento empresarial, ele esteve presente. Nesse contexto, a discussão que se fez em torno da Convenção 138 e a conquista do apoio dos empresários para sua ratificação pode ser referida como exemplar.

Sociedade civil organizada

Considerada como a mais envolvida, porém muito dependente de recursos e de apoio técnico. O problema com relação a organizações da sociedade civil era fazer com que compreendessem a necessidade de um enfoque mais amplo, pois o enfoque das ONGs era muito localizado. As entidades

da sociedade civil foram fundamentais por serem criativas, inovadoras, mobilizadoras e por executarem os projetos na base.

No entanto, verificou-se que esse é o segmento que está em pior situação, pois deveria ser o líder do Fórum. No entanto, tem permanecido ausente das reuniões.

Governo

A análise das entrevistas mostra que essa é a ponta frágil do Fórum, mas deve-se fazer uma diferenciação de gestão. No período em que o MTE esteve articulado com o MEC e com o MPAS, através da coordenação da Sra. Ruth Vilela, o Fórum teve um momento de construção e crescimento. No entanto, no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, houve uma retirada do governo do Fórum. Manteve-se apenas a representação política, através do MTE, mas o governo tentou fazer um projeto próprio isolado da sociedade, sem estabelecer, com o FNPETI, um diálogo franco e aberto. O governo não assumiu o seu papel no Fórum de maneira construtiva. Além disso, com essa omissão do governo, nem sempre os resultados e avanços do Fórum se refletiram na sociedade, como ocorreu no sentido inverso: os avanços na sociedade se refletiram no Fórum. Alguns setores do governo aderiram prontamente, mas outros, que também eram importantes, não participaram.

Foi também relatado que a participação do governo era positiva, porque é o segmento que tem maior facilidade em participar, mas ressalta-se que os membros do governo atualmente estão muito dispersos. Vale ressaltar ainda que houve momentos conflituosos com a SEAS.

2.4.3 A PARTICIPAÇÃO NA EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO FÓRUM

A participação nas atividades pode ser vista através do envolvimento nas ações cotidianas do Fórum. Há ainda avanços a serem feitos, pois a análise da assiduidade dos membros mostra que o maior nível de presença foi de cerca de 70 por cento em 1999. A reduzida frequência de certos representantes na reunião, a demora na resposta a consultas ou mudanças seguidas na representação de determinadas entidades e, conseqüentemente do referido segmento, são também problemas que ocorrem, às vezes na Coordenação Colegiada.

Também pode-se lembrar do que foi dito quando se comentou a participação ativa das entidades nas reuniões, onde apenas poucas entidades mereceram destaque.

Entretanto, o principal indicador dessa situação talvez seja a experiência dos grupos temáticos instalados em fins de 1998 e que se concretizaram em 1999, ano em que por sinal se registrou maior nível de presença das entidades.

Inicialmente, esses grupos pretendiam se encontrar uma vez por mês, mas isso não aconteceu. O grupo Educação e Melhoria de Renda realizou sete reuniões ao longo de 1999; os de Articulação Parlamentar e de Comunicação e Captação de Recursos se reuniram três vezes; e o de Mobilização fez uma reunião em março, tentando fazer outra, em abril e depois em maio, que não ocorreram por falta de quorum. Além disso, houve menos reuniões no segundo semestre do que no primeiro.

Na primeira reunião de 2000 deliberou-se pela desativação desses grupos. Contudo, a ata não esclarece os motivos apontados, mas a baixa frequência pode ter sido um deles. De qualquer forma, pode-se entender que esta seria uma experiência importante de se concretizar e de ter continuidade, e o fato de não ter tido continuação pode ser um indicativo da baixa participação dos membros.

Vale lembrar que depois desta experiência, vários outros grupos de trabalho criados não foram operacionalizados ou não alcançaram o seu objetivo. Como exemplo pode-se citar o grupo encarregado da discussão a respeito da realização da Campanha Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, criado em 18 de julho de 2000; o de acompanhamento dos trabalhos do legislativo, cuja criação ocorreu em 27 de março de 2001; o de estudo do trabalho infantil doméstico, criado na mesma data que o anterior; a Comissão para estudar a sustentabilidade financeira do Fórum Nacional e dos Fóruns Estaduais, de 23 de outubro de 2001; e o relativo às atividades ilícitas, que só promoveu uma reunião.

Apesar de se poder identificar a assiduidade das entidades a reuniões com frequência baixa, de forma geral, observando a história do Fórum e os seus documentos, percebe-se que a parte mais frágil do envolvimento das entidades se dá nos intervalos das reuniões, comprometendo a operacionalização das decisões. O que se depreende desta análise é que a maior parte das entidades limita sua participação às reuniões. E, em muitos casos, nem nas reuniões há um envolvimento de algumas entidades.

Importa realçar que não se está discutindo a importância das ações dos membros no combate ao trabalho infantil, mas o empenho deles na operacionalização do Plano de Trabalho do Fórum e no fortalecimento e valorização deste espaço.

2.4.4 PARTICIPAÇÃO DA OIT E DO UNICEF

A importância da participação da OIT e do UNICEF para o Fórum é um tema consensual.

Os (as) entrevistados (as) destacam que a importância dessas instituições vai muito além da sustentação financeira do Fórum, sendo fundamental seu apoio técnico e político. Nunca é demais lembrar que o convite para a reunião de instalação foi feito pela OIT e UNICEF.

Da análise das entrevistas destaca-se que a OIT e o UNICEF lideraram todo o processo do Fórum e que o papel dessas duas instituições não tem sido apenas de financiador e de prestador de assistência técnica, mas também de fornecer apoio para reforçar ações nacionais no campo das políticas e programas voltadas para o combate ao trabalho infantil.

A contribuição técnica do UNICEF e da OIT foi realçada como sendo muito grande e decisiva quando se estabeleceu a metodologia de intervenção na realidade, o PAI, porque os membros do Fórum não tinham muita experiência na elaboração de um programa de ação articulada. Destacou-se também o investimento de recursos para a sustentação da Secretaria Executiva.

Considerou-se que essas instituições foram fundamentais, pois, em alguns momentos, conseguiram quebrar as resistências do governo federal; em outros estabeleceram uma mesa de negociação mais independente, menos radicalizada e mais produtiva. Inclusive, ressaltou-se que sem a OIT e o UNICEF o Fórum não existiria, ou demoraria muito para acontecer, ou aconteceria de outra forma. Entendeu-se que isso é especialmente válido para o IPEC, que teve papel importante, na medida em que fazia parte da sua missão implementar estruturas capazes de desenvolver ações de erradicação do trabalho infantil nos países em que ele se instalava.

Foi ainda indicado que, por serem organismos respeitados internacionalmente e possuírem capilaridade, reforçaram as entidades que compõem o Fórum e contribuíram para o reconhecimento internacional do FNPETI. No entanto, aproveitou-se para externar a preocupação com a saída gradual do apoio financeiro da OIT e do UNICEF.

Entendeu-se também que a OIT e o UNICEF contribuíram muito porque tinham interlocução no exterior, assim conseguia-se fazer denúncias até mesmo fora do país e eles conseguiam captar recursos. E, também, por promoverem discussões sobre o assunto em todo o mundo, contribuíram para a criação de uma ação mundial contra o trabalho infantil.

2.5 ENCAMINHAMENTO DAS “DIRETRIZES PARA A FORMULAÇÃO DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL”

Pela importância que tem para o Fórum, vale a pena dar um destaque maior para as ações relacionadas ao documento denominado “Diretrizes para a Formulação de uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil”. No entanto, a análise fica incompleta devido à pouca informação relativa ao ano de 2001, dada a inexistência do relatório de atividades e de se ter disponível apenas uma ata de reunião da coordenação colegiada.

De forma geral, o Fórum parece não ter buscado fazer um diagnóstico inicial do que era preciso e possível ser feito para traçar as estratégias para implementá-lo. Conforme a documentação disponível, não há indícios

de que se buscou levantar as questões a serem discutidas em cada momento e as ações correspondentes conforme cada eixo, de forma a promover o que fosse possível ou cobrar o que não estava diretamente ao alcance do FNPETI.

Do material recolhido nas entrevistas, ressalta-se que, na época da construção das diretrizes, entendeu-se que o Fórum não tinha mandato para elaborar políticas públicas. Talvez por isso, nas prioridades definidas para 2001, estabeleceu-se a busca de implementação de uma Política Nacional baseada nas diretrizes e não a elaboração de uma proposta desta política. No entanto, caberia a ressalva de que, mesmo dentro dessas perspectivas, várias ações, indicadas em tal documento, poderiam ter sido encaminhadas.

Em 2002 parece que há uma mudança desta posição. Isso pode ser visto no Plano de Trabalho para 2003, em que um dos princípios é a elaboração de um Plano Nacional de Prevenção e Erradicação de Trabalho Infantil.

O Fórum retorna a discussão e apresenta o conteúdo deste documento em vários espaços de debates, promovidos ou não pelo Fórum, entendendo ser um passo importante para preparar a construção de um Plano Nacional Operacional de Ação, que defina os recursos financeiros necessários e as respectivas responsabilidades de cada integrante na sua implementação.

A primeira dessas oportunidades se deu em junho de 2002, em Porto Velho (Rondônia), durante o último debate do “Ciclo de Debates Regionais”, e a discussão das diretrizes foi um dos seis painéis realizados.

Outro momento ocorreu em agosto de 2002 com a participação do Fórum no seminário organizado pelo Fórum Estadual de São Paulo para determinar as diretrizes da ação de combate ao trabalho infantil no estado. Foi, então, mais um espaço onde o Fórum participou e levou a discussão das diretrizes contidas no referido documento.

Também em Teresina (Piauí), em outubro do mesmo ano, o Fórum teve a oportunidade de apresentar e discutir as diretrizes para a política nacional em uma oficina realizada para a elaboração da proposta do Plano Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. No mesmo mês, foi a vez de representantes do Maranhão se reunirem em São Luis para elaborar o seu plano estadual. Nas duas ocasiões, as discussões foram referenciadas na apresentação das diretrizes.

Nesses quatro eventos as diretrizes foram apresentadas e discutidas, mas privilegiou-se a exposição do problema – que demandam a adoção das diretrizes – e suas conseqüências. As soluções propostas referiram-se ao âmbito estadual, de acordo com as características do encontro.

Além dessas experiências, na plenária de setembro, em Maceió, houve

uma mesa redonda que tratou dos seis eixos apontados no documento referentes às diretrizes, mas não se chegou a nenhum encaminhamento.

Na última reunião ordinária de 2002, em Belo Horizonte, alguns Fóruns Estaduais apresentaram as ações realizadas para implementar as diretrizes.

Percebe-se que a maior parte dos encaminhamentos no sentido de concretizar as diretrizes expostas no referido documento foram feitos nos estados. Em decorrência disso, como se pode ver nas apresentações dos Fóruns Estaduais, as medidas não têm necessariamente orientações comuns e nem homogeneidade. Sente-se, então, a falta da proposição de encaminhamentos concretos no plano nacional.

Ademais, outro ponto importante de ser destacado é que, ao mesmo tempo, foi iniciada a elaboração dos planos estaduais sem se ter um plano nacional elaborado que norteasse as políticas estaduais. No entanto, pode ser conseqüência do entendimento, como foi enunciado nas entrevistas, de que, devido à diversidade das realidades do país, deva-se privilegiar os Planos Estaduais em vez do Plano Nacional, ou pode decorrer da percepção de que as diretrizes devem nortear as ações estaduais.

Destaca-se ainda que, após a publicação do documento com as diretrizes, sentiu-se falta de ações específicas voltadas para a construção de uma proposta de Plano Nacional, referenciada na mesma estratégia utilizada para a consolidação das diretrizes. Ou seja, com várias etapas de debates nacionais, regionais e estaduais, envolvendo a sociedade civil organizada e o governo, com um tempo grande de discussão e amadurecimento, até que se consolidasse um Plano Nacional de Ação – entendendo-se por nacional não só o seu escopo de atuação e seu foco de ação, mas também a direção de sua construção e elaboração.

2.6 AVANÇOS

Os avanços do FNPETI foram inúmeros e relevantes. Talvez o principal tenha sido conseguir se constituir de fato como um espaço de discussão entre os vários segmentos da sociedade civil organizada e o governo. E como tal, em um espaço de criação de consensos. O que é extremamente importante quando se lida com questões sociais desta magnitude, que só podem ser resolvidas com um empenho real de todos os setores. Além disso, é uma experiência de vanguarda no país. O Fórum conseguiu mostrar que estes espaços de criação de consensos podem funcionar.

Esse é um ponto muito importante, principalmente, no atual momento do país, em que o novo presidente instituiu o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, pretendendo que seja um espaço em que a sociedade possa encontrar consensos sobre temas complexos de interesse nacional.

As entrevistas confirmam a importância deste objetivo, mostrando que

era um dos principais resultados do Fórum. Foi entendido que o FNPETI consolidou uma mesa de negociação exitosa, entendendo por isso o lugar que permite que todos os segmentos da sociedade civil organizada e o governo estabeleçam as articulações, os acordos e os pactos necessários, para o enfrentamento da realidade social.

Ressaltaram ainda a relevância da criação de consensos que se conseguiu e o ganho de se juntar forças dispersas e de se possibilitar o diálogo entre partes que possuem, normalmente, desconfiança mútua.

Foi relatado também que o Fórum se caracteriza por ser um excelente espaço de articulação, que deu coerência à ação governamental e permitiu a parceria entre os segmentos, inclusive, sublinhando que o FNPETI é uma experiência conhecida na esfera internacional como pioneira e extremamente rica.

Outro avanço ligado ao ponto anterior, é que ao ser um efetivo espaço de discussão de alta qualidade, o Fórum permitiu o aumento do conhecimento acumulado sobre o assunto. Porém, mais que isso, possibilitou coesão em torno da capacidade e do entendimento do grupo. Através dos debates foi possível compartilhar informações, conteúdos e experiências, de forma a socializar o conhecimento adquirido sobre a questão. Por outro lado, dado que as questões eram realmente discutidas, o caráter democrático e de construção coletiva foram enfatizados.

Ademais, ao adotar uma estrutura quadripartite e ter tido a adesão de várias entidades, o Fórum conseguiu reunir diversidade de membros, fundamental para o encaminhamento de ações, o que tornou o processo mais rico e abrangente.

Houve vários outros avanços já descritos anteriormente. Primeiramente, o Fórum foi importante para dar visibilidade ao problema, para o aumento da sensibilização, conscientização e mobilização da sociedade para a erradicação do trabalho infantil. Segundo, foi ter conseguido, desta maneira, colocar o assunto na agenda nacional. O terceiro, que é consequência dos dois anteriores, foi a instituição do PETI, que como já foi dito, pode ser entendido como importante conquista do Fórum, na medida em que foi fruto da mobilização social, na qual o FNPETI teve participação essencial.

Também um passo decisivo a ser repetido, pela sua relevância, é a visão ampla do problema. Pode-se, inclusive, associar a este entendimento do Fórum e a sua atuação, o consenso atual vigente no país de que o problema do trabalho infantil só pode ser resolvido através de ações integradas. Nesse sentido, outra contribuição de destaque, também já referida anteriormente, foi a metodologia do PAI, servindo como referência no mundo.

Da mesma forma que um dos principais avanços do Fórum foi a

consolidação do documento “Diretrizes para a Formulação de uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil”. Na oportunidade o Fórum deixou claro que não só é necessária uma ação integrada, mas também que ela seja nacional e estrutural. É marca deste documento o fato de ele ter um caráter nacional e também ser fruto de um processo em que todos os estados participaram, assim como diversos setores da sociedade civil organizada e o governo.

Registra-se, também, a consolidação da Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil. Ao estimular a criação de Fóruns/Comissões Estaduais, o FNPETI ajudou a ampliar os espaços existentes para atuar na questão.

Outro avanço foi o empenho em conseguir que o Brasil ratificasse as Convenções 138 e 182 da OIT. Essa contribuição é tida como fundamental e possibilitou o aprimoramento do marco legal, conforme destacado nas entrevistas. A importância do Fórum para os avanços no combate ao trabalho infantil no país foi também objeto de acordo entre os entrevistados.

2.7 DIFICULDADES

Na análise dos resultados do Fórum, tanto de processo como dos produtos obtidos, pode-se identificar algumas lacunas, sem necessariamente hierarquizá-las.

O papel e o tratamento dado aos Fóruns Estaduais registram-se como merecedores de uma análise mais aprofundada. A Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil foi consolidada em 2000. No entanto, muito desses Fóruns questionam o tratamento recebido pelo FNPETI. De certa forma não se avançou tanto na incorporação dessas entidades. Essas organizações reivindicam maior espaço no processo decisório, mais apoio técnico e maior disponibilização de informações relevantes. Há uma necessidade de se fortalecer a Rede Nacional, mas também de discussão mais detalhada sobre o assunto.

Outra lacuna é a falta de discussão sobre certos temas nevrálgicos como educação e geração de trabalho e renda, pois questões como essas vão determinar grande parte do sucesso das políticas adotadas. Programas como bolsa-escola para serem efetivos necessitam que a escola possibilite uma transformação do (a) aluno (a) em termos de conteúdos aprendidos e qualificações desenvolvidas e, para isso, a qualidade do ensino é fundamental. Assim, seria interessante também realizar o monitoramento dos resultados da aprendizagem das crianças e adolescentes oriundos do trabalho infantil. Por outro lado, é necessário abrir novos espaços econômicos para que se possa incluir efetivamente essas crianças e suas respectivas famílias.

Assinala-se também como assunto a ser objeto de reflexão, a existência de diversos espaços de articulação, mobilização e execução de ações em

favor da prevenção e erradicação do trabalho infantil desarticulados. Os espaços diferenciados são positivos, na medida em que contribuem para ampliar o processo democrático participativo de diversas instâncias da sociedade brasileira, mas também acarretam dispersão de esforços humanos, técnicos e financeiros, principalmente nos estados e municípios que dispõem de limitados recursos.

A falta de articulação com os outros atores do Sistema de Garantia de Direitos, como os Conselhos de Direitos, Varas Especializadas, Delegacias Especializadas etc. registra-se também como uma lacuna comprometedora na implantação e implementação dos Fóruns ou Comissões Estaduais, bem como do Fórum Nacional.

O Fórum ainda enfrenta determinados estrangulamentos, como por exemplo, detectar tendências que conduzem a uma desmobilização de seus membros, atuar de forma menos intensa e priorizar temas menos relevantes. Evidentemente que não se está supondo que os organismos funcionem sempre de forma homogênea, mas que se possa amenizar e diminuir a duração dos momentos de reduzida atuação.

A descontinuidade de importantes atividades realizadas apresenta-se como outra limitação do Fórum. Em algumas ações, o Fórum não deu o seguimento devido às atividades iniciadas. Um exemplo é com relação à política nacional, em que após a publicação das diretrizes não se avançou no sentido de elaborar uma proposta de Plano e cobrar a sua execução. Outro exemplo, pode ser dado com relação às Convenções da OIT, que após ter se conseguido a ratificação, o esforço do Fórum para conseguir a efetiva implementação delas foi muito limitado.

A necessidade de dar um tratamento adequado à documentação pode ser apontada ainda como uma das lacunas. Destacaram-se, ao longo do texto, vários problemas relacionados aos documentos em geral e às atas em especial. Há uma urgência em reformular o tratamento dado.

Os vários grupos de estudo formados, cujos trabalhos não foram executados como esperado, não alcançando seu objetivo nem esgotando a questão proposta, precisam ser revistos. Vale lembrar que alguns sequer foram operacionalizados.

Também inexistiu um instrumento de monitoramento e avaliação dos programas implementados, que assinalasse os resultados e os produtos obtidos, visando não só o aprimoramento do que está sendo feito, mas também fornecendo elementos para o plano de ação nacional. Além disso, há também a ausência da avaliação da sustentabilidade dos resultados dos programas implementados.

A elaboração de uma proposta de Plano Nacional com os devidos recursos financeiros requeridos e respectivas responsabilidades, através de intensos debates englobando todos os fóruns estaduais e também

a sociedade civil organizada e o governo, destaca-se como uma das principais dificuldades que não foi encaminhada pelo Fórum.

Na atual conjuntura o Fórum precisa ser revitalizado como espaço de discussão. Nesse aspecto, é necessário privilegiar os temas novos, os assuntos de caráter nacional e os debates sobre políticas e ações necessárias.

Cabe também abordar as lacunas percebidas pelas entrevistas, destacando-se o aprofundamento das discussões técnicas; a ausência de mecanismo

UNICEF/HQ00-0427/ALEJANDRO BALAGUER



de monitoramento e avaliação; e a necessidade de se ter mais informação sobre o que está acontecendo e de ter a capacidade de dar respostas.

Vale assinalar que as deficiências indicadas pelas entrevistas coincidem com a análise feita anteriormente. Nesse sentido, as entrevistas indicaram como deficiência a não implementação da Convenção 138, ou seja, não ter a Comissão Nacional Contra o Trabalho Infantil que a referida Convenção define e nem um Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil assumido como programa

do Estado brasileiro.

Além disso apontaram que, em certo momento, a representação do Fórum espelhou o movimento de combate ao trabalho infantil que existia. No entanto, não se conseguiu ampliar essa representação, trazendo novos segmentos e setores para uma participação mais ativa. Um exemplo seria a grande dificuldade dos Fóruns Estaduais e Comissões Municipais em ter interlocução com o Fórum Nacional.

Considerou-se ainda como limitação não se ter conseguido articulação entre todos os componentes da ação integrada, além da falta de infraestrutura e da SEAS não se ter disponibilizado para reconhecer a importância do Fórum no cenário nacional.

A falta de articulação das questões de trabalho infantil e educação, registrada pela ausência do MEC e das representações estaduais e municipais, revela-se como impedimento fundamental para erradicação do trabalho infantil, com vistas a garantir o compromisso de que não basta as crianças estarem na escola, mas elas precisam estar aprendendo.

Retira-se da análise das entrevistas que uma grave limitação é a falta

de metodologias adequadas para tratar o momento em que se vive com relação ao trabalho infantil. Falta repensar estratégias para abarcar as piores formas de trabalho infantil, principalmente para o trabalho no tráfico, exploração sexual e o trabalho familiar. Considerou-se, porém, que tanto no caso do trabalho infantil doméstico como na catação do lixo tem-se avançado. Além disso, não ter uma estrutura mais permanente que possibilite ao Fórum seguir trabalhando sem depender de recursos internacionais ou até mesmo nacionais, significou outra dificuldade.

2.8 PERSPECTIVAS SEGUNDO AS ENTREVISTAS

Vale também registrar as considerações e recomendações assinaladas pelos (as) entrevistados (as). O Fórum deve ser sempre um instrumento em mutação e tem que estar adequado às necessidades de cada momento. Assim deve ter a capacidade constante de renovação. Além disso, deveria construir uma metodologia de monitoramento e avaliação de processo e de resultados.

O Fórum deve subsidiar ações locais, ser um canalizador das informações, contribuir na articulação dos estados, manter-se como espaço de discussão dos temas nacionais e monitorar as políticas públicas. Deve ainda privilegiar o desenvolvimento de Planos Estaduais de Combate ao Trabalho Infantil, em vez de um Plano Nacional devido à diversidade das realidades do país – e monitorá-los. O Fórum também deve buscar novos parceiros, se reformular e encontrar novas alternativas, dada a ausência de recursos financeiros e de pessoal.

No entanto, reafirmaram que o Fórum deve recolocar as Convenções 138 e 182 para debate, pois o FNPETI tem um papel preponderante na fundamentação dessa implementação. Como está sendo instalada a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), acredita-se que o Fórum deve definir os rumos dos seus membros que compõem esta Comissão.

A importância do Fórum, no novo cenário político, deve refletir-se em um Plano Nacional de Promoção e Defesa das Crianças e dos Adolescentes, na medida em que o trabalho infantil é apenas uma parte do que precisa ser feito, a fim de garantir a proteção integral.

As entrevistas indicaram que o Fórum tem que assumir uma postura mais propositiva, pois atualmente o Fórum não tem mais o caráter reivindicativo de antes, na medida em que o governo deu a resposta que se queria – uma ação direta. Ressaltaram também que o Fórum ficou um pouco sem rumo, dado que suas reivindicações foram atendidas pelo governo e também porque o Brasil está muito à frente dos outros países.

Mostraram ainda que o Fórum deve buscar traçar alguns eixos fundamentais para a questão do trabalho infantil e discutir melhor estes eixos. Isso porque considera-se que a ação de combate ao trabalho

infantil em curso no Brasil, da maneira como foi tratada pelo governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso demonstra ser equivocada, pois trata a questão de forma tipicamente assistencialista, inclusive ressaltaram que o Fórum já deveria ter avaliado essa situação. Assim, a mudança qualitativa das ações do Fórum deveria passar pela questão da educação, que é um dos seus eixos propostos.

Deve-se também fazer uma revisão da composição do Fórum, pois de acordo com as entrevistas, verificou-se que algumas entidades que estão na lista das que o compõem não sabem ou não consideram que integrem o Fórum. Deve-se fazer uma avaliação das entidades integrantes e interessadas em participar do Fórum. Isso permitiria nortear melhor as ações e ao mesmo tempo proporcionar a busca de novas adesões no movimento social em setores usualmente afastados da área da infância e da adolescência, como o movimento negro, indígena, das mulheres etc.

Com relação à Coordenação Colegiada, faz-se necessário renovar os membros para permitir novas alianças, dado que os participantes são os mesmo há muito tempo. Entendem, também, que algumas entidades não cumprem bem seu papel nesta Coordenação – a representação dos empresários sempre foi problemática -, assim como a dos trabalhadores, em certos períodos. O Fórum deve desenvolver um mecanismo, legitimado por todos, de perceber isso e fazer as mudanças necessárias, pois acreditam que seja difícil o referido representante ter essa autocrítica e também é complicado a Secretaria Executiva apontar isso. Consideraram ser uma situação delicada, pois não se deve ter como objetivo a exclusão da instituição do Fórum. Necessita-se de melhorar o funcionamento da Coordenação. Nessa questão, inclusive, acreditam que os Fóruns Estaduais devam ser lembrados, promovendo estratégias de participação deles na Coordenação. A melhor opção vislumbrada é um rodízio com eleição democrática, sendo que não necessariamente teria que se ter os quatro segmentos representados na Coordenação, mas as entidades que estão de fato dispostas e com disponibilidade de tempo para trabalhar. Ressaltaram como importante que os quatro segmentos estejam na discussão, mas que não se deve ficar dependente desta composição.

Os (as) entrevistados (as) entenderam ainda que os papéis da Coordenação Colegiada e da Secretaria Executiva devem ser revistos. Consideraram que ambos têm papel político, pois o Fórum é uma organização política, mas em diferentes níveis. A primeira não deve se preocupar com as questões operacionais, mas com as de caráter político no nível do tema trabalho infantil e não da instituição. Sua função deveria ser levar o Fórum para outros países, colocar este tema na mídia, no cenário nacional, no discurso do presidente, dos governadores e prefeitos. Ao passo que a Secretaria Executiva teria o papel político no nível da instituição e para isso é preciso ter autonomia (inclusive política), responsabilidade e confiança.

⁸ *Segundos os entrevistados, o país que ratifica a Convenção 138 deve constituir uma Comissão Nacional, sendo essa a instância que implementa o Plano Nacional de Combate ao Trabalho Infantil.*

Outra observação dos (as) entrevistados (as) diz respeito ao Fórum se constituir na Comissão Nacional de Implementação da Convenção 138⁸,

criada institucionalmente pelo governo federal, com estrutura própria com capacidade de articulação nos estados, dos programas dentro do governo federal e das ações da sociedade civil. Esta Comissão teria o papel de implementar o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil – discutido, aprovado e elaborado pela sociedade civil, pelos trabalhadores, pelos empregadores e pelo governo – que coordenasse todas as ações na perspectiva de erradicar o trabalho infantil no Brasil.

O Fórum tem um preponderante papel a cumprir no novo governo, promovendo a articulação entre os (novos) atores governamentais e destes com a sociedade civil, ou seja, deve voltar a liderar a articulação entre organismos governamentais e não-governamentais, sugerindo estratégias e metodologias inovadoras.

Ademais, o FNPETI deve se afirmar como o espaço de profunda discussão de estratégias para tratar do trabalho infantil enquadrado dentro das piores formas – no tráfico, na exploração sexual e também no regime familiar e, assim, sanar a carência existente de metodologias de combate às piores formas de trabalho infantil. Acrescentam que se devem buscar identificar os atores, nacionais e internacionais, que podem contribuir tecnicamente e também as experiências internacionais neste campo.

Ressaltaram que os setores da sociedade que têm acesso a políticas públicas foram alcançados. No entanto é preciso buscar atingir os que estão excluídos, na medida em que formas de trabalho invisíveis persistem e não estão sendo contempladas pela ação atual – e nem podem, pois ela é específica para determinados tipos de atividades.

O Fórum e a Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil terão que repensar sobre a questão do controle social que a sociedade civil tem dos programas de erradicação do trabalho infantil, pois o aumento da escala do PETI, a partir de 2001, conduziu a um descompasso entre a sua implementação e a organização e participação da sociedade civil e dos beneficiários nos estados que não foram contemplados na primeira fase do referido Programa. O PETI foi expandido com um controle social enfraquecido, o que abre espaço para certos desvios da metodologia de implementação do Programa.

Além disso, os (as) entrevistados (as) consideraram que deve ser avaliada a representatividade nos Fóruns Estaduais, pois em muitos casos as Delegacias Regionais de Trabalho (DRTs) ou o MPT têm assumido a administração destes espaços como forma de contornar o problema da sustentação financeira e administrativa. No entanto, entenderam ser necessário verificar se isso está limitando a participação de outros setores que precisam ser atraídos para que contribuam de maneira mais efetiva, garantindo a devida articulação prevista nas diretrizes.



Considerações Finais e Recomendações

3.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo serão agrupadas de forma resumida algumas considerações, pois não se pretende esgotar o assunto mas levantar alguns aspectos que, de acordo com o que foi percebido ao longo deste trabalho, possam contribuir para a reflexão do Fórum sobre sua atuação nestes oito anos de sua existência.

Convém destacar que o Fórum apresenta-se como um dos principais instrumentos na luta contra o trabalho infantil, podendo ser aferida sua importância pelos avanços e resultados positivos alcançados.

A relevância do Fórum para o país, transcende a questão do trabalho infantil. Afinal o Fórum é também uma importante e inovadora experiência de discussão e de busca de consenso da sociedade civil organizada e do governo, tendo sido possível graças à sua estrutura quadripartite e a forma como suas decisões são tomadas por consenso.

Interessa retomar algumas de suas características que foram consideradas principais. O Fórum Nacional pode ser definido como espaço de aglutinação, mobilização, articulação das entidades interessadas na erradicação do trabalho infantil; e de reflexão, visando não só aumentar o conhecimento acumulado sobre a questão, como também contribuir na solução do problema, através da elaboração e da busca de aprimoramento de políticas e programas. Sobressai, ainda, o seu caráter nacional, democrático e dinâmico. Deve-se acrescentar ainda que o Fórum não é um órgão executor.

Entende-se que o foco central de sua discussão devem ser os temas nacionais de caráter estratégico – vinculados com o momento político e social do país ou emergentes ou centrais para a questão do trabalho infantil – e as políticas e ações que visem a prevenção e a erradicação do trabalho infantil, devendo suas ações respeitar suas características básicas.

O Fórum deve estar atento para as possibilidades de inovação, de busca de alternativas, de criação de novos caminhos e preocupar-se com a continuidade do que já foi operacionalizado, para não se perderem esforços e avanços obtidos. Assim, é fundamental que o FNPETI tenha a capacidade de agir como uma instituição articuladora, respeitando seu caráter nacional.

Ao longo deste documento buscou-se traçar a evolução do Fórum. Pode-se dizer que sua abrangência começa focalizada em situações concretas e depois vai se ampliando na busca de considerar todo o país de forma conjunta e incluir grandes temas nacionais – como o trabalho infantil doméstico e em atividades ilícitas. A sua atuação, nos primeiros anos, privilegiou uma ação mais localizada e, a partir de 1999, a tendência se inverteu com o predomínio da atuação articuladora, aqui entendida como

fazendo o contraponto com a localizada. Assim, ao longo destes oito anos, seu caráter nacional foi se definindo melhor e sua atuação articuladora foi se afirmando.

Observando-se a evolução do Fórum, percebe-se que teve fases de atuação bastante diferenciadas, de maior ou menor visibilidade. Sempre vale a pena lembrar que quando se está falando de fases de menor atuação não se está dizendo, de forma nenhuma, que foi um período de pouco trabalho ou de ações de pouca importância. O que se pode constatar é que a demarcação destas fases e as suas causas não é uma questão consensual, tendo-se em vista a visão da análise prevista pelo Fórum e a dos (as) entrevistados (as). No entanto, há consenso que houve momentos de maior e menor atuação. Uma explicação para isso são as diferentes perspectivas de cada um, os diferentes olhares para a instituição. Por isso, talvez o mais importante seja exatamente tentar entender quais são as causas que levaram a uma menor atuação.

Como foi visto, pela visão proposta não há uma única causa que explique as oscilações na trajetória do Fórum. De certa forma, o que há em comum é que determinados fatores conjunturais afastaram o Fórum momentaneamente do seu rumo. Para isso vários motivos podem ser apontados como excessiva atenção a questões locais; perda de oportunidade de priorizar assuntos que a sociedade mostrou mais anseio em discutir ou de temas novos, ou de se dar continuidade às discussões e ações anteriormente priorizadas; o arrefecimento do caráter de debate do Fórum; a não percepção do momento político nacional; a dificuldade de trazer novos aliados e parceiros, de criar novas demandas ou de exercer sua função de liderança nacional nas discussões, mobilizações, reivindicações e atuações no combate ao trabalho infantil.

Sobre a participação dos membros nas atividades do Fórum, verifica-se que o envolvimento no dia-a-dia desta entidade mereceria maior atenção e que, atualmente, deve ser revista inclusive a presença nas reuniões de diversas entidades. Até 1999, a presença das entidades às plenárias foi crescente, no entanto, a assiduidade foi caindo seguidamente, chegando a menos de 30% em 2002, representando um nível e uma tendência preocupantes.

Mas não se deve perder de vista os avanços alcançados, que não foram poucos. Entre eles destaca-se a grande contribuição do Fórum para o aumento da visibilidade do problema do trabalho infantil e da sensibilização, conscientização, mobilização e articulação da sociedade; a sua consolidação como espaço de discussões de grande qualidade; ter possibilitado o aumento do conhecimento sobre a questão; ter tornado um consenso que o trabalho infantil tem que ser enfrentado com ações integradas, estruturais e nacionais; ter contribuído para a ratificação das Convenções 138 e 182, o que possibilitou a melhoria do marco legal; o desenvolvimento da metodologia do Programa de Ações Integradas; a conquista de um programa do governo federal, o PETI; a elaboração do documento "Diretrizes para a Formulação de uma Política Nacional

de Combate ao Trabalho Infantil”; assim como a consolidação da Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil.

Porém, nestes anos, apesar dos muitos progressos, algumas lacunas se formaram. As dificuldades requerem fortalecer a Rede Nacional e rever a participação e a interlocução com os Fóruns Estaduais; discutir sobre temas importantes como educação e geração de trabalho e renda; ter mecanismos que permitam ao próprio Fórum detectar tendências que conduzem a uma desmobilização de seus membros, a uma atuação menos intensa, a priorizar temas menos relevantes em determinados momentos; evitar a descontinuidade de importantes atividades em andamento; revitalizar o Fórum como espaço de discussão; garantir o funcionamento de grupos de trabalho criados; dar um tratamento mais adequado à documentação; e desenvolver metodologias de monitoramento e avaliação de programas implementados.

Considerando apenas o ano de 2002, identificam-se alguns elementos merecedores de atenção. O Fórum se encontra em uma fase de baixa atuação e a presença das entidades nas reuniões alcançou o seu menor nível histórico. Assim, pode-se pensar que há a necessidade de se reverter essa tendência e buscar a valorização deste importante espaço. Mas também pode-se dizer que este movimento já está sendo feito, na medida em que o Fórum está buscando definir seus novos rumos de maneira explícita e conscientemente.

Entende-se que atualmente o Fórum tenha uma importância fundamental frente às mudanças que se precisa realizar no combate ao trabalho infantil e até mesmo na sociedade brasileira como um todo, especialmente pelo acúmulo de conhecimentos adquiridos, pelos avanços obtidos e pela experiência na condução do diálogo entre diferentes partes da sociedade e na construção de consensos. Para isso, é necessário se fazer algumas

SÉRGIO PEDREIRA



Trabalho infantil na produção de farinha

reformulações para retomar uma trajetória de grande atuação e para melhorar certas rotinas da organização.

3.2 RECOMENDAÇÕES

A partir da análise da atuação de 1994 a 2002, considerando os avanços, as lacunas, as perspectivas e as tendências no país, o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil recomenda que:

- Seja reavaliado o papel do Fórum, considerando a articulação com os diferentes atores do Sistema de Garantia de Direitos, a gestão administrativa, as perspectivas políticas, técnicas e financeiras e as prioridades, assim como os mecanismos de operacionalização (Plenárias, Coordenação Colegiada e Secretaria Executiva), garantindo que a reavaliação seja definida, discutida e aprovada por todos seus membros e materializada num documento, a ser encaminhado ao CONANDA e ao Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- Seja elaborado um Plano Nacional de Ação de Promoção e Defesa das Crianças e dos Adolescentes, na medida em que o trabalho infantil constitui apenas uma parte do que precisa ser feito, a fim de garantir a proteção integral da infância e da adolescência.
- Seja elaborado um Plano Nacional de Ação para Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, baseado em um amplo debate como ocorreu na época da análise e aprovação do documento sobre as diretrizes, indicando o orçamento e as respectivas responsabilidades dos diferentes organismos encarregados de sua operacionalização.
- Sejam definidas as estratégias, as metodologias e os mecanismos, em conjunto, com os diferentes atores do sistema de garantia de direitos dentro da visão de proteção integral, envolvendo prioritariamente o CONANDA e o Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, a fim de garantir a implementação da Convenção 182 e, integrando uma Comissão Nacional de Implementação da Convenção 138, criada institucionalmente pelo governo federal, com estrutura própria e com capacidade de articulação nos estados, dos programas dentro do governo federal e das ações da sociedade civil.
- Seja fortalecida a Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, analisando a melhor forma de incorporar efetivamente os Fóruns Estaduais, a fim de possibilitar uma melhor atuação destas entidades, de suprir as demandas, de dar os apoios necessários, de abrir um espaço à participação desses organismos e de melhorar o canal de interlocução entre eles e deles com o FNPETI, revisando a percepção que os Fóruns Estaduais têm dessa questão e identificando suas principais demandas estruturais.
- Seja ampliada a articulação entre novos parceiros e estimulada a

participação das entidades-membros do Fórum, considerando a existência de diferentes espaços de prevenção e erradicação do trabalho infantil, como o Fórum Nacional Lixo e Cidadania que prioriza a erradicação do trabalho infanto-juvenil nos lixos e que tem se mantido à parte do Fórum Nacional, assim como da ex-Comissão Técnica que apresentou uma proposta estratégica para erradicação do trabalho infantil doméstico. Essa articulação poderia ser viabilizada através de um Comitê Consultivo integrado pela representação das distintas secretarias executivas e/ou instâncias decisórias existentes ou a serem criadas.

- Seja definido e implementado um processo, com respectivos indicadores, de monitoramento da inclusão e do sucesso escolar das crianças e adolescentes oriundos do trabalho infantil, considerando a escola como espaço privilegiado, garantindo que o Ministério da Educação integre os espaços de decisão do Fórum.
- Seja discutida, também ampla e nacionalmente, a questão da geração de trabalho e renda, envolvendo efetivamente as famílias, considerando distintas estratégias de garantia da retirada das crianças e adolescentes do trabalho, a partir das diferenças regionais, assim como o tipo de atividades, em especial, nos lixos, no trabalho infantil doméstico, no regime familiar, nas atividades ilícitas – como narcoplantio, tráfico de drogas e exploração sexual para fins comerciais.
- Seja operacionalizada uma gestão de funcionamento do Fórum, da Coordenação Colegiada e da Secretaria Executiva, incluindo uma rotina de balanço dos encaminhamentos e das decisões tomadas nas plenárias e nas reuniões da Coordenação.
- Seja montado um sistema de documentação, a fim de catalogar e recuperar os materiais que estejam se perdendo pela forma como foram guardados; sejam padronizadas as atas, garantindo que as atas das próximas reuniões mantenham o mesmo nível de qualidade e de reprodução do que foi discutido e aprovado na reunião, servindo as atas de fato de memória do que ocorreu; sejam gravadas as reuniões, tomando o cuidado para que esta redação não seja muito demorada; sejam destacadas as discussões (temas e resumo delas), os assuntos levantados, as decisões tomadas e os participantes presentes; seja desenvolvido um relatório anual mais informativo e analítico, permitindo preservar a memória do período, o conhecimento adquirido, os avanços e os problemas encontrados, garantindo que os documentos sejam sempre identificados, contendo informações como data, local, autoria, contexto e objetivo.
- Sejam viabilizados mecanismos que possibilitem maior cobertura da mídia para a prevenção e erradicação do trabalho, incluindo outros parceiros que mantêm este acompanhamento, como a Fundação Abrinq, ANDI e a OIT.

Referências Bibliográficas



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARKER, G. (coord.); RIZZINI, I.; BARKER, S. L.; SEGUNDO, M. Avaliação do Programa Internacional de Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC) – Brasil. Instituto PROMUNDO, out. 2001. 70 p.

BOLZON, A. Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI). Best Practices Papers/IPEC – 10 anos. Brasília, 2001. 13 p. (versão preliminar)

FNPETI. Ações e Perspectivas. Brasília: MTE, 1999. 21p.

FNPETI. Diretrizes para a Formulação de uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil. Brasília: FNPETI, 2000. 68p.

FNPETI. National Forum on the Prevention and Eradication of Child Labor - Brazil. Brasília: FNPETI, 2002. 48p.

MORAES, M.L.P. Proposta de Trabalho para o Fórum – “Apoio ao Desenvolvimento de Políticas e Programas de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil”. Brasília: maio de 1998. 16 p.

NAPP. Trabalho Infantil – Examinando o problema, avaliando as estratégias de erradicação. Novembro, 2000. 51p.

FONTES PRIMÁRIAS

A Experiência de Articulação entre Governo e Sociedade no Brasil – O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Brasília: julho, 1997. 4 p.

Anexo II – Resultado Preliminar dos Mapeamentos de Atividades com Utilização de mão-de-obra infantil. 5 p. (sem especificações)

Ata da reunião do grupo político de 27/06/95

Ata da reunião do grupo sobre a nova Convenção da OIT de 12/05/99

Ata da reunião do subgrupo que estuda sustentação financeira do Fórum Nacional de 06/10/99

Ata de Instalação do Fórum.

Atas das reuniões da Coordenação Colegiada de 28/01/99, 09/02/99, 23/02/99, 09/03/99, 09/02/00, 25/05/00, 01/06/00, 06/09/00, 06/10/00, 26/10/00, 28/10/00, 19/06/01, 08/05/02, 09/07/02, 07/11/02

Atas das reuniões do grupo temático de Comunicação e Captação de Recursos de 25/03/99, 22/04/99 e 27/05/99

Atas das reuniões do grupo temático de Educação e Melhoria de Renda de 30/03/99 e 13/04/99

Atas das reuniões do grupo temático de idade mínima de 20/04/99

Atas de reuniões do grupo técnico de 07/06/95 e 26/06/95

Atas de reuniões extraordinárias de: 10/10/95, 25/6/97, 4 e 05/05/99

Atas de reuniões ordinárias de: 09/03/95, 23/05/95, 25/10/95, 29/11/95, 12/03/96, 03/07/96, 10/04/97, 18/11/97, 12/03/98, 29/07/98, 17-18/11/98, 16-17/03/99, 14/09/99, 28/03/00, 18/07/00, 04/10/00, 08/12/00, 27/03/01, 25/06/01, 23/10/01, 05/12/01, 19/03/02, 25/06/02 e 23-24-25/09/02

Atas de reuniões para reestruturação do Fórum de 16/01/96 e 18/01/96

Carta convite para a instalação do FNPETI

Carta de Ciudad del Este

Correspondências

Estratégia de Ação 2001-2002. 4 p.

FNPETI. Folder sem data. 2 p.

FNPETI. Proposta inicial de discussão para a reestruturação do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Brasília: 18 de janeiro de 1996. 3 p.

FNPETI. Relatório da Atuação do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil nas Carvoarias do Estado do Mato Grosso do Sul. Brasília: 1996. 4 p.

FNPETI. Agenda Nacional de Combate ao Trabalho Infantil. Período: abril a dezembro de 1999. 22/04/99.

FNPETI. Agenda Nacional de Combate ao Trabalho Infantil. Período: abril a dezembro de 1999. 09/09/99.

FNPETI. Agenda Nacional de Combate ao Trabalho Infantil. Período: agosto - dezembro de 2000.

FNPETI. Boletim "Criança e Cidadania": Ano I - nº 0 e nº1; Ano II - nº 4; Ano III - nº 4; Ano V - nº 5 e nº 6

FNPETI. Boletins Eletrônicos - nº 1 ao nº 17.

FNPETI. Ciclo de Debates Regionais Fórum Nacional de Prevenção e

Erradicação do Trabalho Infantil. 88 p.

FNPETI. Histórico das Ações do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. 4 p. (1º ano)

FNPETI. Plano de trabalho do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – período de setembro a dezembro de 2000. 2 p.

FNPETI. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil da Região Sisaleira da Bahia (julho/96 a janeiro/98). 7 p.

FNPETI. Proposta para Atuar nas Carvoarias do Município de Ribas do Rio Pardo e Água Clara. Campo Grande: agosto de 1995. 5 p.

FNPETI. Relatório da Audiência com o Presidente da República

FNPETI. Relatório da reunião da Coordenação Colegiada do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e IPEC/OIT. 14/02/2000 (referente ao biênio 1998-1999)

FNPETI. Relatório das atividades desenvolvidas pela Secretaria Executiva do Fórum nas áreas do sisal/BA e cana-de-açúcar em Campos/RJ. Brasília: 5 de novembro de 1996. 2 p.

FNPETI. Relatório de Atividades. Agosto/dezembro de 1999. 27 p.

FNPETI. Relatório de Atividades. Agosto/dezembro de 2000. 40 p.

FNPETI. Relatório de Atividades. Janeiro/julho de 1999. 26 p.

FNPETI. Relatório de Atividades. Janeiro/julho de 2000. 8 p.

FNPETI. Relatório de Atividades. Março de 2002. 1 p.

FNPETI. Relatório de Um Ano de Existência do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Brasília: dezembro, 1995. 4 p.

FNPETI. Relatório preliminar das atividades realizadas pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no ano de 1996. Brasília: dezembro de 1996. 3 p.

Formulário preenchido para apresentação do relatório final dos resultados alcançados (Anexo VIII). Brasília: sem data (supostamente de 2000)
HIST.FORUM.rtf 3 p.

IPEC/OIT. Nota Informativa sobre Ações do Fórum. 02/07/96. 4 p.

IPEC/OIT. Nota Informativa sobre Implementação dos PAIs nos estados do Nordeste e do Sul. 07/06/96. 1 p.

IPEC/OIT. Nota Informativa sobre Programa de Ações Integradas nas Carvoarias do Estado do Mato Grosso do Sul. 24/07/96. 3 p.

IPEC/OIT. Nota Informativa sobre Reunião entre Grupo Operativo do Fórum e o Comitê de Coordenação do PAI-MS. 24/07/96. 2 p.

Minuta para Discussão. Fundamentos da Proposta de uma Política/Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. 3 p.

MPT. Carta do Fórum Contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente. 28 de setembro de 1995.

Notas da reunião da Coordenação Colegiada de 27/10/99
Oficina de Planejamento Estratégico do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Estratégia de Ação 2000-2001. Bahia: outubro de 2000. 9 p.

Palestra Buenos Aires – Isa.doc 5 p.

Plano de Ação do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Relatório da Oficina de Planejamento. Brasília: agosto de 1998. 32 p.

Plano de Ação do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Brasília: novembro 1998. 17 p.

Plano de Ação do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Brasília: maio 1999. 17 p.

Plano de Ação do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Relatório Consolidado da Oficina de Planejamento. Brasília: abril e julho de 2000. 26 p.

Política Nacional de Erradicação do trabalho Infantil. 3 p.
(sem data e autoria)

Proposta de Ação Conjunta para o Combate ao Trabalho Infantil. 5 p. (sem especificações)

Proposta de Cronograma de atividades para 1996. 3 p.

Proposta de Estatuto do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

Proposta de Trabalho Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Brasília: sem data.

Relatório das propostas apresentadas pela plenária do Fórum Nacional realizada em 7/12/99

Relatório do Seminário Implementação das Convenções nº138 e nº182 da OIT no Brasil. Brasília: 3 e 4 de maio de 2000. 34 p.

Relatório do Seminário Diretrizes para a Formulação de uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil. Brasília: 4 e 5 de maio de 2000. 14 p.

Relatório da Oficina de Trabalho para a Elaboração do Plano Estadual de Combate ao Trabalho Infantil do Piauí. Teresina: 2002. 15 p.

Relatório da Oficina de Trabalho para a Elaboração do Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil no Estado do Maranhão. São Luís: 2002. 26 p.

Roteiro Sumário para Programa de Ação sobre Trabalho Infantil – de 2 períodos diferentes mas sem data. (período suposto: 1994-1997)

Roteiro Sumário para Programa de Ação sobre Trabalho Infantil – referente ao período de 15/12/99 a 15/12/00

Síntese das Atividades Desenvolvidas pelos parceiros do IPEC em 1997
Transparências apresentadas pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Sem data

Anexos



ANEXO 1: CONTEÚDOS EVIDENCIADOS NAS ATAS DAS PLENÁRIAS

9 de março de 1995 – 1ª reunião ordinária

Pontos levantados: Leitura da ata da reunião de instalação do Fórum; apresentação do boletim nº zero do Fórum e discussão sobre sua linha editorial; apresentação da proposta de banco de dados; discussão sobre a situação do carvão no Mato Grosso do Sul; e a AMB propôs flexibilizar em alguns casos a idade mínima constitucional para o trabalho, o que foi rechaçado pelos demais integrantes. **Entidades com participação mais ativa:** CNI, MNMMR, OAB e MRE.

Decisões tomadas: A referida ata foi aprovada. Decidiu-se que a Secretaria Executiva iria reformular o número zero do boletim do Fórum e apresentar na próxima reunião uma proposta de linha editorial para esta publicação. A proposta do banco de dados apresentada seria analisada por cada membro, sendo as sugestões passadas à Secretaria Executiva. Será revista a estrutura dos relatórios de análise das situações. Adiou-se a apresentação do relatório sobre garimpo em Rondônia e os estudos sobre a cana em Campos e calçados em Franca.

Entidades presentes: há lista

23 de maio de 1995 – 2ª reunião ordinária

Pontos levantados: Situação do carvão no Mato Grosso do Sul; apresentação do documentário da BBC, exposição do Procurador Chefe do Trabalho do Mato Grosso do Sul e relato da visita do Secretário Executivo ao estado; apresentação e discussão da proposta de intervenção no carvão no Mato Grosso do Sul; apresentação do boneco do boletim nº1 do Fórum; pauta da próxima reunião.

Entidades com participação mais ativa: MTE, MNPC, AMB, ANAMATRA, MPF, OIT, Força Sindical, MPT, MNMMR, OAB, MEC e MS

Decisões tomadas: Constituiu-se um grupo técnico (para discutir e encaminhar ações concretas) e outro político (para questões macro), que se reuniriam paralelamente às reuniões ordinárias do Fórum; e aprovação do boletim “Criança e Cidadania nº1”. Adiou-se novamente o relatório sobre garimpo. Definiu-se a pauta da próxima reunião.

Entidades presentes: tem lista

10 de outubro de 1995 – reunião extraordinária - Mato Grosso do Sul

Pontos levantados: Apresentação dos objetivos do Fórum e da reunião; comunicação oficial da instalação do Fórum Estadual do Mato Grosso do Sul; pronunciamento do Governador do Estado; apresentação, apreciação e discussão do PAI para o Estado.

Entidades com participação mais ativa: OAB e MTE.

Decisões tomadas: Elaboração da Carta de Campo Grande. Estabeleceu-se o prazo de seis dias para que as entidades-membro do Fórum enviassem sugestões de alterações no referido PAI e a Secretaria Executiva apresentaria estas sugestões ao estado do Mato Grosso do Sul. O documento aprovado seria entregue ao Presidente da República, solicitando o seu apoio.

Entidades presentes: não há lista

25 de outubro de 1995 – 4ª reunião ordinária

Pontos levantados: Discussão sobre a avaliação da reunião ocorrida no Mato Grosso do Sul e de aspectos relacionados ao Fórum; exame, revisão e parcerias das propostas do PAI-carvão; leitura, discussão e revisão do documento “Histórico das Ações do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil”, a ser entregue ao Presidente da República

Entidades com participação mais ativa: Fundação Abrinq, OAB, MEC, CONTAG, CNI, MS, OIT, UNICEF, MTE e MRE.

Decisões tomadas: Foram incorporadas modificações nos dois documentos apresentados na reunião.

Entidades presentes: há lista

29 de novembro de 1995 – 5ª reunião ordinária

Pontos levantados: Entrega do Anexo I do PAI-carvão (com detalhamento das atividades, cronograma, custos; inclusão das sugestões do grupo técnico; e ações encaminhadas à Secretaria Executiva pelo governo do estado); informe sobre a composição da Coordenação Local do PAI no Mato Grosso do Sul; discussão sobre o papel do Fórum: forma de atuação, próximas ações e pertinência dos grupos político e técnico; apresentação de estudos sobre projetos em tramitação na Câmara e sobre a ratificação da Convenção 138; discussão sobre a ratificação da Convenção 138.

Entidades com participação mais ativa: OAB, CNI, Fundação Abrinq (retrata pouco as contribuições individuais).

Decisões tomadas: Definiu-se a ocorrência de reuniões setoriais com o governo do Mato Grosso do Sul e que cada entidade deveria articular-se com ele para elaborar um cronograma de ações, a ser encaminhado à Secretaria Executiva que, se julgar necessário, convocará nova reunião para apresentar e discutir o documento revisto. O representante da OAB passaria aos demais membros uma minuta de adesão à ratificação da Convenção 138 e quem se interessasse enviaria à Câmara Federal. Na mesma linha a CONTAG faria outra minuta com relação às pressões que os promotores públicos de Ribeirão Preto estavam sofrendo no combate ao trabalho infantil. Um grupo ajudaria a Secretaria Executiva a fazer um relatório divulgando as atividades de um ano do Fórum. Seria composta uma comissão para trabalhar, em janeiro de 1996, a nova estruturação do Fórum. Esta comissão deveria considerar a criação de grupos de trabalhos, cujas decisões teriam que ser aprovadas pela plenária. A próxima reunião seria em março/96.

Entidades presentes: há lista

12 de março de 1996 – 6ª reunião ordinária

Pontos levantados: Leitura do documento sobre a reestruturação do Fórum e discussão sobre alguns pontos: o processo de tomada de decisão (por consenso ou não), os grupos de trabalho, perfil do Fórum; discussão sobre a Convenção 138; próximas ações do Fórum; informes.

Entidades com participação mais ativa: MTE, CNI, Fundação Abrinq, PNBE,

ANPT, Força Sindical, OIT, CONTAG, Comunidade Solidária, SEAS e MJ.

Decisões tomadas: Reformulou-se o parágrafo sobre “procedimento de deliberação” do documento de reestruturação do Fórum. Decidiu-se que o Fórum atuaria nas áreas de cana, sisal e olarias. Resolveu-se fazer cruzamento dos dados existentes nas entidades-membro sobre: trabalho infantil, procedimentos judiciais, projetos em andamento, plano ou proposta de ação. As entidades enviariam as informações até certa data e um grupo ficaria responsável pela sistematização das informações. O objetivo dessa iniciativa era qualificar e dinamizar as ações nas áreas prioritizadas e canalizar recursos de forma articulada para projetos em outras áreas.

Entidades presentes: há lista

3 de julho de 1996 – 7ª reunião ordinária

Pontos levantados: Exposição da atuação do CONANDA por um representante deste Conselho; relato das atividades desenvolvidas pela Secretaria Executiva nas regiões prioritizadas: cana em Campos e sisal na Bahia; discussão sobre dados estatísticos: necessidade de se ter dados confiáveis, aprimoramento estatístico; apresentação do nº 4 do boletim do Fórum. Informe sobre a atuação do MTE: i) com relação a estudos e pesquisas sobre o assunto: necessidade de fomentá-los e de ter financiamento, os pontos a serem pesquisados, uso destes como subsídios para políticas públicas e fiscalização, evitar a duplicação; ii) ações da Secretaria de Fiscalização do MTE: está fazendo diagnósticos nos estados sobre a situação, em sete estados (Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Ceará, Paraíba, Alagoas, Paraná) e a articulação entre o governo e a sociedade civil anda bem adiantada e o Fórum tem que participar deste processo; iii) informe sobre a relevância do tema para o governo e de outras ações governamentais. Apresentação do trabalho sobre a “Dinâmica Sócio-Econômica e Ambiental da Produção do Carvão no Estado do Mato Grosso do Sul” do prof. Cláudio Guerra e discussão sobre o assunto; informes e relato de experiências dos membros na erradicação do trabalho infantil (da AMAS na área urbana de Belo Horizonte, da Força Sindical na pesquisa em Osasco e da Fundação Abrinq na sensibilização e envolvimento de empresários da cana, da laranja e de montadoras).

Entidades com participação mais ativa: OIT, CONANDA, MTE, MNMMR, AMAS, Força Sindical e Fundação Abrinq.

Decisões tomadas: Algumas sugestões foram apresentadas, mas não se explicita quais foram aceitas como decisões. Explicitamente: acordou-se que sugestões de representatividade para o III Encontro Internacional sobre Trabalho Infantil deverá ser encaminhado ao MNMMR

Entidades presentes: há lista

10 de abril de 1997 – reunião ordinária sem numeração

Pontos levantados: Relatos das ações realizadas pelo UNICEF, pelo IPEC/OIT, pela Fundação Abrinq; relatos da situação na Bahia, Maranhão, Pernambuco e Rio de Janeiro; informe feito pela Fundação Abrinq da disposição das montadoras de participar do PAI do Mato Grosso do Sul; discussão sobre o Programa Bolsa Criança Cidadã; apresentação da

pesquisa do CNTE/DIEESE; agenda do Fórum para 1997.

Entidades com participação mais ativa: UNICEF, OIT, CONTAG, SEAS, Fundação Abrinq, MTE, INESC, CNTE, CONANDA, Força Sindical e CUT.

Decisões tomadas: Com relação a Pernambuco: a SEAS e o UNICEF deverão discutir as próximas ações e o monitoramento do programa; a CONTAG se reunirá com as ONGs locais e discutirá formas de intervir na continuação da implementação do programa. Alagoas (entendeu-se como caso peculiar dadas as condições no estado): primeiro deverá ser construído um cenário com dados e informações da SEAS, CONTAG e MTE; depois seria necessário reunir com os parceiros e elaborar um diagnóstico e formular uma proposta inicial; até o final de abril, as três entidades citadas recolheriam as informações disponíveis. Decidiu-se elaborar um mapa visual com as iniciativas de erradicação do trabalho infantil por estado, área de atuação e entidade responsável. Criação de uma comissão de apoio à Secretaria Executiva composta por entidades e órgãos com capacidade de execução; as entidades que se dispuseram a participar foram: Fundação Abrinq, CONTAG, MEC, SEAS e MTE. Combinou-se que as reuniões do Fórum ocorreriam sempre um dia depois da reunião do CONANDA, devendo ser elaborado um calendário de reuniões.

Entidades presentes: há lista

25 de junho de 1997 – reunião extraordinária

Pontos levantados: Homenagem a Vicente Paulo da Silva; relatos (das dificuldades, soluções e situação) sobre as áreas: sisal na Bahia, Mato Grosso do Sul e Pernambuco; problema de como garantir/exigir frequência no período de férias escolares; documento elaborado por consultora com as ações e projeto dos membros do Fórum na área de trabalho infantil; apresentação do documento das ações do IPEC/OIT no Brasil; necessidade de maior envolvimento dos membros do Fórum; pactos empresariais; geração de renda; informes sobre a Marcha Global contra o Trabalho Infantil e a Consulta Regional Preparatória para a Conferência de Oslo sobre Trabalho Infantil; e coordenação e funcionamento do Fórum.

Entidades com participação mais ativa: OIT, UNICEF, MTE, MEC, CONANDA, Fundação Abrinq, CONTAG, SEAS, Força Sindical.

Decisões tomadas: Estabeleceu-se um grupo de discussão para tratar do assunto do recesso escolar e acompanhamento das famílias que seria formado por: SINAIT, MEC, MNMMR e o UNICEF. OIT e UNICEF iriam contratar um consultor para elaborar um documento sobre geração de renda.

Entidades presentes: há lista

18 de novembro de 1997 – reunião ordinária sem número

Pontos levantados: Reorganização do Fórum: contratação de um secretário executivo interino, sede da secretaria, formação de um grupo operativo quadripartite; exposição sobre a Conferência Internacional de Oslo; relatos (da situação) sobre as áreas: Mato Grosso do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro; informe das atividades das entidades; esclarecimento sobre concessão de bolsas no período de férias; agenda mínima para 1998.

Entidades com participação mais ativa: OIT, UNICEF, MTE, CONTAG, Força

Sindical, MNMMR, MRE e Fundação Abrinq.

Decisões tomadas: Decidiu-se sobre a agenda mínima para dezembro de 1997 a março de 1998: contratação de um consultor para desempenhar o papel de secretário executivo interino ao mesmo tempo que se constituiu um Comitê Operativo quadripartite para apoiar os trabalhos deste consultor; análise para abertura de novas frentes de trabalho (citricultura em Sergipe e Bahia e fruticultura em Pernambuco e Bahia); acompanhamento das experiências do PAI; e maior intercâmbio entre os estados que possuem PAI.

Entidades presentes: há lista

12 de março de 1998 – reunião ordinária sem número

Pontos levantados: Discussão sobre a reorganização do Fórum: intenção de recompor as atividades com a contratação de um consultor, localização da sede, momento delicado por que vem passando o Fórum, necessidade de definir uma nova estrutura para o Fórum: novo perfil para o Secretário Executivo e constituição de um grupo operativo quadripartite de apoio aos trabalhos do Fórum; informes sobre Marcha Global, sobre a situação da retirada de crianças na área garimpo em Arquimedes/RO apresentada pelo representante da CGT, sobre o projeto IPEC em Petrolina/PE; relato sobre o processo de formação dos PAIs e atuais mecanismos de sustentação existentes na Bahia, Mato Grosso do Sul e Pernambuco apresentado pela consultora do Fórum.

Entidades com participação mais ativa: MTE, OIT, UNICEF, Fundação Abrinq, CONTAG, CGT, Marcha Global, Força Sindical, MNMMR, SESI, CONANDA.

Decisões tomadas: Definição de parte dos membros do comitê operativo.

Entidades presentes: não há lista

29 de julho de 1998 – 12ª reunião ordinária

Pontos levantados: Apresentação do novo Secretário Executivo (Henirdes Batista Borges), da nova estrutura do Fórum e da nova sede (SENAR – CNA); explicação sobre Banco de Dados e home page: em estado avançado; análise/discussão da Conferência Internacional do Trabalho da OIT em Genebra e da Conferência “Pós-Oslo” em Bogotá; discussão sobre a nova convenção da OIT proposta – as piores formas de trabalho infantil; discussão sobre a questão das sanções comerciais aos países que não ratificam as Convenções da OIT; discussão sobre a ratificação da Convenção 138 da OIT e sua constitucionalidade; Emenda constitucional nº 413/97 (sobre idade mínima para o trabalho); reclamação trabalhista da família do antigo Secretário Executivo; planejamento estratégico; informe sobre a reunião do IPEC e a prioridade dada à criação de uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil; discussão sobre novas áreas de atuação do Fórum; e relato da situação na cultura da laranja em Sergipe.

Entidades com participação mais ativa: OIT, UNICEF, MNMMR, Fundação Abrinq, Força Sindical, Marcha Global, MTE, MRE, SINAIT, Comunidade Solidária, CUT, CNTE, CONTAG, MS.

Decisões tomadas: Decidiu-se encomendar três pareceres a juristas

sobre a constitucionalidade da ratificação da Convenção 138 e o histórico do problema. Posteriormente este documento, que poderia receber contribuições dos membros, seria apreciado pela plenária.

Entidades presentes: há lista

17 e 18 de novembro de 1998 – 13ª reunião ordinária

Pontos levantados: Informes sobre ações do MTE; Apresentação da equipe que criou a home page “Combate ao Trabalho Infantil” e da página; apresentação e discussão do relatório da Oficina de Planejamento Estratégico, temas discutidos: grupo-alvo (especialização ou não da atuação do Fórum), atividades do Fórum, estrutura do Fórum (da Plenária, da Coordenação Colegiada e da Secretaria Executiva) e Grupos Temáticos; apresentação da reportagem “Casa de Farinha” do Jornal Nacional; discussão sobre a elaboração pelo Fórum de uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil; discussão sobre a ratificação da Convenção 138; reclamação trabalhista da família do antigo Secretário Executivo; informes sobre o SENAR, a criação da Marcha Nacional contra o Trabalho Infantil, os Seminários Internacionais de Erradicação do Trabalho Infantil do MPT com apoio da OIT, as Oficinas de Planejamento Estratégico em Arapiraca/AL e Petrolina/PE, o lançamento do programa “Pacto do Setor Fumageiro da Região Sul do Brasil pela Erradicação do Trabalho Infantil na Produção Agrícola do Fumo”.

Entidades com participação mais ativa: MTE, CONTAG, CONANDA, Marcha Global, OIT, UNICEF, CDH, MNMMR, Fundação Abrinq, SDS, MRE, Comunidade Solidária, Cáritas e SENAR.

Decisões tomadas: Com relação ao relatório da Oficina de Planejamento Estratégico decidiu-se: manter a definição de “grupo-alvo” sem alterações; fazer várias mudanças no item “Atividades do Fórum”; alterar a definição da composição da plenária; reiterar que as decisões das plenárias são consensuais; a composição da Coordenação Colegiada: quatro membros titulares e quatro suplentes; alterar algumas atribuições da Secretaria Executiva; sobre os grupos temáticos: todas as decisões seriam submetidas à plenária, não precisariam ser quadripartite, foram criados grupos permanentes (Educação e Melhoria de Renda, Articulação Parlamentar, de Comunicação, Mobilização Social e o de Captação de Recursos, que não teve inscritos) e um grupo temporário (Sustentabilidade do Fórum). Estabeleceu-se uma data para as indicações dos representantes que iriam compor a Coordenação Colegiada. Criou-se uma Comissão encarregada de propor ao governo a ratificação da Convenção 138 composta pelo MJ, MTE, MRE, CONTAG e Marcha Global.

Entidades presentes: há lista

16 e 17 de março de 1999 – 14ª reunião ordinária

Pontos levantados: Apresentação da nova Secretária Executiva (Soleny Hamú); relato do andamento das atividades descritas no Plano de Trabalho; discussão sobre Política Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil; definição das datas das reuniões dos grupos temáticos; ratificação da Convenção 138; Campanha de Marketing do Fórum; informes das entidades do Fórum.

Entidades com participação mais ativa: Fundação Abrinq, CUT, CDH,

Comunidade Solidária, OIT, INESC, Procuradoria Geral da República, MTE, MRE, SEAS, Cáritas, CNA, CONTAG, MNMMR, UNICEF, SINAIT e Missão Criança.

Decisões tomadas: Marcou-se uma reunião extraordinária para tratar da Política Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e estipulou-se uma data para os membros enviarem contribuições. O grupo temático Capacitação de Recursos foi absorvido pelo de Comunicação. Criou-se o grupo temático temporário sobre idade mínima para o trabalho. Sobre a ratificação da Convenção 138 decidiu-se: que, após o convite formal, uma comissão do Fórum irá, junto com a Secretária Executiva, à reunião, já agendada, entre a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e o Ministério da Casa Civil para tratar do assunto; e que a Secretaria Executiva e a Coordenação Colegiada iriam requerer audiências com o Secretário de Estado de Direitos Humanos, com o Ministro do Trabalho e Emprego e com o Ministro das Relações Exteriores, para solicitar o encaminhamento da referida ratificação e entregar o parecer atualizado do Dr. Lélío Bentes sobre o tema. Resolveu-se solicitar exclusividade do uso da logomarca de combate ao trabalho infantil para o Fórum Nacional e seus integrantes ao Ministério do Trabalho – para evitar problemas na veiculação da marca.

Entidades presentes: há lista

4 e 5 de maio de 1999 – reunião extraordinária

Pontos levantados: Apresentação de métodos estatísticos e de monitoramento dos dados adotados internacionalmente e pela OIT e informe dos contatos da OIT com o IBGE para a realização de pesquisas relacionadas ao tema; discussão sobre a Política Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil: natureza do documento e como se daria a elaboração; reunião com os governadores do Rio Grande do Norte e Alagoas; Compromisso assinado do governador do Rio Grande do Norte; informe sobre os grupos temáticos permanentes; relatos dos Fóruns Estaduais de Goiás e do Rio de Janeiro e da situação das olarias do Pará e do sisal na Paraíba; e discussão sobre a Nova Convenção da OIT.

Entidades com participação mais ativa: CUT, OIT, MNMMR, Casa Civil da Presidência da República, CNTE, Procuradoria Geral da República, INESC, UNICEF, Fundação Abrinq, ANDI, MPT, MTE e Força Sindical.

Decisões tomadas: Sobre a Política Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, decidiu-se que seria um documento do Fórum e não política governamental, contendo as políticas, os princípios básicos e fundamentos de uma Política Nacional, com ênfase para: 1) Educação; 2) Melhoria de Renda e Desenvolvimento Local e Regional; 3) Fiscalização; 4) Articulação Interinstitucional, 5) Dados Integrados; e 6) Arcabouço Jurídico. Contratação de uma consultoria para preparar um documento básico e consolidado, que serviria de base; e que, posteriormente, seria submetido ao Fórum, em um seminário. Definiu-se o cronograma para estes trabalhos. Com relação ao Compromisso assinado do governador do RN foi definido que o Fórum participaria apenas como observador. Foi aprovada a criação da home page do Fórum. Resolveu-se que os membros estudariam o texto da Nova Convenção da OIT e a Ata da reunião do Grupo Temático Temporário de Idade

Mínima e dariam sugestões escritas e que se realizaria uma nova reunião a respeito do assunto no dia 12/05/99 às 9 horas.

Entidades presentes: há lista

14 de setembro de 1999 – 15ª reunião ordinária

Pontos levantados: “Diretrizes para Formulação de uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil”: exposição (feita pelo consultor contratado), discussão sobre o conteúdo e sobre o encaminhamento; Projeto Fórum/SENAR de educação profissional para adolescentes egressos de Programas de Erradicação do Trabalho Infantil; gestão de recursos do FAT; recursos da SEAS; apresentação da Convenção 182 da OIT e de pesquisa sobre efeitos do trabalho infantil para a saúde da criança; informe dos grupos temáticos, dos trabalhos da Comissão Tripartite que analisa a Convenção 138, dos Fóruns Estaduais do Rio Grande do Norte, de Santa Catarina, de Alagoas e da Bahia.

Entidades com participação mais ativa: CUT, CDH, CONTAG, UNICEF, CONANDA, OIT, INESC, ANDI, Fundação Abrinq, MTE, SEAS, OIT, SDS e MEC.

Decisões tomadas: Estipulou-se a data limite para o envio de sugestões sobre o documento citado. A Coordenação Colegiada ficou responsável pela análise delas e reencaminhamento aos membros do Fórum.

Entidades presentes: há lista

28 de março de 2000 – 16ª reunião ordinária

Pontos levantados: Apresentação da pauta do Seminário Nacional; desativação dos grupos temáticos; discussão sobre as alterações no programa PETI da SEAS; planejamento estratégico; informe sobre a retirada gradual do financiamento internacional do Fórum; discussão sobre financiamento do governo para o Fórum.

Entidades com participação mais ativa: UNICEF, MP, CONTAG, Fundação Abrinq, INESC, CDH, OIT e MJ.

Decisões tomadas: Com relação às alterações do PETI, decidiu-se: solicitar audiência com o Ministro da Educação e uma audiência pública com a Frente Parlamentar para encaminhar um dossiê do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil do Governo Federal; discutir a possibilidade de se fazer uma representação ao Ministério Público para propor uma ação judicial contra a alteração do manual do PETI; enviar o dossiê à SEAS e outros ministérios, tais como Previdência Social, Trabalho, Justiça e Saúde; apresentar o documento da Bahia na próxima reunião do CONANDA; e informar as decisões aos Fóruns Estaduais. E, no que diz respeito ao financiamento do Fórum, resolveu-se que os representantes da área governamental discutiriam a possibilidade de apoio do Governo Federal às atividades do Fórum Nacional

Entidades presentes: há lista

18 de julho de 2000 – 17ª reunião ordinária

Pontos levantados: Apresentação e debate sobre a palestra “Avaliação do Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil – Anos 90” (Dra. Maria Lúcia Pinto Leal – CECRIA); relato sobre os resultados dos seminários nacionais sobre a política nacional e sobre as

convenções da OIT; apresentação do relatório da Oficina de Planejamento Estratégico; informes das entidades e dos trabalhos da Comissão Tripartite que estuda a Convenção 182; discussão sobre o Fundo Nacional de Combate ao Trabalho Infantil.

Entidades com participação mais ativa: CUT, Missão Criança, MPT, MTE, UNICEF e SDS.

Decisões tomadas: Determinaram-se algumas alterações no relatório da Oficina de Planejamento Estratégico. Ficou decidido que as próximas reuniões ordinárias seriam itinerantes. Decidiu-se com relação à sustentabilidade financeira do Fórum: que a Secretaria Executiva faria uma reunião com os membros do governo integrantes do Fórum para ver a possibilidade de incluir em seus orçamentos linhas específicas de financiamento do Fórum; a Coordenação Colegiada analisaria o problema e procuraria soluções, inclusive as anteriormente descartadas, veria que custos poderiam ser reduzidos e reveria o resultado do planejamento do Fórum referente à sua Gestão; e que seria marcada uma reunião extraordinária para tratar da questão. Resolveu-se criar um grupo temporário para discutir a possibilidade de realização de uma Campanha Nacional de Combate ao Trabalho Infantil.

Entidades presentes: há lista

4 de outubro de 2000

Reunião ordinária sem número – Salvador

Pontos levantados: escola integral; andamento da Convenção 138 e da comissão tripartite que estuda as piores formas de trabalho infantil; carência de escola rural; ausência na reunião da Secretaria Estadual de Educação e SEAS; SEAS não mais estará atendendo à prevenção; ausência de certos setores do governo do estado da Bahia; desvio de dinheiro do FUNDEF; remuneração dos monitores; não existência de políticas de geração de emprego e renda na região sisaleira; retorno ao trabalho dos egressos do PETI; atraso cultural e econômico da região; fragilidade dos atores sociais na região; verificar o andamento do projeto de lei que prevê corte no financiamento das empresas que utilizem trabalho infantil; falta de apoio técnico do FNPETI ao Fórum Estadual de Santa Catarina e necessidade de total apoio técnico aos Fóruns Estaduais.

Entidades com participação mais ativa: MNMMR, CONTAG, MEC e Fundação Abrinq.

Decisões tomadas: Decidiu-se que a Coordenação Colegiada deveria: i) redigir um documento, e divulgá-lo amplamente, defendendo a escola integral e a maior coordenação das ações na área de educação; e ii) fazer um debate nacional sobre bolsa-escola para levantar todas as experiências bem sucedidas e propor uma política pública a ser referendada pelo Fórum. A Secretaria Executiva deveria solicitar uma reunião com o Ministro de Educação para propor um amplo debate sobre erradicação do trabalho infantil, renda mínima e PETI – a pauta e a data do debate ficariam a cargo do Fórum.

Entidades presentes: não há lista

8 de dezembro de 2000**Reunião ordinária sem número – Rio de Janeiro**

Pontos levantados: Lançamento da publicação “Diretrizes para Formulação de uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil” e palestra da Secretária de Estado de Assistência Social sobre o assunto no que diz respeito à SEAS; histórico das ações de combate ao trabalho infantil no Rio de Janeiro, do UNICEF e do Fórum Estadual do Espírito Santo; discussão sobre a pertinência de se tratar a “exploração sexual de crianças e adolescentes” como assunto das ações de combate ao trabalho infantil e sobre a Convenção 138; informe dos trabalhos da comissão tripartite que estuda as piores formas de trabalho infantil; projeto de lei que regulamenta a aprendizagem; participação da USAID.

Entidades com participação mais ativa: CONANDA, SEAS, UNICEF, MTE, OIT, CONTAG, CUT, INESC e MPT.

Decisões tomadas: INESC e MPT levantariam os pontos conflitantes entre o projeto de lei e a posição do Fórum.

Entidades presentes: há lista

27 de março de 2001**Reunião ordinária sem número - Brasília**

Pontos levantados: Discussão sobre o Programa Bolsa-Escola do MEC, que recebeu várias críticas; relato das conclusões do I Seminário de Crianças e Adolescentes Trabalhadores promovido pelo MNMMR; acompanhamento dos trâmites referentes à ratificação da Convenções 138 e posicionamento do Fórum quanto à idade mínima; situação da Convenção 182; definição das novas áreas prioritárias e das próximas reuniões; discussão sobre recursos públicos para políticas voltadas para a criança e o adolescente; e informes.

Entidades com participação mais ativa: MNMMR, SEAS, MTE e INESC.

Decisões tomadas: Decidiu-se, por meio do INESC, tentar obstruir a votação da Medida Provisória Nº 2.140 (a que cria o Programa Bolsa-Escola) e, caso houvesse sucesso, propor ao MEC a retirada do Artigo 7º (que exclui as crianças beneficiadas pelo PETI do Bolsa-Escola). Com relação aos trâmites do MTE sobre a ratificação da Convenção 138, foi aprovado o parecer técnico elaborado pelo jurista Oris de Oliveira e estabelecido que a Plenária defende os dezesseis anos como idade mínima para ingresso no trabalho, em conformidade com a Constituição Federal – se contrapondo aos quatorze propostos pelo MTE. Foi constituído um grupo que redigiu um ofício a ser encaminhado ao MTE com estas deliberações e com quem seria solicitada audiência para discutir o assunto. Decidiu-se pela realização de um debate com representantes do Sistema S, MPT, Procuradoria Geral da República e o Fórum sobre o tema da nova Lei de Aprendizagem e sua aplicação. Ficou definido que o Fórum daria maior ênfase em três assuntos: o PETI, no sentido de contribuir com o seu aprimoramento; a exploração sexual de crianças e de adolescentes; o trabalho infantil em atividades ilícitas. Definiram-se as datas das próximas reuniões ordinárias e que se marcariam duas reuniões extraordinárias – uma para discutir o documento de Planejamento Estratégico e a outra para traçar uma ação quanto ao resultado do mapeamento a ser realizado pelos Fóruns Estaduais no que se

refere a todos os programas e fontes de financiamento e das questões do Orçamento Público e do PPA. Por último, foi constituído um grupo para acompanhar os trabalhos do legislativo, principalmente o orçamento e as PECs que tramitam no Congresso. Este grupo seria formado pelo INESC e Fundação Abrinq – talvez o DIAP viesse a ingressar no Fórum e no grupo, o contato seria feito pela CUT. E criação de outro grupo que trataria do trabalho infantil doméstico.

Entidades presentes: há lista

25 de junho de 2001

Reunião ordinária sem número – Recife

Pontos levantados: Apresentação feita pela Secretária de Estado e Assistência Social dos rumos do PETI; apresentação da Campanha do Fórum Estadual do Piauí e discussão sobre ela; exposição das ações do Fórum Estadual de Pernambuco; apresentação dos resultados da pesquisa sobre trabalho doméstico de Belém/PA; apresentação do Projeto para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Doméstico no Brasil (IPEC/OIT) e do Projeto de Capacitação de Monitores e Pessoal de Creche desenvolvido pelo IPEC/OIT em parceria com a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social do Estado de Pernambuco; discussão sobre o papel do Fórum; discussões sobre a ratificação das Convenções 138 e 182 e desdobramentos; informes: destaque para decisões sobre “Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas sobre a infância”, realizada em maio de 2001 em Nova Iorque – evento coordenado pelo UNICEF.

Entidades com participação mais ativa: SEAS, MTE, CONTAG, CUT e MPT.

Decisões tomadas: Decidiu-se fazer contatos com o Governo Federal para discutir a composição da comitiva brasileira que irá para a “Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas sobre a infância” e que a Secretária Executiva representaria o Fórum Nacional. Ademais, se enviaria um texto do Fórum ao Governo Federal, para que fosse defendida a posição de priorizar as piores formas de trabalho infantil, mas dentro de uma perspectiva de erradicar todas as formas de trabalho infantil.

Entidades presentes: há lista

23 de outubro de 2001

Reunião ordinária sem número - Brasília

Pontos levantados: Discussão sobre a redefinição do papel do Fórum, centrada nos seguintes temas: atuação, melhor forma de integração com os Fóruns Estaduais e sustentabilidade financeira/institucionalização. Retrospectiva dos momentos que levaram à criação do Fórum, resultados já alcançados e a história do FNPETI. Oficina dividindo os membros presentes em cinco grupos para tratar dos referidos assuntos.

Entidades com participação mais ativa: Pela peculiaridade desta reunião deve-se incluir todas as entidades presentes, ou seja: ANAMATRA, ANDI, CGT, CNI, CONTAG, Fundação Abrinq, MDA, MJ, MNMMR, MPF, MPT, MRE, MS, MTE, OIT, POMMAR/USAID, SEAS, SINAIT e UNICEF.

Decisões tomadas: Com relação à forma de atuação resolveu-se que o Fórum deve empenhar seus esforços na análise e discussão das políticas públicas em nível nacional. Foi apresentada uma série de propostas

para estreitar as relações entre o FNPETI e os Fóruns Estaduais. Não se chegou a um consenso no que se refere à sustentabilidade financeira e à institucionalização ou não do Fórum. Constitui-se uma comissão para estudar e propor alternativas viáveis (técnica e juridicamente) para a sustentabilidade financeira do Fórum Nacional e dos Fóruns Estaduais.

Entidades presentes: há lista

5 de dezembro de 2001

Reunião ordinária sem número - Florianópolis

Pontos levantados: Palestra sobre a “Campanha contra o rebaixamento da idade penal”; exposição sobre o projeto político do Fórum Estadual de SC; leitura e debate da ata da reunião de 23/10/01; apresentação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) seguida de considerações; leitura da ata da reunião do grupo de atividades ilícitas de 13/11/2001, com informes sobre a situação em Minas Gerais e Paraná; agenda das reuniões de 2002 e proposta de flexibilização do sistema de reuniões itinerantes; informes.

Entidades com participação mais ativa: Fundação Abrinq, MNMMR e MTE.

Decisões tomadas: A referida ata foi aprovada. Decidiu-se sobre datas e locais das reuniões de 2002.

Entidades presentes: há lista

19 de março de 2002

Reunião ordinária sem número - Brasília

Pontos levantados: Aprendizagem profissional do adolescente: mesa-redonda “Oportunidades e Impactos da Nova Lei de Aprendizagem Profissional” seguida de debate aberto ao público.

Entidades com participação mais ativa: UNICEF, MPT, CNTE e MNMMR.

Decisões tomadas: Decidiu-se enviar um ofício ao MEC solicitando sua presença nas discussões sobre trabalhador adolescente e aprendizagem; criar um grupo de trabalho para apresentar uma proposta para adolescentes de baixa renda e escolaridade e outro para discutir e aprofundar as questões relativas à aprendizagem dos adolescentes e apresentar estratégias de ação.

Entidades presentes: há lista

25 de junho de 2002

Reunião ordinária sem número - Vitória

Pontos levantados: Relatos sobre ações do Estado do Espírito Santo e do Programa Família Cidadã; apresentação da nova Secretária Executiva (Isa Maria de Oliveira), dos resultados do Ciclo de Debates da Região Norte, da pesquisa sobre Trabalho Infantil Doméstico na Casa de Terceiros e do Programa Bolsa-Escola do MEC; palestra sobre “Trabalho Infantil Doméstico – Aspectos Legais”; situação do PETI na região do sisal na Bahia: entrega de documento do Movimento de Organização Comunitária (MOC), relato e solicitações de encaminhamento ao Fórum.

Entidades com participação mais ativa: OIT e MPT.

Decisões tomadas:

Entidades presentes: há lista

23, 24 e 25 de setembro de 2002

Reunião ordinária sem número - Maceió

Pontos levantados: Mesa redonda sobre os eixos da “Diretrizes para Formulação de uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil” e palestras sobre “Integração da Educação e Assistência Social: uma proposta de avaliação para Alagoas”, os resultados da Comissão Técnica do Trabalho Infantil Doméstico e o Programa Bolsa Escola Nacional (MEC). Debates em seguida, tema mais polêmico: o último. Apresentação do plano de trabalho do Fórum para o período setembro/dezembro de 2002 e das últimas ações do Fórum. Relato dos encaminhamentos sobre sustentabilidade/institucionalização do Fórum e discussões sobre a estrutura e representatividade na Coordenação Colegiada. Informes dos Fóruns Estaduais: Bahia, Piauí, Alagoas, Paraíba, Maranhão, Amazonas, São Paulo, Sergipe, Roraima e Ceará.

Entidades com participação mais ativa: CUT, MPT, MTE, OIT, Fundação Abrinq, UNICEF, CONANDA, SEAS, CGT, CNTE e ANAMATRA.

Decisões tomadas: As questões de sustentabilidade do Fórum (regimento interno, formato da Coordenação Colegiada, inclusão da ANAMATRA na Coordenação) serão retomadas em Brasília, em março/2003. Até então, fica mantida a coordenação colegiada atual. Através de sorteio, decidiu-se que os Fóruns Estaduais de Sergipe e do Rio Grande do Norte ganhariam a passagem do Fórum Nacional para reunião em Belo Horizonte.

Entidades presentes: há lista

20 e 21 de novembro de 2002

Reunião ordinária sem número – Belo Horizonte

Pontos levantados: Palestra sobre a análise da conjuntura nacional com enfoque no trabalho infantil feita por Patrus Ananias. Apresentação das ações de implementação das diretrizes feitas pelos Fóruns Estaduais do Acre, Rondônia, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Distrito Federal, Minas Gerais e São Paulo. Apresentação de projetos implementados pela classe empresarial em Minas Gerais (Projeto Minas de Bons Conselhos e o Projeto Sinal Verde) e dos resultados do combate ao trabalho infantil doméstico em Belo Horizonte. Exposição do projeto Prosperar de Geração de Emprego e Renda para famílias do PETI desenvolvido pelo MOC e OIT na Bahia.

Entidades com participação mais ativa: Fundação Abrinq, MPT, OIT e UNICEF.

Decisões tomadas:

Entidades presentes: há lista

ANEXO 2: ASSIDUIDADE DAS ENTIDADES

ATAS DISPONÍVEIS – 1995

| Entidades | 09/03 | 23/05 | 10/10 | 25/10 | 29/11 | Nº de presenças | Fonte: |
|--|-------|-------|-------|-------|-------|-----------------|--|
| AMB | | X | | | | 1 | <i>Lista dos membros do Fórum de acordo com o Histórico entregue ao Presidente Fernando Henrique em 1995 e complementada com as listas de presença das atas.</i> |
| ANAMATRA | | X | | | | 1 | |
| ANPT | | | | | X | 1 | |
| Cáritas Brasileira/CNBB | X | | | X | | 2 | |
| CDH | | | | | X | 1 | |
| CFESS | | | | | | 0 | |
| CGT | X | X | | | | 2 | |
| CNA | X | | | X | X | 3 | |
| CNI | X | X | | X | X | 4 | |
| CNTE | | X | | | | 1 | |
| CONANDA | | X | | | | 1 | |
| CONTAG | X | X | | X | X | 4 | <i>Observações: O símbolo (*) significa que a referida ata não trazia lista de presença das entidades que compareceram à reunião. Na reunião de 23/5 uma mesma pessoa assinou pelo MJ e pelo CONANDA.</i> |
| CORDE | | | | X | | 1 | |
| CUT | X | X | | | X | 3 | |
| Força Sindical | X | X | | X | | 3 | |
| Fórum Contra Violência no Campo | | | | | | 0 | |
| Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança | | | | X | X | 2 | |
| INCRA | X | X | | | | 2 | |
| MEC | | X | | X | X | 3 | |
| MJ | X | X | | X | X | 4 | |
| MNDH | | | | | | 0 | |
| MNMMR | X | X | | | X | 3 | |
| MPF | X | X | | | X | 3 | |
| MPT | | X | | X | X | 3 | |
| MRE | X | X | | X | X | 4 | |
| MS | X | X | | X | X | 4 | |
| MTE | | X | | X | X | 3 | |
| OAB | X | X | | X | X | 4 | |
| OIT | X | X | | X | X | 4 | |
| PNBE | | | | | | 0 | <i>Na maior parte das publicações do Fórum consta como membro do Fórum, a PGR e não o MPF. No entanto, na lista de 2002 conta como membro do Fórum o MPF e não a PGR. Assim, optou-se por uma padronização, considerando, para fins de análise, como membro do Fórum o MPF em todos os oito anos que estão sendo tratados neste documento.</i> |
| Programa Comunidade Solidária | X | X | | X | | 3 | |
| SESI | X | X | | X | X | 4 | |
| SINAIT | X | | | X | X | 3 | |
| UNICEF | X | X | | X | X | 4 | |
| Nº de entidades presentes | 19 | 23 | * | 19 | 20 | - | |

Totalizam 34 entidades.

ATAS DISPONÍVEIS – 1996

| Entidades | 12/03 | 03/07 | Nº de presenças |
|---|-------|-------|-----------------|
| AMAS | | X | 1 |
| AMATRA | | X | 1 |
| AMB | | X | 1 |
| ANDI | X | X | 2 |
| ANPT | X | X | 2 |
| Cáritas Brasileira/CNBB | | X | 1 |
| CDH | | | 0 |
| CFESS | | X | 1 |
| CGT | | | 0 |
| CNA | X | X | 2 |
| CNI | X | X | 2 |
| CNTE | | | 0 |
| CONANDA | | X | 1 |
| CONTAG | X | X | 2 |
| CORDE | | X | 1 |
| CPT | X | X | 2 |
| CUT | | X | 1 |
| Força Sindical | X | X | 2 |
| Fórum Contra Violência no Campo | | X | 1 |
| Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança | X | X | 2 |
| IBAM | X | | 1 |
| MEC | X | X | 2 |
| MJ | X | X | 2 |
| MNMMR | | X | 1 |
| MPF | | X | 1 |
| MPT | | X | 1 |
| MRE | X | | 1 |
| MS | | X | 1 |
| MTE | X | X | 2 |
| OAB | | | 0 |
| OIT | X | X | 2 |
| PNBE | X | | 1 |
| Programa Comunidade Solidária | X | X | 1 |
| SEAS | X | X | 2 |
| SESI | | X | 1 |
| SINAIT | X | X | 2 |
| UNICEF | X | X | 2 |
| Nº de entidades presentes | 19 | 30 | - |

Fonte:

Lista anterior e as atas das reuniões deste ano.

Observações:

Com exceção dos anos em que a fonte da tabela foi uma publicação do Fórum, não se pode garantir ao certo se todas as entidades listadas ainda compunham o Fórum.

As listas de presença das reuniões de 17/09 e de 10/10 estão disponíveis mas as atas não. Optou-se, então, por só considerar a presença das reuniões que possuem atas, para seguir um padrão.

Totalizaram 37 entidades

ATAS DISPONÍVEIS – 1997

| Entidades | 10/04 | 25/6 | 18/11 | Nº de presenças |
|--|--------------|-------------|--------------|------------------------|
| AMATRA | X | | X | 2 |
| ANDI | X | | X | 2 |
| ANPT | | | | 0 |
| Cáritas Brasileira/CNBB | X | | X | 2 |
| CDH | | | | 0 |
| CGT | X | X | | 2 |
| CNA | | | X | 1 |
| CNI | X | X | X | 3 |
| CNTE | X | | | 1 |
| CONANDA | X | X | X | 3 |
| CONTAG | X | X | X | 3 |
| CORDE | X | | | 1 |
| CPT | X | | X | 2 |
| CUT | X | | X | 2 |
| Força Sindical | X | X | X | 3 |
| Fórum Contra Violência no Campo | | X | X | 2 |
| Fundação Abrinq | X | X | X | 3 |
| IBAM | | | | 0 |
| INESC | X | | X | 2 |
| Marcha Global Contra o Trabalho Infantil | | | X | 1 |
| MEC | X | X | X | 3 |
| MJ | X | X | | 2 |
| MNMMR | | X | X | 2 |
| MPF | | X | | 1 |
| MPT | X | X | X | 3 |
| MRE | X | X | X | 3 |
| MS | X | X | X | 3 |
| MTE | X | X | X | 3 |
| OIT | X | X | X | 3 |
| Programa Comunidade Solidária | | X | | 1 |
| SEAS | X | X | | 2 |
| SESI | X | X | | 2 |
| SINAIT | X | X | | 2 |
| UNICEF | X | X | X | 3 |
| Nº de entidades presentes | 25 | 21 | 22 | - |

Fonte:

Listas anteriores e as atas das reuniões deste ano.

Observações:

Na reunião de 25/6 a mesma pessoa assinou pelo Fórum Contra a Violência e pelo MPF, outra pelo MTE e CONANDA.

Totalizaram 34 entidades.

ATAS DISPONÍVEIS – 1998

| Entidades | 12/03 | 29/07 | 17 e 18/11 | Nº de presenças |
|--|-------|-------|------------|-----------------|
| AMATRA | | X | | 1 |
| ANDI | | | | 0 |
| Cáritas Brasileira/CNBB | | | X | 1 |
| CDH | | | X | 1 |
| CGT | | | X | 1 |
| CNA | | X | X | 2 |
| CNI | | X | X | 2 |
| CNTE | | X | | 1 |
| CONANDA | | X | X | 2 |
| CONTAG | | X | X | 2 |
| CPT | | | | 0 |
| CUT | | X | | 1 |
| Força Sindical | | X | | 1 |
| Fórum Contra Violência no Campo | | | X | 1 |
| Fundação Abrinq | | X | X | 2 |
| IBAM | | | | 0 |
| INESC | | | | 0 |
| Marcha Global Contra o Trabalho Infantil | | X | X | 2 |
| MEC | | X | X | 2 |
| MJ | | X | X | 2 |
| MNMMR | | X | X | 2 |
| MPF | | | X | 1 |
| MPT | | X | X | 2 |
| MRE | | X | X | 2 |
| MS | | X | X | 2 |
| MTE | | X | X | 2 |
| OIT | | X | X | 2 |
| Programa Comunidade Solidária | | X | X | 2 |
| SDS | | X | X | 2 |
| SEAS | | X | | 1 |
| SENAR | | | X | 1 |
| SESI | | X | | 1 |
| SINAIT | | X | | 1 |
| UNICEF | | X | X | 2 |
| Nº de entidades presentes | * | 24 | 23 | - |

Fonte:

Listas anteriores e as atas das reuniões deste ano.

Observações:

Na reunião de 25/6 a mesma pessoa assinou pelo Fórum Contra a Violência e pela Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados.

Totalizaram 34 entidades.

ATAS DISPONÍVEIS – 1999

| Entidades | 16 e 17/03 | 4 e 05/05 | 14/09 | Nº de presenças |
|--|-------------------|------------------|--------------|------------------------|
| ANDI | X | X | X | 3 |
| BID | | | | 0 |
| Cáritas Brasileira/CNBB | X | | | 1 |
| Casa Civil da Presidência da República | | X | X | 2 |
| CDH | X | | X | 2 |
| CGT | | | X | 1 |
| CNA | X | X | | 2 |
| CNI | X | X | X | 3 |
| CNTE | X | X | | 2 |
| CONANDA | | | X | 1 |
| CONTAG | | X | X | 2 |
| CPT | | | | 0 |
| CUT | X | X | X | 3 |
| FENAPE | | | | 0 |
| Força Sindical | X | X | X | 3 |
| Fórum Nacional Lixo e Cidadania | | X | | 1 |
| Fundação Abrinq | X | X | X | 3 |
| IBAM | | | | 0 |
| INESC | X | X | X | 3 |
| Instituto Ayrton Senna | | | X | 1 |
| Instituto de Psicologia - UNB | | | | 0 |
| Marcha Global Contra o Trabalho Infantil | X | | | 1 |
| MEC | X | X | X | 3 |
| Missão Criança | X | X | X | 3 |
| MJ | X | X | X | 3 |
| MNMMR | X | X | | 2 |
| MPF | X | X | X | 3 |
| MPT | X | X | X | 3 |
| MRE | X | X | X | 3 |
| MS | X | X | X | 3 |
| MTE | X | X | X | 3 |
| NAPP | | | X | 1 |
| OIT | X | X | X | 3 |
| Programa Comunidade Solidária | X | X | | 2 |
| SDS | X | | X | 2 |
| SEAS | X | X | X | 3 |
| SENAR | X | X | | 2 |
| SESI | X | X | X | 3 |
| SINAIT | X | X | | 2 |
| UNICEF | X | X | X | 3 |
| Nº de entidades presentes | 28 | 28 | 26 | - |

Fonte:

Publicação "Ações e Perspectivas". Brasília: MTE, 1999. E atas.

Observações:

Totalizaram 39 entidades.

O NAPP não consta na referida publicação, mas como está na lista de 2002 e a primeira reunião de que participou foi no ano em referência, resolveu-se incluí-lo.

ATAS DISPONÍVEIS – 2000

| Entidades | 28/03 | 18/07 | 04/10 | 08/12 | Nº de presenças |
|--|-------|-------|-------|-------|-----------------|
| ANDI | X | X | | | 2 |
| BID | | | | | 0 |
| Cáritas Brasileira/CNBB | X | | | | 1 |
| Casa Civil da Presidência da República | | | | | 0 |
| CDH | X | | | | 1 |
| CGT | X | X | | | 2 |
| CNA | | | | | 0 |
| CNI | | X | | | 1 |
| CNTE | | X | | | 1 |
| CONANDA | | | | X | 1 |
| CONTAG | X | | | X | 2 |
| CPT | | | | | 0 |
| CUT | X | X | | X | 3 |
| FENAPE | | | | | 0 |
| Força Sindical | | X | | | 1 |
| Fórum Nacional Lixo e Cidadania | | | | | 0 |
| Fundação Abrinq | X | X | | X | 3 |
| IBAM | X | | | X | 2 |
| INESC | X | X | | X | 3 |
| Instituto Ayrton Senna | | | | | 0 |
| Marcha Global Contra o Trabalho Infantil | | | | | 0 |
| MDA | X | X | | | 2 |
| MEC | X | X | | X | 3 |
| Missão Criança | X | X | | | 2 |
| MJ | X | X | | X | 3 |
| MNMMR | | X | | X | 2 |
| MPF | X | | | X | 2 |
| MPT | X | X | | X | 3 |
| MRE | X | X | | X | 3 |
| MS | X | X | | X | 3 |
| MTE | X | X | | X | 3 |
| NAPP | | | | X | 1 |
| OIT | X | X | | X | 3 |
| Programa Comunidade Solidária | X | | | X | 2 |
| SDS | | X | | | 1 |
| SEAS | | | | X | 1 |
| SENAR | | | | | 0 |
| SESI | | | | | 0 |
| SINAIT | | | | | 0 |
| UNICEF | X | X | | X | 3 |
| Nº de entidades presentes | 21 | 20 | * | 19 | - |

Fonte:

Listas anteriores e as atas das reuniões do ano.

Observações:

Totalizaram 41 entidades.

ATAS DISPONÍVEIS – 2001

| Entidades | 27/03 | 25/06 | 23/10 | 05/12 | Nº de presenças |
|--|-------|-------|-------|-------|-----------------|
| ANAMATRA | | | X | X | 2 |
| ANDI | | | X | | 1 |
| BID | | | | | 0 |
| Cáritas Brasileira/CNBB | | X | | | 1 |
| Casa Civil | | | | | 0 |
| CDH | | | | | 0 |
| CGT | X | X | X | | 3 |
| CNA | | | | | 0 |
| CNI | X | | X | X | 3 |
| CNTE | X | X | | | 2 |
| CONANDA | X | X | | | 2 |
| CONTAG | X | X | X | | 3 |
| CPT | | | | | 0 |
| CUT | X | X | | | 2 |
| FENAPE | | | | | 0 |
| Força Sindical | | | | | 0 |
| Fórum Nacional Lixo e Cidadania | | | | | 0 |
| Fundação Abrinq | X | X | X | X | 4 |
| IBAM | | | | | 0 |
| INESC | X | | | | 1 |
| Instituto Ayrton Senna | | | | | 0 |
| Marcha Global Contra o Trabalho Infantil | | | | | 0 |
| MDA | X | X | X | X | 4 |
| MEC | X | X | | | 2 |
| Missão Criança | | | | | 0 |
| MJ | X | | X | | 2 |
| MNMMR | X | X | X | X | 4 |
| MPF | X | X | X | | 3 |
| MPT | X | X | X | X | 4 |
| MRE | X | X | X | X | 4 |
| MS | X | X | X | X | 4 |
| MTE | X | X | X | X | 4 |
| NAPP | | | | | 0 |
| OIT | X | X | X | | 3 |
| POMMAR/USAID | | X | X | | 2 |
| Programa Comunidade Solidária | X | X | | | 2 |
| Save The Children | X | X | | | 2 |
| SDS | X | | | | 1 |
| SEAS | X | | X | X | 3 |
| SENAR | | | | | 0 |
| SESI | X | | | | 1 |
| SINAIT | X | X | X | X | 4 |
| UNICEF | X | X | X | | 3 |
| Nº de entidades presentes | 25 | 21 | 19 | 11 | - |

Fonte: Listas anteriores e as atas das reuniões deste ano.

Observações:

Totalizaram 44 entidades.

ATAS DISPONÍVEIS – 2002

| Entidades | 19/03 | 25/06 | 23, 24 e 25/09 | 21/11 | Nº de presenças |
|---------------------------------|-------|-------|----------------|-------|-----------------|
| ABMP | | | X | X | 2 |
| ANAMATRA | X | X | X | X | 4 |
| ANDI | X | | | | 1 |
| BID | | | | | 0 |
| Cáritas Brasileira/CNBB | | | | | 0 |
| CDH | | | | | 0 |
| CEAPE | X | | | | 1 |
| CGT | X | X | X | | 3 |
| CNA | | | | | 0 |
| CNI | X | | | | 1 |
| CNT | | | | | 0 |
| CNTE | X | | X | | 2 |
| CONANDA | | | X | X | 2 |
| CONTAG | X | | | | 1 |
| CPT | | | | | 0 |
| CUT | | | X | | 1 |
| Força Sindical | | | | | 0 |
| Fórum Nacional Lixo e Cidadania | | | | | 0 |
| Fundação Abrinq | X | X | X | X | 4 |
| IBAM | | | | | 0 |
| INESC | | | | | 0 |
| Instituto Ayrton Senna | | | | | 0 |
| Marcha Global | | | | | 0 |
| MDA | X | | | | 1 |
| MEC | X | X | | | 2 |
| Missão Criança | | | | | 0 |
| MJ | | | | | 0 |
| MNMMR | X | X | | X | 3 |
| MPF | | | | | 0 |
| MPT | X | X | X | X | 4 |
| MRE | X | | X | | 2 |
| MS | X | | | | 1 |
| MTE | X | X | X | X | 4 |
| NAPP | | | | | 0 |
| OIT | X | X | X | X | 4 |
| POMMAR/USAID | | | | | 0 |
| Programa Comunidade Solidária | | | | | 0 |
| Save The Children | | | | | 0 |
| SDS | | X | | | 1 |
| SEAS | X | | X | | 2 |
| SENAR | | | | | 0 |
| SESI | | | | | 0 |
| SINAIT | X | | X | X | 3 |
| UNICEF | X | | X | X | 3 |
| Nº de entidades presentes | 18 | 9 | 14 | 9 | - |

Fonte: Secretaria Executiva em 24 de fevereiro de 2003.

Observações:
Totalizaram 47 entidades.

Na ata da reunião de 25/6 apenas 6 entidades assinaram a lista de presença (Abrinq, CGT, MEC, MNMMR, MPT e SDS).

As demais presenças foram atestadas pela Secretária Executiva do Fórum.

ANEXO 3: ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS

1. Quais eram os objetivos iniciais do Fórum? Eles se mantiveram nestes 8 anos?
2. Na sua visão qual é o papel do Fórum?
3. Como foi o processo de implantação, implementação e consolidação do Fórum?
4. Você acha que o Fórum teve momentos de maior atuação e outros de menor? Em caso afirmativo: Quais foram esses momentos? E quais as causas desta “oscilação”?
5. Como foi a evolução do Fórum nestes oito anos?
6. Quais foram as principais atividades/ações/produtos do Fórum?
7. Quais foram as dificuldades e os avanços nestes oito anos? E que lacunas existem?
8. Quais foram as questões/dificuldades que levaram ao consenso sobre a necessidade de se reformular o Fórum em 1998?
9. Como foi o processo que culminou nas “Diretrizes para a Formulação de uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil”?
10. Como foi o processo de criação do PAI?
11. Como foi o processo de consolidação da Rede de Fóruns Estaduais? Que estados estão mais avançados? O que faz com que haja esta diferença de atuação nos Fóruns Estaduais?
12. Que importância você dá ao Fórum em relação aos avanços que já se conseguiu no combate ao trabalho infantil no país?
13. Que caminhos o Fórum deveria seguir?
14. Como você avalia a relação do Fórum com as instituições governamentais? E com as Nações Unidas?
15. Como você avalia a mobilização e /ou a participação de cada um dos integrantes dos segmentos quadripartites?